

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ana Carolina Lorenzet Galvan

“MEMENTO MORI”: A CULTURA MATERIAL  
FUNERÁRIA DE NOVA BASSANO/RS

Passo Fundo  
2022

Ana Carolina Lorenzet Galvan

“MEMENTO MORI”: A CULTURA MATERIAL  
FUNERÁRIA DE NOVA BASSANO/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Ahlert.

Passo Fundo  
2022

CIP – Catalogação na Publicação

---

G182m Galvan, Ana Carolina Lorenzet  
“Memento Mori” : a cultura material funerária de Nova  
Bassano/RS / Ana Carolina Lorenzet Galvan. – 2022.  
121 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Ahlert.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de  
Passo Fundo, 2022.

1. Cemitérios - Nova Bassano (RS). 2. Cultura material.  
3. Patrimônio cultural. I. Ahlert, Jacqueline, orientadora.  
II. Título.

CDU: 981.65

---

Catálogo: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB 10/2241

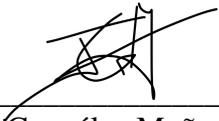
Ana Carolina Lorenzet Galvan

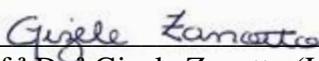
“MEMENTO MORI”: A CULTURA MATERIAL  
FUNERÁRIA DE NOVA BASSANO

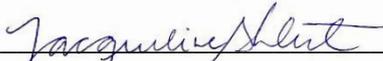
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Ahlert.

Aprovada em 6 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jenny González Muñoz (UFMG)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gizele Zanotto (UPF)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Ahlert (UPF)

Em primeiro lugar, quero agradecer meus pais, Eloá e Charles, que acreditaram em mim e no propósito deste trabalho.

Agradeço também o Luiz, que sempre me apoiou, deu forças e participou de todas as etapas de construção e desenvolvimento desta pesquisa, apoio este que foi muito importante para que eu pudesse seguir em frente.

Aos meus dindos, Roberta e Renato, meu muito obrigada por serem tão solícitos e prestativos ao atuarem como guias pelo interior de Nova Bassano, auxiliarem com materiais e com as entrevistas.

À minha orientadora, Jacqueline, que confiou em mim e fez eu me esforçar para dar o meu melhor.

À professora Gizele, que contribuiu imensamente com reflexões, críticas e muito apoio.

À Prefeitura de Nova Bassano e aos entrevistados, pelo tempo e atenção que deram a este trabalho.

Aos demais familiares, cujo interesse e motivação constituíram aspecto essencial para a continuação desta empreitada.

Aos professores do PPGH, sempre muito parceiros e essenciais nessa jornada.

Aos meus amigos, mas especialmente à Isadora, muito, muito, muito obrigada! Por me aguentar em momentos de crise, por entrar em crise comigo, por tudo que vivemos juntas nesse período doido de nossas vidas.

À Universidade de Passo Fundo e à CAPES, agradeço o investimento e a oportunidade.

Enfim, agradeço ao meu Eu de alguns meses atrás pela persistência, mesmo quando tudo parecia impossível, sempre lembrando que “o Naruto não desistiria!”.

*Such a long, long time to be gone  
And a short time to be there*

Box of Rain, Grateful Dead

## RESUMO

Os cemitérios são lugares de memória por excelência. Construídos para superar a barreira da mortalidade humana, as cruzeiros e lápides são aportes para que memórias e identidades possam ser acessadas. Esses aportes podem ser compreendidos pelo viés do patrimônio e da cultura material, percebendo que não são simples objetos, mas têm papel ativo e representam a dimensão concreta das relações sociais. Essa prática de rememoração perpassou diferentes grupos étnicos imigrantes, sendo relevantes para a história de uma comunidade. Percebemos uma lacuna na historiografia referente aos estudos cemiteriais no interior do Rio Grande do Sul, de modo que nos propomos a estudar os lugares de sepultamento do município de Nova Bassano/RS. O município da região serrana do Rio Grande do Sul recebeu imigrantes europeus no final de século XIX, quando ainda pertencia à colônia de Alfredo Chaves, e nessas áreas de colonização mista, o encontro entre diferentes grupos possibilitou o surgimento de novas identificações, as quais foram transpostas aos cemitérios. O primeiro capítulo trata do movimento migratório europeu com destino ao Rio Grande do Sul, contextualizando Nova Bassano enquanto município e a formação identitária no entre-lugar da colonização mista. O segundo capítulo aborda a concretização do projeto cemiterial, por meio do qual os sepultamentos passaram a ocorrer em campo próprio, os cemitérios. Também é nele que apresentamos a relação entre patrimônio, cemitérios e turismo. Por meio de entrevistas, visitas de campo e análise de elementos selecionados, o terceiro capítulo relaciona história e cultura material, além de discorrer sobre as fontes de pesquisa e apresentar a metodologia utilizada. Nossa metodologia de trabalho levou em consideração a aproximação entre a cultura material, por excelência estudada pela Arqueologia, e a História, trabalhando a partir de fontes materiais catalogadas em visitas de campo, elaboração de critérios de seleção e de quadro de catalogação, buscando compreender a materialidade das fontes com a imaterialidade da construção identitária. Questionamos ainda as escolhas de “o que preservar” e o abandono de determinados lugares de sepultamento, percebendo que as escolhas referentes à preservação ou descarte influenciam na percepção de historicidade de uma localidade. A fim de preencher a lacuna percebida, este trabalho apresenta contribuições para o estudo dos cemitérios do interior por meio de uma proposta metodológica de catalogação das sepulturas e análise no âmbito da cultura material.

Palavras-chave: cemitério; cultura material; identidades; Nova Bassano; patrimônio.

## ABSTRACT

Cemeteries are places of memory par excellence. The construction of these places aims to overcome the barrier of human mortality. Crosses and headstones are devices through which we can access memories and identities. We can understand these devices as heritage and material culture, realizing that they are not simple objects but have an active role and represent the concrete dimension of social relations. This remembrance practice permeated different immigrant ethnic groups, being relevant to the history of a community. We noticed a gap in the historiography regarding cemetery studies in the interior of Rio Grande do Sul. Thus, we propose to study the burial spaces in the city of Nova Bassano/RS. The municipality of the mountain region of Rio Grande do Sul received European immigrants at the end of the 19th century when it still belonged to the colony of Alfredo Chaves. New identifications emerged in these areas of mixed colonization with the encounter between diversified groups. It is possible to see the transposition of these identifications to cemeteries. The first chapter deals with the European immigration movement towards the Rio Grande do Sul, contextualizing Nova Bassano as a municipality and the identity formation in the in-between place of mixed colonization. The second chapter addresses the implementation of the cemetery project, through which burials began to take place in the cemeteries. In the same chapter, we discuss heritage, cemeteries, and tourism. In the third chapter, we relate the history and material culture through interviews, field visits, and analysis of selected elements. Our work methodology raised in consideration the approximation between material culture studied par excellence by Archeology, and History, working from material sources cataloged in field visits, elaboration of selection criteria and cataloging framework, seeking to understand the materiality of sources with the immateriality of identity construction. We also discuss the research sources and present the methodology used, questioning the conservation and the abandonment of some burial spaces, realizing that the choices regarding preservation or disposal influence the perception of the historicity of locations. This work presents contributions to the study of cemeteries in the interior through a methodological proposal of cataloging the graves and analysis in the context of material culture.

Keywords: cemetery; material culture; identities; Nova Bassano; heritage.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Rotas de Visitação aos Cemitérios, elaborado pela autora.....	21
Figura 2 – Planta da Colônia de Alfredo Chaves. ....	26
Figura 3 – Mapa Vetorizado da Colônia de Alfredo Chaves. ....	26
Figura 4 – Mapa de Nova Bassano indicando linhas e lotes. ....	30
Figura 5 – CP-cf01 .....	58
Figura 6 – CP-cf04. ....	61
Figura 7 – CC-j12. ....	61
Figura 8 – CR-j30. ....	62
Figura 9 – Morfologia de Cruzes de Dulout. ....	63
Figura 10 – Morfologia de Cruzes Proposta. ....	63
Figura 11 – Morfologia de Sepulturas Proposta. ....	65
Figura 12 – Similaridade entre sepulturas catalogadas. ....	67
Figura 13 – CB-t09. ....	68
Figura 14 – CB-j08. ....	69
Figura 15 – Cruzes em área de descarte .....	70
Figura 16 – Epitáfios em língua estrangeira. ....	72

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Legenda de leitura da sigla de referência. ....	58
Tabela 2 – Catalogação simplificada das fontes.....	59

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
ABEC	Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais.
USP	Universidade de São Paulo.
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LACUMA	Laboratório de Cultura Material e Arqueologia
UPF	Universidade de Passo Fundo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE NOVA BASSANO .	23
1.1 O processo de colonização no Rio Grande do Sul: panorama geral.....	23
1.2 Imigrantes italianos e poloneses em Nova Bassano a partir de fins do século XIX .....	29
1.3 Fronteiras culturais e sociais: encontro de culturas e formação identitária.....	32
II. CEMITÉRIOS E PATRIMÔNIO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES .....	36
2.1 Os campos santos extramuros .....	36
2.2 Cemitérios, patrimônio e turismo no cenário Ocidental.....	42
III. ESTUDANDO A CULTURA MATERIAL FUNERÁRIA .....	52
3.1 História e cultura material: uma aproximação recente .....	52
3.2 Cemitérios de Nova Bassano em foco: metodologia de pesquisa .....	56
3.3 Cemitérios de Nova Bassano em foco: a cultura material funerária bassanense .....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
REFERÊNCIAS .....	80
FONTES .....	90
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	91
APÊNDICE A – CATALOGAÇÃO DAS FONTES DE PESQUISA .....	94
APÊNDICE B – TRECHO DE ENTREVISTA COM CHARLENE CAÚS .....	111
APÊNDICE C – TRECHO DE ENTREVISTA COM KARIANE MODELSKI.....	113
APÊNDICE D – TRECHO DE ENTREVISTA COM PEDRO GAIESKI.....	117

## INTRODUÇÃO

O momento da morte é aquele no qual o homem se conscientiza sobre si e sobre sua vida, ou seja, “no espelho de sua própria morte, cada homem redescobria o segredo de sua individualidade” (ARIÈS, 2012, p. 65). O entendimento da mortalidade enquanto intrínseco ao ser humano fez com que as sociedades e, em última instância, o indivíduo, buscassem formas de lidar com este fato fúnebre. Segundo Catroga, “não há sociedade sem ritos” (2010, p. 165), e os ritos em torno da morte, compreendendo também a construção de sepulturas, são mecanismos que buscam fazer esquecer da finitude humana e perpetuar a memória.

No Brasil, durante muito tempo, o processo mortuário caracterizou-se pelo ideal de bem morrer, o qual consistia em “uma morte marcada por uma extraordinária mobilização ritual, coerente com um catolicismo que enfatizava as manifestações exteriores de religiosidade: a pompa, as procissões festivas, a decoração elaborada dos templos” (REIS, 1991, p. 91). E era justamente nestes templos em que se instituíram as práticas de sepultamento adotadas pela população brasileira até o século XIX. Nos lugares de enterramento dentro das igrejas, “a coletividade compartilhava momentos de intensa sociabilidade, não somente irmanada por crenças e devoções comuns como também pelos rituais que celebravam” (MOTTA, 2010, p. 56). No entanto, “o advento da febre amarela em 1849/1850, com seus drásticos efeitos, empurraria definitivamente os mortos para fora das igrejas” (RODRIGUES, 1997, p. 22). Em conformidade com os acontecimentos da época, a expansão do discurso higienista e do projeto cemiterial crescente na Europa nos séculos XVIII e XIX, os mortos foram trasladados das igrejas para os cemitérios murados. Nesse período, com certa modernização e racionalização da sociedade, a crença na morte começou a ser substituída, como escreve Motta (2010), pela “imortalidade subjetiva”, isto é, a sepultura e o cemitério passaram a ser vistos como lugares que encerram a memória do ente, buscando atingir uma forma de imortalidade.

No início do século XX, o cemitério era um dos locais mais visitado de um município, oferecendo “a toda a comunidade a oportunidade de contato com um tipo de obra vinculada a um ideário estético determinado, e este servia de modelo e de orientação para a formação do gosto estético da população” (BORGES, 2002b, p. 7). A representação dos mortos nos cemitérios “permite a conciliação da rede de relações pessoais em torno dos mesmos e de sua memória. Na sociedade burguesa, os mortos passam a ser concebidos como exemplos a serem seguidos no aspecto moral e social” (CARNEIRO, 2012, p. 2). Estas representações simbólicas funerárias que derivam da identificação de uma sociedade são expressões e expressam-se nas

operações de alteridade e construção da memória comunitária, mas também são formativas nas operações individuais, integrando o sujeito individual, o sujeito comunitário e a convivência com o(s) outro(s).

Pensando os cemitérios no âmbito histórico e patrimonial, ressalta-se que “a conservação da memória dos mortos é um dos fatores de identidade e de coesão das famílias, das tribos e das comunidades” (BELLOMO, 2008, p. 13), sendo necessário que essa memória encontre seu lugar. Apresenta-se como uma das tarefas dos cemitérios a geração de consciência e perpetuação do sentimento de pertencer, contrariando a finitude da existência, como afirma Catroga, sendo por meio da memória que a vida "adia a assunção da consciência humana da finitude" (2015, p. 30).

Como colocou Reis, "as atitudes diante da morte e a relação entre vivos e mortos não estão separadas de processos históricos mais amplos" (1991, p. 78), isto é, inserem-se na história de uma sociedade, sendo fontes para o estudo da mesma. A preservação de sepulturas nos importa quando compreendemos que “os monumentos funerários foram feitos para durar. Durar mais que os corpos que encerram e durar mais que aqueles que os encomendaram” (CARVALHO, 2015, p. 66). Assim, o estudo dos cemitérios, no contexto cultural ocidental, se justifica uma vez que "o desaparecimento de monumentos funerários tem como consequência, em boa medida, cidades amnésicas, onde a população desconhece seus antepassados e seu direito patrimonial" (CARVALHO, 2015, p. 41). Nesse sentido, o estudo e a preservação do patrimônio cemiterial auxiliam na construção identitária dos habitantes de determinada área social, visto que, como bem colocado por Knack (2011), a memória patrimonial de uma cidade não se configura apenas de monumentos tombados, mas também em outros lugares significativos para as experiências da comunidade.

Um precursor no estudo cemiterial brasileiro foi Clarival do Prado Valladares, que na obra *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*, “preocupou-se em mapear os cemitério brasileiros e buscar em seu interior túmulos representativos quanto ao valor artístico e para a compreensão da sociedade brasileira” (TIMPANARO, 2006, p. 40). Clarival Valladares realizou uma ampla pesquisa, fotografando e catalogando diversos cemitérios oitocentistas pelo Brasil, em especial em áreas de maior concentração de riqueza. Sua pesquisa também compreendeu a análise de lápides e conjuntos tumulares, além de aspectos relacionados à patrimonialização, como é o caso do relato sobre as lápides sepulcrais da igreja de Nossa Senhora da Vitória, em Salvador, que “tem hoje a autenticidade posta em dúvida por pesquisadores, em virtude das alterações e restaurações sofridas no correr do século passado”

(VALLADARES, 1972, p. 134). Isto por que “a conceituação de preservação da genuidade de um monumento, data praticamente de 1937 para cá, com a criação e a ação consequente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)” (VALLADARES, 1972, p. 134), não havendo portanto normatizações em relação ao restauro de tais objetos, muito menos a percepção por parte da sociedade da importância de preservação das características originais tumulares. Se tratando da aparelhagem estatal responsável pela preservação do patrimônio, Valladares aponta alguns cemitérios que já na década de 1930 foram tombados, a exemplo do Cemitério de Joinville, tombado pelo DPHAN, “considerado merecedor de tombamento pela autenticidade de formação de acordo com o gosto e o caráter cultural dos colonos alemães da segunda metade do século XIX” (1972, p. 310-311). Outros temas figuram na complexidade de sua obra, a exemplo das devoções em cemitérios brasileiros, arquitetura cemiterial, representações artísticas e muito mais. A pesquisa de Valladares exerceu forte influência em grande parte dos pesquisadores que se dedicaram ao tema após sua publicação, e conosco não foi diferente.

Além da relevância dos dados levantados durante a pesquisa e o rico acervo fotográfico presente nas páginas escritas por Valladares, as discussões propostas nos foram muito caras no sentido de refletir sobre concepções acerca do momento da morte e o lugar de descanso dos sepultados. Outros historiadores que nos auxiliam em reflexões sobre a morte e os cemitérios são Philippe Ariès e Michel Vovelle, os quais escreveram sobre as atitudes da sociedade ocidental perante a morte. Na obra *As almas do purgatório*, ou, *Os trabalhos de luto*, Vovelle conduz um estudo sobre as percepções da morte analisando o que foi ilustrado em capelas, igrejas, breviários, entre outros. Sua análise é centrada na Europa, majoritariamente na França e mostra que a relação dos homens com a morte estava intimamente ligada ao divino. O momento da morte humana estava associado a temas também explorados por Ariès, como o juízo final, representado de diversas formas. Uma das mais populares foram os *ars moriendi*, que “vulgarizam uma nova leitura da última passagem focalizada na luta a que se entregam no leito do moribundo, os anjos e os demônios, num momento em que tudo pode estar perdido ou salvo” (VOVELLE, 2010, p. 76). O autor apresenta os comportamentos perante a morte como aspectos intimamente ligados aos dogmas eclesiásticos. Sua análise considera as práticas funerárias católicas muito influenciadas pelo ideário das indulgências, de comprar o perdão, seja com missas, doações, ou a compra de um pedaço de papel garantindo um lugar no paraíso.

Em relação aos trabalhos de luto, pouco explorados anteriormente, na modernidade têm-se a ideia de que “não se ajudam os mortos com lágrimas, e sim com orações, súplicas e

esmolas” (VOVELLE, 2010, p. 181). Segundo Vovelle, este era o contexto europeu em relação à religiosidade e à morte até o século XVIII. Novas formas de interpretação da morte ganham destaque no século XIX. Nessa época, a sociedade passa a dar mais importância para o purgatório, o qual distancia-se do inferno e aproxima-se do céu, uma vez que é mais confortável crer na possibilidade de salvação. Já no século XX, o culto ao purgatório diminuiu consideravelmente, do mesmo modo que a quantidade de crentes em Deus ou em alguma religião.

Ao analisar as relações dos sujeitos com a morte, Ariès partiu da perspectiva das estruturas coletivas, da mentalidade. Sua obra, *História da Morte no Ocidente*, inicia apresentando as práticas de morte medievais, nas quais a morte é sentida, presidida e protagonizada por aquele que agoniza. Apesar de ser uma cerimônia pública, lembra o autor, o sepultamento tendia a ser anônimo, e junto aos santos. Nessas sociedades, “a familiaridade com a morte era uma forma de aceitação da ordem da natureza, aceitação ao mesmo tempo ingênua na vida quotidiana e sábia nas especulações astrológicas” (ARIÈS, 2012, p. 49). A partir do século XV, a ideia de que a vida passa em frente aos olhos no momento da morte começa a popularizar-se.

As relações íntimas com a morte começam a ser alteradas a partir do século XVIII, e “o fascínio mórbido da morte exprime, sob uma forma religiosa, a sublimação das fantasias erótico-macabras do período precedente” (ARIÈS, 2012, p. 70). Já o século XIX “é a época dos lutos que o psicólogo de hoje chama de histéricos - e é verdade que, por vezes, toca os limites da loucura” (ARIÈS, 2012, p. 73), e que dá origem ao culto dos cemitérios, isto é, o medo da morte deixa de centrar-se no “eu” para focar sobre o outro, estendendo-se à sociedade. Passou-se da domesticação da morte e sepultamento anônimo para a preocupação com a morte do outro e desenvolvimento da arte funerária, seguindo para o apagamento do protagonismo do moribundo, a negação da morte e a simplificação dos ritos funerários, visto a popularização de crematórios e soluções rápidas para lidar com o momento fúnebre.

A contribuição de Ariès recebeu algumas críticas. Entre essas, há críticas por parte de Norbert Elias, o qual afirma que “Ariès entende a história puramente como descrição. [...] Isso é bom e estimulante, mas não explica nada. [...] Ele tenta transmitir sua suposição de que antigamente as pessoas morriam serenas e calmas” (ELIAS, 2010, p. 19), acusando Ariès de “idealizar romanticamente o passado, em particular o medievo” (PEIXOTO, 2018, p. 234). Concordando com alguns fatos apresentados por Ariès, mas discordando de sua interpretação, Elias afirma que “em comparação com o presente, a morte naquela época era, para jovens e

velhos, menos oculta, mais presente, mais familiar. Isso não quer dizer que fosse mais pacífica” (ELIAS, 2010, p. 21). Isto porque

A vida na sociedade medieval era mais curta; a morte, muitas vezes mais dolorosa; o sentido da culpa e o medo da punição depois da morte, a doutrina oficial. Porém, em todos os casos, a participação dos outros na morte de um indivíduo era muito mais comum. Hoje sabemos como aliviar as dores da morte em alguns casos; angústias de culpa são mais plenamente recalçadas e talvez dominadas. Grupos religiosos são menos capazes de assegurar sua dominação pelo medo do inferno. Mas o envolvimento dos outros na morte de um indivíduo diminuiu (ELIAS, 2010, p. 23-24).

Esses aspectos do processo de civilização mostram que não necessariamente a morte tenha sido recebida de bom grado nos períodos anteriores, mas era mais familiar às discussões sociais diárias, em alguns casos tendo o momento da passagem sido facilitado pela proximidade entre moribundos e familiares.

Apesar das críticas e do cuidado com que devemos analisar algumas situações, tanto a obra de Ariès quanto a de Vovelle nos foram muito importantes para iniciar a jornada na investigação dos assuntos relacionados à morte e, posteriormente, aos cemitérios.

E nesse sentido, a obra de Elias também traz contribuições caras à pesquisa no que tange à realidade da morte e aos tabus a ela relacionados. A partir da análise das atitudes sociais nas proximidades da morte e no tabu que se criou sobre ela, Elias defende que a experiência da morte é “variável e específica segundo os grupos; não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade particular: foi aprendida” (ELIAS, 2010, p. 11). Sendo a morte um problema dos vivos, estes, consciente e inconscientemente, buscam formas de crer em sua imortalidade. Isto porque “a vida é mais longa, a morte é adiada. O espetáculo da morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida” (ELIAS, 2010, p. 15). Segundo Elias (2010), o sentimento de que a morte é uma punição, especialmente na concepção cristã, que leva em conta o julgamento das almas após a morte, desempenhou papel considerável no medo da morte. É possível, então, fazer uma relação entre o medo da morte e o distanciamento tanto dos moribundos quanto dos lugares que estes virão a ocupar após a passagem, levando ao estranhamento e à dificuldade em ver os cemitérios como importantes fontes para a história e memória de uma sociedade.

Deve-se destacar espaço especial a uma das pesquisadoras mais influentes nos estudos cemiteriais atualmente, Maria Elizia Borges, que juntamente com outros pesquisadores fundou a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). Suas obras, no geral, voltam-se à interdisciplinaridade entre arte e história, utilizando-se da arte cemiterial para expressar as contribuições de um campo ao outro. A importância do estudo da arte funerária, para a

pesquisadora, é conferida ao vincular-se com as representações de luto, discurso religioso, moral e econômico do grupo social a que serve, exigindo, portanto, abordagem multidisciplinar.

Nas palavras da própria autora sobre seus estudos, a maioria "ênfatisa, em algum momento, a produção das marmorarias, realizada no final do século XIX e início do século XX" (BORGES, 2002b, p. 11), dedicando foco especial aos marmoristas. Seus estudos analisam o cemitério não apenas pela ótica da arte funerária por si, mas abrangem também a concepção da arte cemiterial como manifestação de devoção cristã. Para a pesquisadora, no processo de modernização que permeava a sociedade brasileira quando ocorre o processo de secularização, "o cemitério se preservou como um espaço devocional, um espaço para a expressão de uma arquitetura sacra e de uma arte religiosa que se desdobrou em níveis diferentes de elaboração técnica e material" (BORGES; CARNEIRO, 2017, p. 153).

Ainda é necessário destacar a contribuição de Antonio Motta, que aborda os modos de sociabilidade e os estilos mortuários nos cemitérios oitocentistas, buscando apresentar maneiras de entender as atitudes e significados sociais da época partindo de um sistema de objetos funerários, que configuram as relações afetivas dos vivos para com os mortos. Para certa parcela da sociedade, as sepulturas tiveram papel de identificadores, nos quais "os parentes vivos geralmente buscavam se reconhecer [...] enquanto produto de uma filiação, inscritos numa cadeia de gerações, portadores que eram de um mesmo nome de família" (MOTTA, 2010, p. 61). Além dessas questões, o autor sinaliza a influência estrangeira na estética funerária brasileira por meio das alegorias laicizadas que passaram a conviver com os temas religiosos e macabros. Não só conviver, como também fundir-se em aspectos que trazem o profano ao sagrado.

Já os cemitérios do Rio Grande do Sul ganharam destaque com as produções de Harry Rodrigues Bellomo, que aborda desde os monumentos funerários e arte cemiterial até os discursos sociais presentes nas necrópoles. Sua obra *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia* é um compêndio de artigos que buscam retratar a situação da arte funerária no Rio Grande do Sul. No primeiro capítulo, Bellomo trata dos cemitérios como fonte histórica, apresentando possibilidades de pesquisa nos mesmos. Seu foco recai sobre as expressões artísticas, desenvolvendo um inventário tipológico da escultura funerária, subdividido nas categorias cristã, alegórica e celebrativa. A tipologia cristã caracteriza-se pela presença de cruzes, pelas imagens de Cristo (em especial os momentos do nascimento, da pregação, da morte, da ressurreição e da ascensão), imagens de devoção de Maria e de anjos. A tipologia alegórica apresenta-se nos moldes do classicismo, o qual tem "uma tendência a fazer a apoteose

de um indivíduo cuja perfeição não é apenas ética” (BELLOMO, 2008, p. 18), representando o culto ao herói e às virtudes. São, em geral, figuras femininas que representam um conceito ou ideia, ou personalizam emoções e sentimentos, como dor, consolação, desolação, esperança, mas também relacionam-se com a política, como a alegoria da República, da Pátria, da Navegação, entre outras. Já a tipologia celebrativa relaciona-se ao positivismo e à política do início do século XX no Estado, cujas representações tumulares têm dupla função, conforme afirma Bellomo: servir de sepultura e celebrar a memória de personalidades do mundo político. Assim, “estes túmulos costumam ter a imagem do morto e alegorias representativas das atividades exercidas ao longo de sua vida ou da sua ideologia” (2008, p. 21), participando do culto cívico.

Bellomo trata também da produção artística sul-rio-grandense relacionada com os temas funerários. Segundo ele, com a saída dos enterramentos das igrejas e ampliação comercial, urbana e industrial, especialmente entre 1900 e 1940, “registrou-se uma notável expansão da estatuária em Porto Alegre” (2008b, p. 26). Contrariamente à aristocracia, classe dominante do período anterior, “a burguesia nascente ou em expansão precisava reafirmar sua nova condição de elite dirigente, marcando sua passagem por meio de monumentos que perpetuavam seus nomes” (2008b, p. 27). O autor também confere destaque às firmas que produziam a estatuária presente nos cemitérios do Estado.

Deve-se mencionar, ainda, o esforço de múltiplos pesquisadores que se dedicam à temática e auxiliam na valorização e no reconhecimento dos cemitérios enquanto fontes para estudo, em especial a ABEC, fundada no 1º Encontro sobre Cemitérios Brasileiros, que aconteceu na Universidade de São Paulo (USP) em novembro de 2004.

No presente trabalho, serão objeto de pesquisa oito cemitérios do município de Nova Bassano, sendo eles: o Cemitério Municipal, no centro da cidade, o Cemitério Polonês, incluso na rota turística municipal, e os Cemitérios das Comunidades Sagrado Coração de Jesus, São Pedro, São Roque, São Paulo Apóstolo, Nossa Senhora de Caravaggio e Boa Fé, e sua cultura material, representada pelos diferentes conjuntos tumulares que se materializam. No contexto das representações da morte, este estudo insere-se no campo da História Cultural, que, segundo Chartier, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p. 16-17). Abordaremos as fontes de pesquisa conforme o aporte metodológico que trata da cultura material, especialmente porque

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades, quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais (LIMA, 2011, p. 21).

Apesar de nosso foco principal recair sobre a cultura material, e a pesquisa estar inserida no projeto de mapeamento dos artefatos arqueológicos da região sul do Brasil do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo, as fontes orais serão um suporte importante. O uso de fontes orais deve prever alguns aspectos críticos quanto à confiabilidade do depoimento, à forma de entrevista e transcrição correta dos relatos. É necessário “situar com bastante clareza a atuação de determinado entrevistado com relação ao objeto estudado e preparar-se para dele obter um depoimento de grande valor para a pesquisa, formulando perguntas enriquecedoras para o diálogo e reconhecendo respostas significativas” (ALBERTI, 2013, p. 149). Dessa forma, foi necessário pesquisar quais os atores envolvidos especialmente com o processo de inserção do Cemitério Polonês na rota turística e a própria manutenção desse cemitério, a fim de elaborar roteiros de entrevista condizentes com os objetivos do trabalho. Os entrevistados então foram pré-selecionados e estudados, a fim de que tivéssemos uma compreensão do sujeito e de seu contexto, possibilitando formular questões que o entrevistado estaria apto a responder. Além disso, é sempre importante “contrapor as informações obtidas no conjunto de entrevistas procurando evidências destes acontecimentos encontrados nas mesmas e também perceber as representações que os depoentes construíram sobre os mesmos e o modo como os vivenciou” (SELAU, 2004, p. 221). Com a permissão dos entrevistados e a cessão de direito sobre as informações, as entrevistas foram gravadas. Após, foram transcritas pela pesquisadora e estão disponíveis para consulta dos demais pesquisadores ou público interessado por meio de um link de compartilhamento do Google Drive.

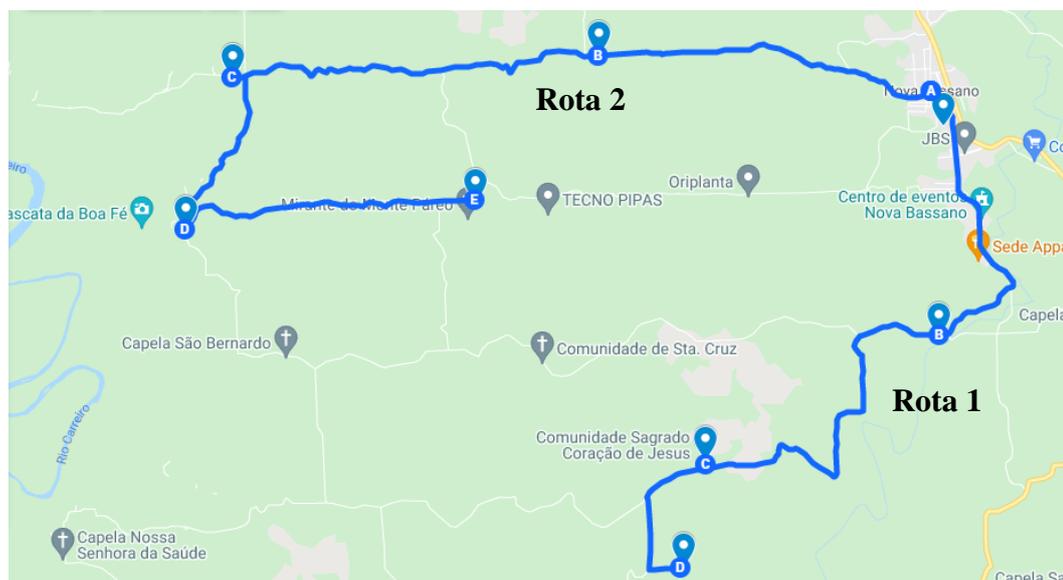
Investigaremos, portanto, a relação do patrimônio e dos cemitérios com a construção das identidades expressas nos cemitérios, bem como discutiremos o processo de constituição e manutenção dos cemitérios municipais. Considerando o momento da morte e suas relações com os vivos importante para as sociedades, propõe-se como problema de pesquisa: qual é e como ocorre a relação entre as identidades construídas no contexto imigrante do século XIX e início do XX, expressas nos cemitérios de Nova Bassano, com o patrimônio e cultura material funerários? Este questionamento é pertinente uma vez que constata-se uma diferenciação de tratamento para com distintos cemitérios do município. Há alguns anos, o Cemitério Polonês do município foi revitalizado e desde então vem sendo considerado patrimônio, figurando como

ponto turístico no site oficial da Prefeitura Municipal. Além do patrimônio material existente neste campo de enterro, nota-se que há uma identificação da comunidade com o local. Conforme observado em visitas de campo, esta relação não existe com os outros cemitérios do município. Nos propomos, então, a pensar quais as razões que podem levar a esta diferenciação. Em adição a este ponto, algo que vem ocupando uma parte dos pesquisadores cimiteriais é o abandono e/ou apropriação dos locais de enterro, seja para novos enterramentos ou outros empreendimentos. Concordamos com Dillmann quando este afirma que “existe certa carência de estudos sobre cemitérios não centrais das cidades e sobre os cemitérios do campo, quantitativamente superiores aos urbanos e culturalmente peculiares” (DILLMANN, 2017, p. 36-37), constatando uma lacuna historiográfica no âmbito da pesquisa sobre cultura material e patrimônio funerário referente aos municípios do interior do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, entre novembro de 2020 e abril de 2021, realizamos as visitas aos cemitérios do município de Nova Bassano, quais sejam: o Cemitério Polonês, na linha 7<sup>a</sup>, Capela Sagrado Coração de Jesus; o cemitério da própria Capela Sagrado Coração de Jesus, inaugurado com a transposição da estrada e da capela ao local em que se encontra hoje; visitamos ainda o cemitério da Comunidade São Pedro, um dos mais antigos do município; o Cemitério da Comunidade Boa Fé; Cemitério da Comunidade Nossa Senhora de Caravaggio (conhecida como Monte Paréo); Cemitério da Comunidade São Paulo Apóstolo; e Cemitério da Comunidade São Roque.

Ainda que pertença ao âmbito da cultura material, este estudo não se propõe a analisar as patologias das edificações tumulares, tais como desgastes, rachaduras, presença de insetos *psocoptera*, entre outros. Também não se debruça sobre as intervenções realizadas sobre tal materialidade como elemento de análise, mantendo o foco nas tipologias, formalismos e significados simbólicos expressos por meio de imagens e epitáfios.

Figura 1 – Mapa de Rotas de Visitação aos Cemitérios, elaborado pela autora.



Fonte: Mapa com as rotas de visitação aos Cemitérios de Nova Bassano. Ambas as rotas partem do Centro, Ponto A. **Rota 1** – Ponto B: Cemitério da Comunidade São Pedro; Ponto C: Cemitério da Comunidade Sagrado Coração de Jesus; Ponto D: Cemitério Polonês. **Rota 2** – Ponto B: Cemitério da Comunidade São Roque; Ponto C: Cemitério da Comunidade São Paulo Apóstolo; Ponto D: Cemitério da Comunidade Boa Fé; Ponto E: Cemitério da Comunidade Nossa Senhora de Caravaggio. Elaborado pela autora utilizando a ferramenta My Maps, disponibilizada pelo Google.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo versará sobre aspectos da imigração de italianos e poloneses para a região, além da constituição do município de Nova Bassano, num breve histórico do município. Ainda neste capítulo, abordaremos as fronteiras culturais que se manifestaram entre estes diferentes grupos imigrantes e como essas fronteiras se fazem presentes no âmbito cemiterial.

O segundo capítulo apresentará a formação dos cemitérios em um contexto geral, discutindo a patrimonialização destes lugares, uma vez que os cemitérios só foram amplamente relacionados ao patrimônio histórico nacional a partir de 1970 (BORGES, 2002). Neste mesmo capítulo, serão localizadas ações voltadas aos cemitérios na legislação de Nova Bassano, em especial no Código de Posturas do Município<sup>1</sup>, e discutidas algumas implicações do turismo cemiterial.

Ao iniciar o terceiro capítulo, abordaremos as aproximações entre a História e a Cultura Material. A segunda seção do capítulo apresentará a metodologia de pesquisa e os processos de catalogação das fontes. Na terceira seção, será problematizada a relação entre a cultura material funerária e as entrevistas realizadas no decorrer do ano de 2021. Para fechar o terceiro e último capítulo, serão propostas reflexões sobre as ações dispensadas à cultura material funerária e aos

<sup>1</sup> A discussão proposta será feita tendo como base a Lei Orgânica Municipal de 2008, o Plano Diretor de 2019, e o Código de Posturas de 1997, documentos aos quais tivemos acesso.

próprios cemitérios, visto que há uma tendência ao abandono destes, especialmente pela modernização dos lugares ou transladação dos restos mortais dos sepultados para o cemitério municipal.

Pode-se compreender os cemitérios enquanto um dos lugares encarregados de preservar as memórias de uma sociedade, tendo em si toda uma gama de significados e vivências, as quais são valorizadas e consagradas por meio do estudo do patrimônio cultural, mesmo que estas sociedades, por vezes, não percebam o quanto o cemitério é um fator essencial para a vivência e memória coletivas. Se o patrimônio auxilia na construção da identificação e da memória, torna-se necessário pensar como ele é utilizado pelas sociedades para cumprir esse papel, percebendo que “deseja-se museificar, mas mantendo vivo, ou melhor, revitalizar reabilitando” (HARTOG, 2006, p. 268), o que leva à eleição de “uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada [...]” (HARTOG, 2006, p. 268). Toda essa gama de sociabilidades da sociedade dos vivos transpõe-se às relações funerárias, e “o cemitério – em geral municipal, periférico e em tese secularizado – consolida-se no final do século XIX como o local por excelência reservado às relações entre vivos e mortos na cidade” (CYMBALISTA, 2002, p. 18). Nestes lugares, edifica-se a memória dos que uma vez viveram e dá-se uma dimensão veritativa ao que não se encontra – ao ausente, possibilitado pelo simbolismo funerário (CATROGA, 2010). Cabe, portanto, ao historiador a investigação acerca dos documentos, monumentos e patrimônios que auxiliam na construção da identidade e memória social, as quais podem ser constituídas e constituintes em relação aos cemitérios.

## I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE NOVA BASSANO

No contexto do século XIX, o Rio Grande do Sul foi palco para encontros interétnicos diversos. No mesmo espaço, defrontaram-se diferentes modos de ser e viver. Este espaço “não é e não pode existir dissociado de eventos e atividades nos quais está implicado. O espaço é socialmente produzido, e diferentes sociedades, grupos e indivíduos atuam fora de suas vidas em diferentes espaços” (TILLEY, 1994, p. 4 tradução). Durante muito tempo, o espaço e a história sul-rio-grandenses foram estudados sob o viés político e econômico, e o que importava saber sobre o Brasil era sua base de sustentação, o bem conhecido tripé que envolvia o latifúndio, a monocultura e a escravidão. Aliados a tal perspectiva, há uma vasta contribuição de estudos sobre os grandes nomes e eventos políticos. A intenção deste trabalho não é a de desmerecer tais abordagens, que certamente contribuíram de forma eficaz para a investigação histórica, mas sim apresentar diferentes pontos de vista e formas de abordagem sobre assuntos que, em escala geral, não aparecem na ordem do dia.

Em primeiro lugar, lançaremos olhares sobre os cemitérios, buscando compreendê-los em sua materialidade, ultrapassando as limitações do senso comum ao compreender esses lugares como lugares onde manifestações culturais se materializam. Buscaremos também compreender como os cemitérios influenciam na identificação e na historicidade dos indivíduos e comunidades. O que está em jogo é evidenciar a relação que os cemitérios têm com as cidades e sociedades nas quais se inserem. E nesse sentido, estudaremos o conjunto cemiterial de Nova Bassano.

De tal forma, antes de iniciarmos a jornada pelos cemitérios bassanenses, é preciso compreender o contexto no qual aquela localidade veio a tornar-se Nova Bassano.

### 1.1 O processo de colonização no Rio Grande do Sul: panorama geral

Durante o século XIX, o Brasil, e em especial o Rio Grande do Sul, assistiram uma enorme movimentação humana. Com os objetivos de ocupação dos “espaços vazios”<sup>2</sup> a fim de desenvolver a indústria, o comércio e a agricultura de pequenas propriedades, formar um exército para defender o território e controlar fronteiras, substituir a mão-de-obra escravizada por trabalhadores livres e, conseqüentemente, “branquear” a nação, tanto o governo imperial

---

<sup>2</sup> As localidades ainda não colonizadas e exploradas economicamente por europeus eram entendidas como espaços vazios, desconsiderando a presença de indígenas e caboclos como ocupação humana.

como o governo republicano incentivaram a imigração europeia e decorrente colonização (HERÉDIA, 2001).

No Rio Grande do Sul, os territórios destinados à colonização eram

continuamente habitados por povos indígenas desde aproximadamente 12 mil anos. Essas populações foram perseguidas e despojadas através de ações promovidas pelos governos imperial e republicano, gerando um complexo conflito com trágicos desdobramentos que perdura até os dias atuais. Apesar desse cenário belicoso, há diversos episódios de cooperação entre colonizadores e povos nativos. [...] O conhecimento ancestral indígena foi primordial para a efetivação da colonização (VICROSKI, 2021, p. 89).

Os colonos<sup>3</sup> europeus “desconheciam as plantas nativas, bem como suas formas de plantio e colheita” (VICROSKI; GOLIN, 2017, p. 28), e muitas das suas roças de milho, mandioca e amendoim “devem suas origens às antigas áreas de cultivo dos povos guarani” (VICROSKI; GOLIN, 2017, p. 28). A contribuição indígena no assentamento colonial europeu vai além dos gêneros alimentares, abarcando remédios caseiros, crenças e hábitos que são parte integrante da cultura sul-rio-grandense. No período pós-independência houve uma “decisão de concentrar a colonização na região sul como uma decisão geopolítica, de consolidação de fronteiras. Neste contexto, os indígenas que ocupavam aquelas terras não eram pensados como nacionais ou brasileiros” (SANTOS, 2006, p. 4). No entanto, a preocupação do governo parecia não consistir em possíveis desavenças entre os povos originários e colonizadores, mas sim em “não criar problemas à hegemonia do latifúndio” (HERÉDIA, 2001, p. 3-4), de forma que grande parte das terras determinadas para a ocupação de imigrantes europeus situavam-se na região da Encosta Superior da Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul. Paradoxalmente, o Governo da Província do Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1851, promulgou a Lei nº 229, cujo artigo nº 9 demonstra uma preocupação do governo da Província em controlar a “expansão do latifúndio já que este constituía um entrave à exploração intensiva da terra, visto que a distribuição de sesmarias havia determinado um povoamento ralo e disperso” (HERÉDIA, 2001, p. 2).

Até o período republicano, o governo imperial monopolizou o processo colonizador, mesmo subsidiando alguns empreendimentos particulares (IOTTI, 2003). A partir da metade do século XIX, a iniciativa privada encontrou estímulos que levaram à sua participação no processo de colonização, especialmente a “Lei n. 581 de 04 de setembro de 1850, que extinguiu o tráfico negreiro para o Brasil e a Lei n. 601 de 18 de setembro do mesmo ano, conhecida

---

<sup>3</sup> O termo “colono” é muito utilizado em partes do Rio Grande do Sul para se referir aos imigrantes que assentaram-se em áreas interioranas destinadas à colonização, sendo especialmente ligado, atualmente, aos que residem em pequenas cidades e em áreas rurais do estado.

como Lei de Terras, determinando que, a partir daquela data, as terras só poderiam ser adquiridas através da compra” (IOTTI, 2003, p. 4). A Lei de Terras, regulamentada através do Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, definia que “a colonização se faria à base de venda da terra e da indenização das despesas nos cinco anos subsequentes ao estabelecimento nas colônias, cabendo à Repartição Geral das Terras Públicas a delimitação das mesmas” (HERÉDIA, 2001, p. 2), conferindo ainda a naturalização aos colonos proprietários de terras após determinado tempo de residência no Brasil.

No final do século, com a Constituição de 1891, firmou-se a posição do governo republicano quanto à imigração e por meio do Artigo 64, foi transferido “o domínio das terras devolutas para as unidades da Federação, que, a partir deste momento, passariam a ter liberdade de ação nas questões relativas à imigração e colonização” (IOTTI, 2003, p. 13). Porém, “diante das dificuldades enfrentadas por estados como Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul em manter o fluxo de imigrantes, o governo central voltou a interferir na política de colonização de imigração” (IOTTI, 2003, p. 13) nos anos iniciais do século XX.

Tendo como base o regime da pequena propriedade, Manfroi afirma que a nova política de colonização apresentava “um caráter revolucionário e, por isso mesmo, julgado contrário aos interesses da ordem social colonial, alicerçada no latifúndio e no trabalho escravo” (1975, p. 229). Este mesmo autor apresenta, resumidamente, o sistema de colonização adotado pelo governo nas colônias da seguinte forma:

O governo escolhia um território situado nas terras livres, pertencentes ao Estado, e o dividia em colônias, cujas dimensões variavam segundo as circunstâncias e lugares. Assim, no território que a União concedeu à Província, em 1869, para fins de colonização, a colônia Caxias tinha 17 léguas quadradas, Conde D'Eu e D. Isabel tinham 16 léguas quadradas cada uma. Cada légua quadrada era dividida em diversas linhas e as linhas, em lotes rurais. Todo o trabalho de divisão das terras era feito por engenheiros agrônomos, contratados pelas autoridades competentes. Cada colônia tinha uma sede central, onde se estabelecia a direção e a administração. A escolha da sede, que mais tarde tornar-se-ia cidade, era feita em função da localização geográfica. Escolhia-se um lugar, em geral no centro da colônia, abatia-se as árvores e dividia-se a superfície em quadras de 100 metros de largo. Algumas dessas quadras eram reservadas como praças e as outras divididas em lotes urbanos de 20 x 50 ou 40 x 60. Esses lotes, alguns eram reservados à administração, Igreja, escolas, etc., e outros eram vendidos aos imigrantes que desejassem se dedicar ao comércio, montar oficinas, pequenas fábricas, artesanato, etc. A sede tornava-se o centro administrativo e comercial da colônia, sem perder seu caráter rural, pois permanecia essencialmente ligada à agricultura. [...]A colônia, com sua sede já designada, era dividida em léguas quadradas e, cada légua, em linhas. [...]Tinha uma extensão de seis a sete quilômetros. A direita e à esquerda deste corredor que era a linha dividia-se o terreno em lotes coloniais numerados, de 22 a 25 hectares cada um.

Os fundos do lote de uma linha tinham, como limites, os fundos do lote da linha paralela, fazendo uma distância de dois quilômetros entre uma linha e outra. Por isso, os contatos se operavam, mais facilmente, entre os habitantes de uma mesma linha (MANFROI, 1975, p. 242-243).

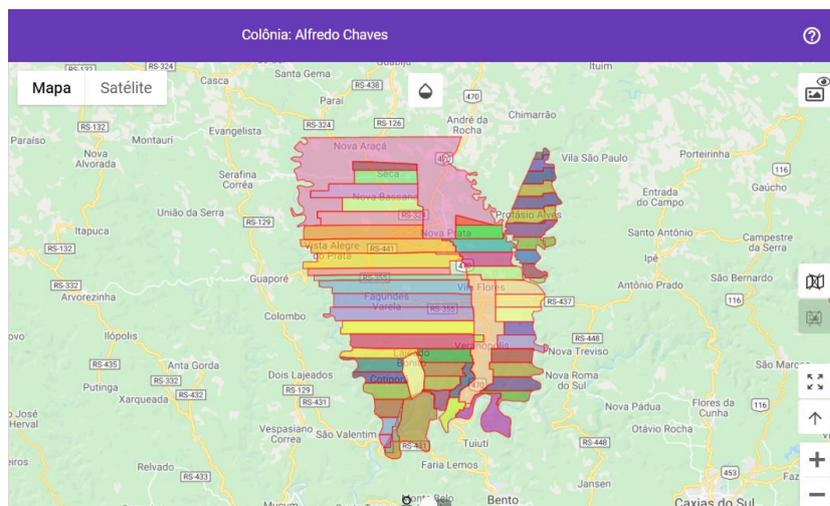
Assim que a colônia Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) encontrou-se ocupada, “alguns imigrantes começaram a atravessar o rio das Antas em busca de terras para a agricultura. Isto concorreu para que o Governo providenciasse a fundação de mais uma colônia, depois denominada Alfredo Chaves” (PESSIN; THUM; TODT, 2014, p. 3) (Figura 2). No período compreendido entre 1875 e 1908, então, “foram demarcadas e vendidas as terras de 11 colônias: Conde D’Eu (1875), Dona Isabel (1875), Caxias (1875), Silveira Martins (1877), Encantado (1878), Alfredo Chaves (1884), Antônio Prado (1886), Jaguari (1889), Guarani (1890), Guaporé (1898), Erechim (1908)” (PESSIN; THUM; TODT, 2014, p. 3).

Figura 2 – Planta da Colônia de Alfredo Chaves.



Fonte: Planta dos trabalhos realizados na Colônia Alfredo Chaves pela Comissão a cargo do engenheiro Julio da Silva Oliveira, de 1886. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (BR RJANRIO 4Y.0.MAP.646). Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_4y/0/map/0646/br\\_rjanrio\\_4y\\_0\\_map\\_0646\\_d0001de0002.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_4y/0/map/0646/br_rjanrio_4y_0_map_0646_d0001de0002.pdf).

Figura 3 – Mapa Vetorizado da Colônia de Alfredo Chaves.



Fonte: Mapa da área da antiga Colônia de Alfredo Chaves, destacando a divisão por linhas. ©2020 Otavio Boni Licht, Lauri Valdemar Krug, Carlos A Heuser. Disponível em: <https://colonias.heuser.pro.br/app/mapa/vetorizado/72>.

Nesse contexto, o governo brasileiro avaliou importante a fundação de colônias mistas, a fim de suprimir a força das aglomerações estrangeiras, evitando a formação de nações dentro da nação (SILVA, 2010) isto porque “a distribuição de diferentes nacionalidades numa mesma colônia deveria favorecer, segundo as autoridades, uma mais rápida integração dos estrangeiros na vida sociocultural do país” (MANFROI, 1975, p. 246). Entretanto, “o processo de recrutamento para a colonização no norte da Itália só se efetivou quando se tornou mais difícil trazer alemães, vistos como agricultores mais eficientes e como o ideal para a colonização no Rio Grande do Sul” (SANTOS, 2017, p. 237). O mesmo ocorreu com imigrantes poloneses, por exemplo, que foram preteridos em relação aos alemães e italianos. Por mais que a integração com a sociedade nacional demorasse a acontecer, a integração entre os colonos numa mesma localidade começava a tomar forma. Não obstante, “tal atitude, por seu turno, não evitava os contratempos relativos aos conflitos étnicos” (SILVA, 2010, p. 47), como podemos observar nas relações entre italianos e poloneses. Nelas, os poloneses acabaram por se tornar os estrangeiros entre os estrangeiros, isto é, por mais que ambos grupos estivessem deslocados de seu país de origem, os poloneses ainda encontravam-se deslocados em meio à maioria italiana nessas colônias.

A Itália à época da emigração em massa passava pelo processo de unificação, o que criou um cenário conturbado. Não apenas isso, as movimentações humanas derivaram “de razões demográficas, da implantação do sistema capitalista, da crise agrícola que alcançou seu pico na década de 1880 e da escassez de moeda circulante” (CONSTANTINO, 2007, p. 397). Para Manfroi, “os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul abandonaram a pátria depois de terem sido por ela abandonados” (1975, p. 235), refletindo as difíceis condições em que se encontrava a maioria do povo italiano. Sobre este aspecto, conforme Constantino, “sabe-se que o governo italiano mostrava pouco interesse pelo destino dos súditos no Brasil, apesar das contínuas denúncias. A plena liberdade de emigrar foi inclusive reforçada” (2007, p. 399). No mesmo sentido, é importante notar que

a Unificação Italiana ocorreu apenas alguns anos antes da grande imigração para o Brasil, e que não foi de modo algum um movimento único e consensual. A Unificação acontece em 1861, mas Veneza só foi anexada em 1866, Roma em 1870. A região de Trento só foi incorporada à Itália Unificada após a 1ª Guerra Mundial em 1919 e a questão dos Estados Pontifícios arrastou-se por décadas, sendo resolvida apenas em 1929 com a assinatura do Tratado de Latrão, já no governo fascista. Em função disso a capital do Reino da Itália de 1861 até 1866 foi Turim, depois Florença (1866 até 1870) e, só então, Roma. [...] Ou seja, após a Unificação acontece uma construção da nacionalidade italiana, dentro e fora da Itália (SANTOS, 2006, p. 1).

Nesse cenário, o desenvolvimento industrial no norte “fez com que houvesse uma crise na Itália durante o período final do século XIX, crise esta que não abalou igualmente todas as regiões” (SANTOS, 2006, p. 2). Justamente essa região, pelo maior desenvolvimento e inserção no sistema capitalista, foi a primeira área a ser atingida, uma vez que os agricultores, que “complementavam sua renda com o trabalho artesanal sem emprego e sem ter mercado para colocar seus produtos”, não poderiam competir com as fábricas ou com os produtos importados, motivo pelo qual “o norte da Itália forneceria as primeiras grandes levas de emigrantes” (SANTOS, 2006, p. 2).

Bóris Fausto (apud SANTOS, 2006) aponta que entre 1882 e 1889 ingressaram no Rio Grande do Sul 41.616 imigrantes, dos quais 34.418 eram italianos. Já Manfroi aponta as dificuldades em precisar o número de imigrantes, afirmando que apesar disso, “pode-se afirmar que o número de imigrantes italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914, situa-se entre o mínimo de 74.000 e o máximo de 100.000” (1975, p. 235).

As razões da imigração polonesa provêm de um cenário semelhante ao restante da Europa no século XIX, isto é, crises econômicas, sociais e políticas. Contudo, “nos séculos XVI e XVII, a Polônia apresentava-se como uma nação poderosa, organizada politicamente e de considerável desenvolvimento econômico” (WENCZENOVICZ, 2007, p. 419), o que despertou a atenção dos vizinhos. “Nos anos de 1772, 1793 e 1795 o país teve seu território ocupado e partilhado pelos impérios Russo, Austro-Húngaro e Reino da Prússia” (VICROSKI, 2021, p. 88). Além da ocupação da nação por outras potências, “a classe camponesa via-se frequentemente assolada pela fome”. Nessa conjuntura então, “grande parte dos imigrantes poloneses chegou ao Brasil portando documentos emitidos pelas nações ocupantes, resultando na subnotificação dos dados estatísticos” (VICROSKI, 2021, p. 88). Mesmo com a ocupação, e apesar da discriminação, “os ocupantes não foram capazes de aniquilar a nação polonesa” (MAZUREK, 2016, p. 36), nem as manifestações culturais próprias daquele povo.

A história das imigrações italiana e alemã é tema recorrente em pesquisas acadêmicas. No entanto, a imigração polonesa por muito tempo não obteve o mesmo interesse por parte dos pesquisadores. Obviamente, as publicações de poloneses direcionadas ao próprio grupo aconteciam desde que estes marcaram presença no Rio Grande do Sul (WEBER; WENCZENOVICZ, 2012). Mas daí para trabalhos historiográficos acadêmicos é um longo caminho. Desde meados do século passado, esse cenário vem mudando, encontrando na obra de Edmundo Gardolinski (1956) um impulso importante para essa temática.

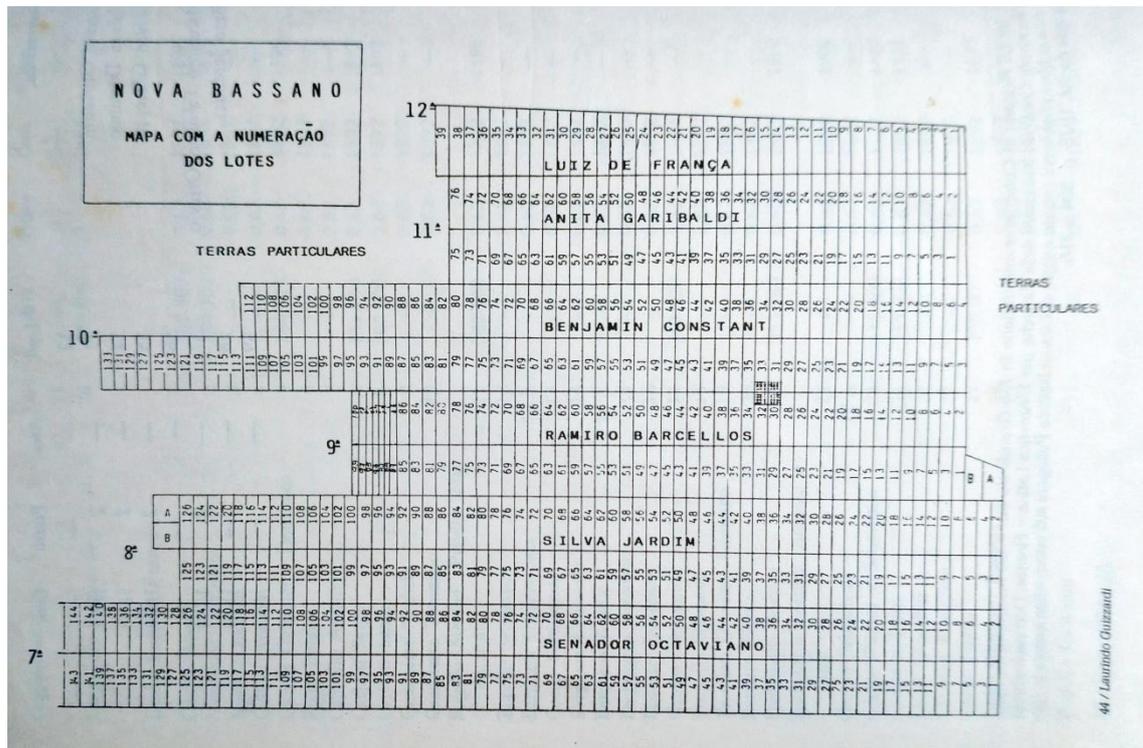
Segundo a historiografia, dois grandes períodos marcam a imigração polonesa para o Brasil. Entre os anos 1890 e a Primeira Guerra Mundial, houve o que ficou conhecido como “febre brasileira”. O primeiro período “abrange de 1890 até 1897, quando o governo brasileiro proporcionou transporte gratuito aos imigrantes, através de contratos com companhias de navegação; o segundo iniciou-se em 1906” (WENCZENOVICZ, 2007, p. 422).

Partir de seu país de origem certamente não foi fácil. Do embarque no porto de origem ao estabelecimento no lote colonial designado, o imigrante passou por uma penosa jornada, repleta de desafios.

## **1.2 Imigrantes italianos e poloneses em Nova Bassano a partir de fins do século XIX**

Na época da “febre brasileira”, “migraram para Nova Bassano 180 famílias polonesas. Alfredo Chaves recebeu 10 famílias, e Capoeiras, atual Nova Prata, 100 núcleos familiares” (GARDOLINSKI, 1956, p. 17). Entre 1890 e 1894, Nova Bassano já contava com 900 imigrantes poloneses. As regiões em torno, isto é, Alfredo Chaves e Capoeiras, contavam com 800 e 300 imigrantes poloneses respectivamente, segundo tabela apresentada por Gardolinski, (1956, p. 21). É importante ressaltar que estas localidades ainda não constituíam municipalidades, mas pertenciam todas à mesma colônia. Segundo o “relatório de ocupação das terras, sabemos que a Linha 7ª (Senador Octaviano) fora quase toda ocupada em 1891” (GUIZZARDI, 1992, p. 26). Esta linha é justamente para onde se destinaram a maior parte dos imigrantes poloneses e onde se encontra o cemitério polonês do município. Alguns dos sobrenomes dos primeiros imigrantes da linha eram Koproski, Komonski, Zepugni e Tabachi (RADIN, 1995). A localidade encontra-se nas divisas dos municípios de Nova Bassano, Nova Prata e Vista Alegre do Prata, e segundo Radin, “há uns 40 anos passou para a Paróquia de Nova Bassano, mas continua pertencendo ao município de Nova Prata” (1995, p. 46). No entanto, o cemitério polonês integra a rota turística de Nova Bassano, motivo pelo qual delimitamos nossa pesquisa a este município.

Figura 4 – Mapa de Nova Bassano indicando linhas e lotes.



Fonte: Mapa da divisão do território de Nova Bassano com numeração dos lotes e das linhas, e respectivos nomes. Laurindo Guizzardi (1992, p. 44).

Em 1884, a colônia Alfredo Chaves foi fundada e começou a ser demarcada. Em 1886, chegaram as primeiras famílias italianas, que ocuparam os lotes mais planos da região da serra. Os imigrantes poloneses, chegando pouco tempo após, foram designados aos lotes próximos ao Rio das Antas e a terrenos mais acidentados (WONSOWSKI, 1976). A ocupação dos lotes disponíveis nas linhas de Alfredo Chaves que compunham o território de Nova Bassano, porém, foi feita majoritariamente por italianos. Laurindo Guizzardi (1992, p. 31-43) fez um levantamento dessa ocupação nas linhas Silva Jardim (8ª), Ramiro Barcellos (9ª), Benjamin Constant (10ª), Anita Garibaldi (11ª) e Luiz de França (12ª). Segundo o autor, “o maior contingente da população foi constituído por italianos vindos diretamente da Europa” mas também houve a “migração interna que trouxe para cá numerosas famílias das colônias mais velhas de Bento Gonçalves e Garibaldi” (GUIZZARDI, 1992, p. 31). Percebe-se que os imigrantes poloneses foram sendo alocados nas periferias da colônia ou dos centros que começavam a se formar.

Nova Bassano foi assim nomeada em homenagem à cidade natal do Padre Pietro Colbacchini (Bassano Del Grappa, na Itália), importante personalidade na fundação da paróquia de Nova Bassano, que viria a emancipar-se em 1964. No ano de 1896, os moradores, juntamente ao Pe. Colbacchini, buscavam chegar a um consenso para a construção da igreja. O acordo

sobre “o local da futura paróquia e do povoado aconteceu no dia 15 de novembro de 1896. Esse dia, portanto, deve ser considerado como a data de fundação de Nova Bassano” (GUIZZARDI, 1992, p. 82). O local de escolha para a construção da igreja ficava aos fundos das linhas 9a (Ramiro Barcellos) e 10a (Benjamin Constant).

um grupo mais selecionado, dentre os quais se encontravam alguns carpinteiros poloneses, davam-se de alma e corpo à obra de construir nova igreja e a casa canônica anexa. Para arranjar material, o Pe. Pedro havia jogado um lance corajoso: induzira os colonos a demolir as quatro capelas mais próximas e ceder as tábuas para a obra da igreja matriz (GUIZZARDI, 1992, p. 87).

Assim, a nova paróquia foi inaugurada em 14 de fevereiro de 1897. Na época de sua fundação, a paróquia “era vastíssima, e abrangia Nova Prata, Araçá, Paraí, Guabiju, Protásio Alves, e também as paróquias de Veranópolis, parte da de Cotiporã, a de Fagundes Varela e a de Vista Alegre” (RADIN, 1995, p. 28).

A colônia Alfredo Chaves, e consequentemente o território de Nova Bassano, foi distrito do grande município de Lagoa Vermelha, do qual desmembrou-se por decreto em 15-15-1898 (COSTA, 1997). Posteriormente, foi criado o município de Prata, através do Decreto n. 3.351, de 11-8-1924, abarcando os 2º, 5º e 6º distritos de Alfredo Chaves, isto é, Capoeiras (centro administrativo do novo município), Nova Bassano e Vista Alegre respectivamente (COSTA, 1997). Desde aquele ano, a localidade de Bassano del Grappa passou a ser conhecida como Nova Bassano, tendo o nome alterado, pelo Decreto n. 1.842 de 30-6-1939, para Silva Paes em decorrência dos acontecimentos ligados à Segunda Guerra Mundial. Em 1947, as autoridades estaduais, devido a um abaixo-assinado feito pelos moradores do local, mantiveram o nome pré-Segunda Guerra, isto é, Nova Bassano. Essa informação “deixa entrever a não-aceitação do nome estranho, a redefinição de uma identidade, a união do grupo para formalizar a iniciativa do abaixo-assinado” (FROSI; DAL CORNO; FAGGION, 2006, p. 3023).

Como uma herança da vida campesina europeia, muitos dos imigrantes que viajaram para o Brasil construíram sua vida em torno da religiosidade. Nas colônias do Rio Grande do Sul não foi diferente. Observando o modo de vida dos colonos, alguns autores apontam que, “especialmente antes da emancipação política, a vida da colônia refletia-se ou confundia-se com a vida e dinâmica paroquial” (COSTA, 1997, p. 17). Ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que grande parte da historiografia sobre a região colonial foi produzida por membros eclesiais. Considerando que a história não é neutra, mas sim subjetiva e por vezes atende a interesses diversos, é importante nos questionarmos de onde vêm as informações e como os dados que compõem essas histórias combinam-se para reafirmar um ponto de vista. Mesmo

assim, a produção historiográfica eclesiástica constitui relevante suporte para a pesquisa, tanto pela riqueza de documentação quanto pela importância dada à história pelos escritores.

### **1.3 Fronteiras culturais e sociais: encontro de culturas e formação identitária**

Pensar a sociedade e suas relações implica também pensar em fronteiras. Segundo Golin, “a zona fronteira é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos” (2002, p. 14). Indo muito além dos aspectos geográficos e naturais, as fronteiras são “realidades tangíveis, ou seja, como realidades efetivas e realidades do pensamento, são o resultado de relações de poder” (MELO apud GOLIN, 2002, p. 16), produzindo diversidades culturais e sendo produto destas. Nesse sentido, Pesavento afirma que “todos sabemos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas” (2004, p. 109). Nas áreas de colonização, as linhas destinadas à ocupação pelos colonos muitas vezes simbolizaram até mesmo a fronteira entre dois países. As linhas determinaram a “estrutura social e a unidade orgânica do povoamento. A sede da colônia era o centro administrativo e comercial, mas foi na própria linha que os imigrantes organizaram sua vida religiosa e social, segundo o modelo de seus vilarejos natais” (MANFROI, 1975, p. 242-243). As formas de relação entre os colonos variaram conforme a procedência destes, mas nessas relações

a situação da fronteira cultural é exemplar: construída no plano do cultural, define o pertencimento ou o estranhamento diante dos tipos, ações e espaços de uma situação de alteridade, o que equivale dizer, vivida em um espaço onde personagens e ações se enfrentam, se cruzam e se mesclam, produzindo uma sensação não apenas de especificidade e reconhecimento de atitudes e modos de ser partilhados, como de distinção, que não só separa como opõe (PESAVENTO, 2004, p. 112).

Como exemplo, podemos citar as relações fronteiriças entre poloneses e demais imigrantes nas regiões de colonização do Rio Grande do Sul, em que os primeiros, por muito tempo, foram marcados pelo estigma de “polacos sem bandeira”, um xingamento que fazia “alusão direta à ocupação da Polônia pelas potências estrangeiras” (VICROSKI, 2021, p. 88), o que fez com que muitos poloneses suprimissem sua nacionalidade para evitar constrangimentos. No entanto, por mais que tenha ocorrido a supressão da nacionalidade em alguns casos, noutros ela foi celebrada por meio da afirmação da identidade polonesa. Isso porque muito da identidade dos grupos no século XIX relacionava-se com sua nacionalidade, e a manutenção dos costumes, da língua, da religiosidade, entre outros, constituía uma forma de legitimação identitária.

As identidades individuais são construídas histórica e culturalmente. Na maioria das vezes, a forma como “nos constituímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 145) não é um processo consciente, mas sim constituído nas relações do dia-a-dia e no contexto em que estamos inseridos, de modo que a identidade é formada ao longo do tempo, “através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38). É interessante, então, pensar na construção das identificações do sujeito, invés de sua identidade integral, originária e unificada (HALL, 2013). Assim, essa identificação não se dá de maneira fixa, mas é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).

Mas por mais que a construção identitária perpassasse pela nacionalidade, o caso dos imigrantes italianos é um tanto intrigante. A Itália passava pelo período conhecido como *Risorgimento*, movimento político que buscou unificar os reinos formando um só país. Esse período foi marcado por diversos conflitos, fome e pobreza. A ascensão capitalista tornou a vida dos pequenos agricultores complicada, não havendo como competir com a mecanização do trabalho e as novas regras do mercado que surgiram no final do século XIX. Além disso, o grupo socialmente mais fragilizado era justamente o que mantinha maiores tradições religiosas, os pequenos agricultores. Ora, a unificação pela qual a Itália passava presumia a anexação do território romano, suprimindo os poderes papais, subjugando-o a um governo secular. Isso era inadmissível, de forma que parte da população, assim como a Igreja Católica, eram contrários à unificação, sendo considerados inimigos da pátria. Mas onde se encaixam os imigrantes italianos e qual a ligação entre este assunto e a construção identitária dos colonos no Rio Grande do Sul?

Segundo a produção bibliográfica sobre o assunto, sabe-se que a unificação não era ponto acertado entre todos os cidadãos italianos. Alguns nem estavam a par de toda a situação. Durante o processo de unificação, levas de imigrantes viajaram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. A maior parte desses viajantes era fervorosamente católico, como podemos perceber em depoimentos e documentos da época, mas principalmente porque a vida religiosa foi o primeiro aglutinador social, o que manteve o espírito de comunidade nas colônias quando essas pessoas chegaram ao Brasil. Dessa forma, grande parte dos colonos não tinham o ideal nacionalista de pertencer à pátria Itália, não sendo possível afirmar que estes compartilhavam da mesma identidade nacionalista nos moldes desejados pelo governo italiano.

No entanto, apesar de não haver um fervor nacionalista, os costumes e tradições das regiões italianas eram muito apreciados e observados. Além disso, por mais que alguns segmentos fossem contra a unificação que estava em curso, “se sentiram italianos ao manter contato com outras etnias” (POSSAMAI, 2007, p. 50). A construção identitária dos italianos imigrantes passou por estes percalços, e demonstra ser importante a distinção entre a política de italianidade oficial propagada pelo Estado italiano e a italianidade que se fez presente no dia-a-dia do colono no Brasil (POSSAMAI, 2007).

Por mais que, inicialmente, poloneses e italianos não estivessem nos melhores termos em questão de convivência nas colônias mistas, e que suas culturas diferissem em alguns aspectos, a começar pela forma de assentamento e trabalho na terra, mas especialmente a língua falada, em outros pontos esses imigrantes tinham muito em comum. Obviamente, um deles era o fato de serem imigrantes em um lugar totalmente diferente de onde vieram. Outro fator importante na convivência desses grupos foi a religiosidade. Novamente, o catolicismo aparece como aglutinador, agora não apenas de colonos vindos da mesma região, mas de diferentes localidades. As fronteiras culturais, antes tão delimitadas, aos poucos passam a ser um “lugar” de alteridade, no qual o intercâmbio identitário ocorreu. Dito isso, percebemos que “o processo de construção e reconhecimento identitário é complexo, dinâmico e contínuo. O formato que ele assumirá dependerá, em larga medida, do ambiente social no qual o indivíduo está inserido” (VICROSKI, 2021, p. 98).

Compreender o processo de ocupação do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus no século XIX, em suas nuances e singularidades, de forma aprofundada, foge do escopo deste trabalho. No entanto, fez-se necessária uma contextualização deste processo para compreender a fronteira étnica e cultural que se apresenta na região que hoje é o município de Nova Bassano, o que influencia na percepção sobre o patrimônio, e, conseqüentemente, nos cemitérios enquanto lugar de identificação comunitária.

Nessas comunidades, que foram lugar de encontro de diferentes sujeitos, a identidade de cada grupo foi muito importante, assim como a diferença. Ambos conceitos e processos - de identificação e diferenciação - são codependentes (SILVA, 2013) e operam em medidas desiguais, vinculados a relações de poder (WOODWARD, 2013), como também aponta Abreu, que afirma que

[...] o conceito de identidade tem sido pensado como exercício da diferença, pois pressupõe sempre o olhar sobre o outro, entendendo que só é possível compreendê-lo se nos abrimos para a visão que o outro tem de si mesmo, ou seja, se exercitarmos a atitude de ouvir e perceber os outros modos de existência diferentes dos nossos (ABREU, 2016, p. 43).

Em que pese seja ativamente construída, “a identidade pessoal e cultural está ligada ao lugar” (TILLEY, 1994, p. 9 tradução), demarcando fronteiras que distinguem o que está dentro e o que está fora (SILVA, 2013), de modo que as relações sociais entre os diferentes grupos ocorrem com base nas identificações e nas diferenças, e em como estas são representadas e apresentadas ao mundo.

Ainda conforme Tilley, “o lugar atua dialeticamente de modo a criar as pessoas que são daquele lugar. Estas qualidades das localidades e paisagens dão origem a um sentimento de pertencimento, enraizamento e familiaridade” (1994, p. 20 tradução), tendo sido construída, por meio de interpelações e relações de poder das diferentes identidades que coexistiram nas colônias, a identidade do colono, que superou a apresentação do sujeito como “italiano” ou “polonês”, mas que passou a ser a do “colono italiano” ou “colono polonês”, ou, em muitos casos, simplesmente do “colono”, do “imigrante”. Formadas historicamente, as identificações dos imigrantes foram alterando-se com o passar do tempo, seja a partir do contato com a multiplicidade de indivíduos, seja a partir da descoberta de novas identificações que divergiam da identidade apresentada pelo grupo, ou por qualquer outro motivo que permite ao sujeito perceber de diferentes formas o mundo que o cerca e apresentar novas nuances de identificação a esse mesmo mundo.

Agora não mais italianos e poloneses, legalmente, mas brasileiros, essas identidades e diferenças passaram a ser, por conseguinte, representadas nos cemitérios, sendo importante ponto de apoio na lembrança dos antepassados e suas origens.

## II. CEMITÉRIOS E PATRIMÔNIO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES

Os cemitérios e os estudos históricos, arqueológicos, arquitetônicos, artísticos relativos à morte vêm encontrando cada vez mais espaço no âmbito acadêmico. Apesar disso, o diálogo entre cemitérios, história e cultura material encontra poucas referências. Nesse panorama é que se encaixa este estudo, em um cenário que propõe também discussões acerca da patrimonialização da cultura material funerária, das atitudes sociais e culturais diante da morte e, a partir dos cemitérios, discutindo de modo inclusivo o turismo nesses lugares de rituais.

Neste capítulo, teremos como foco os cemitérios e o patrimônio. Nas abordagens a seguir, nosso objetivo é demonstrar como um cemitério pode vir a ser patrimônio de um município, uma vez que estes lugares assumem a importante função de catalisar identidades e sentimentos de pertencimento.

### 2.1 Os campos santos extramuros

Nas áreas de colonização, os aspectos relacionados à separação entre sociedade e igreja no que tange aos enterramentos foram ambíguos. Ao mesmo tempo em que a secularização dos ritos demorou a acontecer de forma consciente, ela ocorreu pela ausência do clero nos primeiros anos de instalação dos colonos. Essa secularização, conforme ocorria nos grandes centros durante o século XIX, se apresentava mais de forma compulsória pelo isolamento das linhas coloniais do que por algum interesse político, sanitarista ou outro fator, como podemos inferir a partir de carta escrita por moradores da região de Nova Bassano à D. Scalabrini na virada do século XIX para o XX, pedindo que este “enviasse sacerdotes para administrar sacramentos e enterrar os mortos” (RADIN, 1995, p. 57). Longe de evidenciar um declínio na religiosidade, o processo de secularização pelo qual os cemitérios passaram apontam mais para o enfraquecimento da posição eclesiástica nas decisões sociais cotidianas ante o Estado (DILLMANN, 2013), como é possível observar nas colônias. Assim, nesta seção buscaremos apresentar, de forma breve, uma contextualização sobre como os sepultamentos foram tirados de dentro dos muros das igrejas e passaram a acontecer em locais específicos a este fim, os cemitérios.

Desde que o ser humano compreendeu que após o fenômeno da morte não há volta, existiram locais para depositar os restos dos membros do grupo ou entes queridos. Na Roma Antiga, por exemplo, existiram as catacumbas, que consistiam em cidades subterrâneas

formadas por galerias e câmaras subterrâneas nas quais se depositava o caixão (ARAÚJO, 2006). Não nos esqueçamos, ainda, das conhecidas pirâmides egípcias, as quais funcionavam também como tumbas. Percebe-se, ainda, que há uma relação da produção artística funerária com as respectivas crenças e com a preocupação do destino do corpo e alma após a passagem. Pode-se afirmar, então, que a representação da morte e do morto assume importante função na sociedade em que se insere, no que tange à memória e à identificação, bem como a necessidade de garantir a paz do finado em uma suposta vida no além. Os cemitérios extramuros como são hoje conhecidos começaram a aparecer conforme a Igreja Católica foi perdendo influência perante o Estado e na gestão das sociedades. Durante o século XVII, os cemitérios passaram a existir fora dos muros da Igreja, em seus arredores, em proximidade com as comunidades. Estes lugares, além de caracterizarem-se como morada final, eram também lugar de aproximação entre vivos e mortos, uma vez que era comum que “a população utilizasse o espaço para usos do cotidiano e até mesmo para fins de entretenimento” (IZIDORO, 2014, p. 11) (GALVAN, 2019)<sup>4</sup>.

Antes da secularização dos enterramentos, cujas discussões iniciaram no Brasil após a Independência<sup>5</sup>, uma parte dos mortos eram enterrados em igrejas ou capelas, ou em suas dependências<sup>6</sup>. Essa convivência constante de vivos e mortos, e o poder eclesiástico sobre a morte, tornou-se um problema para autoridades higienistas, que defendiam que os enterros deveriam ser feitos em cemitérios afastados das cidades (REIS, 1991). Neste contexto, estabeleceu-se o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos<sup>7</sup>. Mauro Dillmann aponta dois momentos importantes para pensar os cemitérios no século XIX:

proibição de enterramentos na igreja, com a criação de cemitérios extramuros, que eram públicos, mas possuíam os auspícios religiosos da Igreja, e a secularização dos cemitérios com o fim da ingerência católica sobre os mesmos, que além de públicos tornaram-se livres a todos os cultos religiosos, sendo regulados pelas municipalidades. (DILLMANN, 2013, p. 60).

---

<sup>4</sup> Algumas ideias aqui expressas foram também publicadas pela autora em dois artigos, citados separadamente, por vezes de forma indireta. Também é feita referência à monografia de conclusão de curso da autora. Tanto essa pesquisa precedente, quanto os artigos, fazem parte do caminho acadêmico que levou à escrita da presente dissertação.

<sup>5</sup> Pelo Decreto nº 583, de 05 de Setembro de 1850, foi instituída a prática de sepultamento em cemitérios a céu aberto. Prática esta que foi contestada, gerando revolta em alguns setores populacionais, como é o caso da *Cemiterada*, episódio ocorrido na Bahia. Para ver mais sobre esta revolta: REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>6</sup> É importante apontar, entretanto, que entre católicos, ou mesmo entre protestantes luteranos no Rio Grande do Sul, não era comum a prática de enterramento no interior das igrejas (DILLMANN, 2017, p. 50), mas sim em cemitérios a elas. Pode-se observar que o sepultamento nas igrejas, quando ocorria, era reservado a membros do corpo eclesiástico.

<sup>7</sup> No Brasil, por meio do Decreto nº 9.886, de 07 de março de 1888, implementado após a Proclamação da República, em 1889.

Nesse sentido, foi pelo “decreto 789, de 27 de setembro de 1890, que eliminou a intervenção de qualquer autoridade religiosa na gerência de cemitérios públicos, que passaria, a partir de então, à competência das municipalidades e das polícias” (DILLMANN, 2013, p. 62). Além da dissociação entre Estado e Igreja, o discurso oficial da época chamava atenção para os perigos dos enterramentos dentro das igrejas e próximos aos centros urbanos, de forma que além de situar os cemitérios extramuros, “procurar-se-ia um local onde determinadas exigências deveriam ser respondidas, como, por exemplo, a altitude do terreno, a composição de seu solo e sua vegetação” (RODRIGUES, 1997, p. 59). A crença era de que, “mal conservados e mal sepultados, os cadáveres em putrefação produziam eflúvios miasmáticos” (RODRIGUES, 1997, p. 59), os chamados miasmas, responsáveis pela disseminação de doenças.

Ligada ao processo de laicização da sociedade, no qual o Estado se separava da Igreja, retirando-lhe também o papel de destaque nos ritos fúnebres, a secularização da morte e dos cemitérios proporcionou, em alguma medida, formas diretas e privadas de comunicação entre vivos e mortos, sem a Igreja como intermediária (RODRIGUES, 2013). A organização das necrópoles desse período pode ser vistas analogicamente aos sepultamentos *ad sanctos* da Idade Média, no sentido de que se nas igrejas as personalidades de mais influência ficavam próximas aos altares, nos cemitérios, secularizados, os expoentes sociais recebiam lugar de destaque. A organização interna dos cemitérios, com seus locais privilegiados, não é o único indicativo da hierarquização que se transpôs a estes lugares, que passou a ser campo profícuo para o desenvolvimento de um tipo específico de manifestação artística. Foi nos cemitérios secularizados e organizados hierarquicamente que a arte funerária teve grande expressividade. A popularização de ornamentos fúnebres está ligada diretamente à predominância de ideologias políticas e relações de classe, uma vez que “as classes dominantes impõem sua imagem de morte e criam uma pompa fúnebre em que se ressaltam os valores da sua classe, glorificando certos personagens representativos destes valores ou atividades específicas” (BELLOMO, 2008c, p. 44) (GALVAN, 2021). O ideário estético funerário do século XIX e início do XX é característico do processo da consolidação burguesa na sociedade, e a última morada passou a ter como objetivo, além da rememoração do ente querido, afirmar o posicionamento de uma família e de seus mortos na sociedade.

Neste campo dos motivos afetivos e sociais, a arte tumular na forma da estatuária alegórica personificou o que se queria representar. As expressões funerárias alteram-se conforme o sentimento que se pretende transmitir, mas de forma geral apresentam-se pela

imagem feminina, por vezes alada como um anjo, com expressões de tristeza, saudade, desolação. Contribuindo com a interpretação da mensagem representada no monumento funerário, aparecem os signos e símbolos, refletindo o gosto da sociedade burguesa de então (GALVAN, 2021).

Em grande medida, o significado da estatuária tumular é compreendido quando expressa-se alegoricamente, por meio de representações, ou seja, "dado o vínculo que ela mantém com as representações do luto, alicerçadas no discurso religioso, moral e econômico do grupo social a que serve, o valor da arte funerária deve ser considerado a partir de critérios próprios" (BORGES, 2002, p. 2). Encerra-se, nesses lugares, "uma iconografia repleta de representações estereotipadas - criaturas imaginárias que povoam o mundo dos cemitérios - e hieráticas [...]. Essas obras valem por si mesmas e sua presença é suficiente para que se integrem ao jogo coletivo da comunidade" (BORGES, 2002, p. 7), de modo que o estudo da produção escultórica cemiterial deve seguir noções próprias por constituir um campo de análise único e específico.

A produção da estatuária cemiterial encontrou espaço nas marmorarias, que foram muito populares no período em que a arte funerária esteve em alta. Segundo Maria Elizia Borges, no final do século XIX e início do século XX – momento em que há um questionamento do papel do artesão – os marmoristas, ou artistas-artesãos, como a autora se refere a estes trabalhadores, tinham algum privilégio: "tratava-se do período áureo de sua profissão, pois prestavam serviços aos inúmeros cemitérios secularizados e às construções ecléticas" (1995, p. 85-86) que foram surgindo. Os trabalhos das marmorarias variavam entre a confecção do monumento completo ou de partes dele, sendo grande parte das obras produzida em série, replicada e/ou importada, escolhidas por meio de catálogos pelos clientes (CARVALHO, 2015). Essas réplicas feitas a partir de moldes proporcionam ao visitante do local de enterro a observação de diversas obras similares. O tema de obras e da reprodução seriada é abordado por Luiza Fabiana de Carvalho de forma clara e elucidativa. Segundo a pesquisadora, o cliente, ao escolher os adornos da sepultura planejada, tinha como opção centenas de réplicas apresentadas em catálogos, mas "sem abrir mão do gosto pessoal e da identificação com o objeto escolhido" (CARVALHO, 2015, p. 337). Boa parte das obras escolhidas por meio destes catálogos vinham de marmorarias europeias, revelando um movimento de conformidade entre tendências Brasil-Europa no âmbito cemiterial. Entretanto, é preciso lembrar que por mais que tenham se popularizado as réplicas e os catálogos de alegorias fúnebres, os membros mais influentes da sociedade

burguesa em afirmação encomendavam obras únicas de artistas renomados, alguns também estrangeiros, como apontam os textos de Motta (2009) e Borges (2002).

Esse processo pelo qual passaram os cemitérios brasileiros, como dito, estava em conformidade com o continente europeu, salvaguardadas as particularidades de cada localidade.

Considerando o trabalho das marmorarias e demais empresas do ramo, percebemos que a disponibilidade de obras não apenas aproximava o Brasil da Europa, mas conformava um estilo específico para grande parte dos cemitérios interioranos. É importante, ainda, considerar que “a construção dos túmulos em alvenaria e a relativa ausência de estatuária alegórica também revelam a carência material e financeira dessas comunidades e justificam a simplicidade das suas sepulturas” (DILLMANN, 2017, p. 53). Os cemitérios do interior da região serrana do Rio Grande do Sul, e em específico de Nova Bassano, são muito similares, tanto pela situação econômica dos moradores dessa região, quanto pelas obras ofertadas a esse público com determinado perfil.

Em Nova Bassano, a regulamentação sobre os cemitérios inicialmente ficou, como nas demais colônias, sob a responsabilidade da Igreja Católica e das próprias comunidades, que deveriam zelar pelo lugar destinado ao enterramento de seus mortos. Com o fim da ingerência católica sobre os cemitérios, essa responsabilidade passou à municipalidade.

Na Lei Orgânica de Nova Bassano (2008), a gestão explícita que compete ao município legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, além de fiscalizar os cemitérios pertencentes a entidades particulares. No Plano Diretor, os cemitérios aparecem como “áreas de interesse e prioridade de aquisição pelo município, e requerem regime urbanístico especial” (2019, p. 30). Na subseção III, que trata dos cemitérios, o Plano Diretor designa três artigos:

Art. 164° A implantação de cemitérios novos ou a ampliação dos já existentes depende de aprovação municipal ou órgão estadual competente.

Art. 165° Os cemitérios novos que vierem a ser implantados deverão ser isolados dos imóveis contíguos por ruas do Sistema Viário Urbano ou faixas de isolamento de no mínimo 14,00 m (quatorze metros).

Parágrafo único. As faixas de isolamento de que trata o caput deste artigo poderão ser usadas como estacionamento e deverão ser arborizadas.

Art. 166° Os cemitérios estão sujeitos às disposições de Lei Municipal específica. (2019, p. 52).

O mesmo Plano ainda dispõe sobre a exigência de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança antes de aprovar construção, ampliação ou transformação de determinados espaços, entre eles os cemitérios horizontais ou verticais (2019, p. 69). Estes instrumentos legais não se alongam no assunto Cemitérios, apenas indicam de forma geral as ações municipais. Já o Código de Posturas municipal traz informações mais detalhadas sobre os lugares de enterro,

destinando 17 artigos para a temática (Capítulo XIII, artigos 190 a 206, p. 46-50). Dentre estes, cabe destacar os seguintes:

Art. 193 – Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

[...]

Art. 197 – Os familiares ou representantes legais dos mortos são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação no que tiverem construído, e que forem necessários para a estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

§ 1º - As sepulturas nas quais não forem feitos serviços de limpeza, obras de conservação e reparação julgadas necessárias, serão consideradas em abandono ou ruínas.

§ 2º - Os familiares dos mortos ou seus representantes, que são responsáveis pela conservação dos túmulos ou jazigos considerados em ruínas, serão convocados por edital para que façam a devida manutenção dos mesmos e, se no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da notificação, não comparecerem, as construções em ruínas serão demolidas e incinerados os restos mortais nela existentes.

§ 3º - O material retirado das sepulturas, abertas para fins de incineração, pertence ao cemitério, não cabendo, aos interessados, direitos de reclamação.

Art. 198 – A Municipalidade mandará zelar e conservar, por conta de seus cofres, os túmulos ou sepulturas de pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Pátria, bem assim, os túmulos que forem construídos pelos poderes públicos em homenagem a pessoas ilustres. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, 1997, p. 46-48).

No entanto, o Código de Posturas refere-se explicitamente ao Cemitério Municipal, o qual é considerado “um parque de utilidade pública reservado ao sepultamento dos mortos e, por sua natureza, também é, um local respeitável, que deve ser conservado limpo e, tratado com zelo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, 2019, p. 46). Os cemitérios do interior não aparecem destacados na legislação, estando submetidos às mesmas normativas aplicadas ao Cemitério Municipal, mas sendo geridos e mantidos pelas próprias comunidades (CAÚS, 2021). É um tanto preocupante a destinação da cultura material em casos de abandono dos familiares do sepultado, percebendo que somente as sepulturas de pessoas ilustres serão mantidos e conservados pelo município. E considerando que os cemitérios interioranos não são mantidas pela municipalidade, podemos assumir que essa conservação se estende apenas ao território do Cemitério Municipal. Nesse quesito, cabe questionar quem julga esses feitos ilustres e quem é merecedor de tal atenção. A história de pessoas comuns não pode ser considerada parte da história do município? Talvez esteja na hora de começar a questionar as excepcionalidades e pensar na contribuição efetiva de determinado bem patrimonial para a história e identificação comunitária.

Ainda, é interessante notar como se manifesta o caráter laico dos cemitérios no Artigo 193, não sendo necessária a afirmação de crença religiosa para o sepultamento. A partir do momento em que as sociedades passaram a compreender os cemitérios separadamente do ambiente das igrejas, adorná-los com estatuária de significação própria e identificar-se com eles

além do plano individual, esses lugares tornaram-se destinos turísticos. No Plano Diretor de Nova Bassano, o Cemitério Polonês é apontado como destino turístico, integrando a Rota Polonesa (2019, p. 27). Além do aspecto turístico, alguns cemitérios passaram a integrar o rol dos patrimônios nacionais ao redor do mundo, como é o caso do Père-Lachaise, em Paris, ou o Highgate, em Londres. Na América Latina, também é possível encontrar cemitérios com o mesmo *status*, a exemplo do Cementerio de la Recoleta, em Buenos Aires, e – apesar da falta de políticas públicas incentivando e conscientizando sobre o assunto – o Cemitério da Consolação em São Paulo, um destino turístico muito procurado (NOGUEIRA, 2013). Nesse contexto, é preciso dizer, ainda, que os sentidos atribuídos aos cemitérios

podem ser fragmentados, difusos e diversos, e que o olhar patrimonial pode ser construído sob diferentes justificativas, como o afetivo, o memorialístico, o histórico, o identitário, o social, o religioso, o cosmológico, mesmo que existam, na contemporaneidade, resistências em considerar os cemitérios como espaços de visitação e/ou apreciação (DILLMANN, 2017, p. 37).

Mas para compreender a inserção dos cemitérios na seara patrimonial, é preciso antes refletir sobre o lugar do patrimônio na sociedade ocidental.

## **2.2 Cemitérios, patrimônio e turismo no cenário Ocidental**

Ao nos propormos compreender os cemitérios enquanto passíveis de serem inclusos no rol do patrimônio municipal, cabe a esta seção trazer algumas considerações sobre o patrimônio em si e sua abrangência aos lugares de sepultamento. Antes de mais nada, é preciso compreender que o que se designa como patrimônio são construções sociais, devendo ser consideradas no contexto das práticas que geram tal patrimônio e lhe atribuem sentido (ARANTES, 2006), isto é, podemos dizer que o patrimônio “se constitui como processo simbólico de legitimação cultural e social que confere a determinado grupo um sentimento de identidade” (NOGUEIRA, 2013, p. 65). Sendo um conceito polissêmico, a história da definição de patrimônio é complexa, constituindo-se em vasto campo de estudo sobre o qual existe a produção de uma extensa bibliografia.

A compreensão do campo patrimonial público ganhou forças nos fins do século XVIII, quando, em 1789, “todos os elementos necessários a uma autêntica política de conservação do patrimônio monumental da França pareciam reunidos” (CHOAY, 2006, p. 120), sendo a Europa o lugar de impulso para a preocupação com o patrimônio nos moldes ocidentais. Em meio às revoluções conhecidas pelo continente europeu nos últimos anos do século XVIII, e

principalmente no século XIX, mais expressivamente com a revolução industrial, os estudos e ações tangentes à preservação dos monumentos históricos ligados à construção da nacionalidade tomou novas proporções. Segundo Choay, a industrialização em escala mundial contribuiu, “por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico, e, por outro, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte” (2006, p. 127). Os bens patrimoniais que passaram a ser valorizados nesse período estiveram ligados ao sentido político conferido à história, principalmente nos moldes românticos da construção dos Estados-nação, uma vez que “para além do passado, o que estava em jogo era a produção de um sentido para o futuro dessa comunidade nacional” (GUIMARÃES, 2011, p. 104).

No decorrer do tempo e nos diferentes lugares, o entendimento do que seria considerado patrimônio alterou-se, de modo que ao escolher o que se queria preservar, considerou-se o conceito de monumento ou de patrimônio em voga (BRITO, 2011). Françoise Choay compreende que o passado invocado pelos monumentos, de alguma forma, contribui “para manter ou preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal, familiar. [...] O monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança” (2006, p. 18). Nesse sentido, a mesma autora designa patrimônio histórico enquanto

bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (2006, p. 11).

Outra compreensão que pode ser agregada ao conceito de patrimônio é apresentada por Dominique Poulot, para quem o patrimônio define-se,

ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, do documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades (2009, p. 13).

Conforme as definições de ambos os autores supracitados, é possível inferir que a constituição de um patrimônio deveria considerar sua importância para a formação identitária de uma nação, bem como sua relevância no meio em que se insere. No entanto, por vezes os

bens patrimoniais foram instituídos enquanto tal a fim de legitimar uma política de Estado ou uma identidade nacional extrínseca aos sujeitos.

No Brasil, a década de 1930 teve destaque nas ações voltadas ao patrimônio nacional e sua preservação, tendo conhecido “um intenso trabalho de construção da nação” (CHUVA, 2003, p. 313). Durante o século XX, o Estado brasileiro apropriou-se e redefiniu o conceito de patrimônio, a fim de “legitimar uma política de reconhecimento, preservação e valorização cultural” (DINIZ; PACHECO, 2020, p. 18). Assim, no ano de 1937, foi oficialmente criado o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo como figura principal Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o objetivo de “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46). Neste mesmo ano, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, definiu o patrimônio:

Art. 1º– Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Podemos perceber, portanto, que quando as discussões acerca da preservação patrimonial chegaram ao Brasil, o conceito foi “significado de acordo com os interesses dos sujeitos e das relações de poder que norteavam as práticas de patrimonialização a cada tempo presente, a cada conjuntura política da república” (DINIZ; PACHECO, 2020, p. 19). No ano de 1967, o cargo de direção do DPHAN<sup>8</sup> passa a ser ocupado por Renato Soeiro, que “trouxe ao órgão federal de preservação as orientações e conceitos relacionadas ao patrimônio que foram discutido e/ou ampliados pela carta de Veneza<sup>9</sup>” (DINIZ; PACHECO, 2020, p. 24). Esse instrumento concebe o patrimônio da seguinte maneira:

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplica-los no contexto de sua própria cultura e tradições [...]

Art. 1: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOM, 1964).

<sup>8</sup> A autarquia foi criada sob o nome de SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas teve seu nome mudado para DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1946. Posteriormente, em 1970, foi novamente renomeado como IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nome atual.

<sup>9</sup> **Carta de Veneza**, disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>.

A partir do final do século XX, passa-se a pensar o patrimônio em âmbitos mais abrangentes, englobando aspectos muito além dos bens materiais. No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 foi responsável por institucionalizar as noções ampliadas de patrimônio:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Nos aproximando do recorte espacial da pesquisa, a legislação de Nova Bassano, mais especificamente o Plano Diretor, apresenta como patrimônio

o conjunto de bens materiais e imateriais áreas, edificações, imóveis, lugares, paisagens, monumentos e manifestações culturais existentes no Município de Nova Bassano, de domínio público ou privado, cuja proteção ou preservação seja de interesse comum, quer por sua vinculação cultural ou histórica, quer por seu valor natural, urbano, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, artístico, etnográfico e genético (2019, p. 54).

É uma definição ampla, e que apesar de não especificar os cemitérios enquanto lugares patrimoniais, deixa aberta a possibilidade de encaixá-los em tal definição.

Entretanto, por mais que este seja o caminho institucional do patrimônio, a sua aceção pela sociedade não depende apenas de instrumentos legais, como o tombamento, inventários ou registros. Depende, primeiramente, da relação que a comunidade mantém com determinado bem, seja ele material ou imaterial, tombado ou não. Como a bibliografia aponta, a constituição de um patrimônio passa por relações de poder e interesses diversos, mas a valorização e preservação de determinado bem patrimonial ocorre quando há identificação social, quando ele é representativo para os cidadãos comuns, ou quando se constrói uma representatividade a partir da instituição do bem enquanto patrimônio. A chave em questão é a aceção de determinado bem enquanto legítimo e importante para uma comunidade ou parte dela. O patrimônio não constitui-se somente na “expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica” (PAES, 2009, p. 163).

É a partir dessa chave que podemos pensar os cemitérios enquanto bens patrimoniais. As representações funerárias que derivam da identificação de uma sociedade são expressões e

expressam-se nas operações de alteridade e construção da memória comunitária, mas também são formativas nas operações individuais, integrando o sujeito individual, o sujeito comunitário e a convivência com o(s) Outro(s). Elisiana Trilha Castro afirma que os cemitérios constituem lugares onde os “ritos que zelam pela identidade de um grupo têm continuidade” (CASTRO, 2008, p. 15), corroborando para a manutenção dos laços e identificações. Portanto, o estudo e a preservação do patrimônio cemiterial auxiliam na construção identitária dos habitantes de determinada área social. Estes lugares, “dotados de um tempo de relações históricas” (CASTRO, 2008, p. 15), são produtos da experiência humana, fundamentais para a construção de laços sociais. Assim como os demais patrimônios (aqueles fora dos muros dos cemitérios) invocam a memória do passado, a história de determinado lugar ou alguém, o cemitério se constitui de forma primordial como um lugar onde “se recusa esquecer, sendo este um desejo do homem vivo: o homem não quer ser esquecido depois de morto, e por isso ‘constrói’ espaços determinados à sua perpetuação” (NOGUEIRA, 2013, p. 28) (CATROGA, 2010). Além disso, nestes lugares é possível realizar uma leitura social de comportamentos, de imaginários, de modos de vida e morte de determinado período. Renata Nogueira aponta algumas características que nos auxiliam a pensar os cemitérios, de forma que

o acervo cemiterial pode (e deve) ser visto no tocante as informações patrimoniais. Túmulos, jazigos e mausoléus são inicialmente percebidos através da sua estética e harmonia no conjunto, quando se coincidem os referenciais de objetos e observador. Tal coleção também pode ser percebida através da legitimidade e da história, quando por motivo de busca e descoberta, descobrem-se indícios de memórias para construções historiográficas ou bibliográficas. Além disso, as informações patrimoniais podem ser lidas com o intuito de pesquisas diversas, entretenimento e até curiosidade. [...] O patrimônio cemiterial não é apenas aquele registrado em materiais tangíveis como obras, fotos e inscrições, mas o que todo esse conjunto pode representar, ou seja, o que se pode evocar do passado através dessa materialidade. São representações da memória que se encontram preservadas no patrimônio cultural funerário, sendo tais representações pontos que ativam a memória que nos serve de alicerce para o futuro, proporcionando transmissões de culturas de outras gerações, além de constituir material para a construção de identidades culturais (NOGUEIRA, 2013, p. 34-35).

Não apenas observando a finalidade de transmissão geracional imbuído ao patrimônio, cada vez mais pensa-se em um compartilhamento de experiências e conexões culturais, proporcionado também pelo turismo histórico e cultural. Não nos cabe, no presente trabalho, divagar longamente sobre o conceito de turismo, visto que este não é estruturante para a pesquisa, mas sim uma das abordagens em relação aos objetos centrais pesquisados. Entretanto, é importante salientar que “historiadores e turismólogos comungam de espaços fronteiriços e de interdisciplinaridade no atendimento de uma demanda por consumo de serviços e produtos que configuram bens culturais a serem apreendidos, documentados, preservados e

comunicados” (MENESES, 2006, p. 13). O mesmo autor, José Meneses, apresenta a Revolução Industrial como um marco para o turismo moderno, considerando que as

transformações dinâmicas dos meios de comunicação, dos meios de transporte, das diversidades de sociabilidades geradas pelo processo de urbanização, da laicização da sociedade e das relações de trabalho cada vez mais complexas, vai ter uma preponderante influência na origem a um estímulo à atividade turística" (MENESES, 2006, p. 36).

O turismo, atualmente, apresenta-se “complexo, fluido, com características subjetivas e que não existe apenas em função da geração de divisas ou de sua operacionalização” (DEL PUERTO, 2016, p. 28), não se contendo apenas no viés mercadológico da atividade. Ao mesmo tempo, constata-se que

as ações públicas de fomento ao turismo ainda tratam o tema de forma homogênea, ignorando a diversidade cultural e paisagística de cada região e difundindo um turismo massificado que compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 77).

Ao analisar os impactos do turismo dos megaempreendimentos, Butszty, Bartholo e Delamaro (2009) afirmam que não houve uma melhoria significativa na qualidade de vida dos cidadãos das áreas turísticas pesquisadas, de forma que torna-se necessário pensar em modelos alternativos de ações turísticas, com maior envolvimento da população local. Esse turismo de base comunitária apresenta um contraponto ao turismo massificado, no sentido de valorizar os vínculos entre o ambiente e a cultura de cada lugar, sustentando “não apenas o atrativo, mas também a própria estrutura receptiva do turista” (MENESES, 2006, p. 13). Ao apropriar-se dos lugares, a prática do turismo deve estabelecer “uma conexão entre o turista e o ‘espaço’ a ser visitado”, o que pode vir a catalisar “novas atitudes relacionadas às áreas vizinhas aos cemitérios” e acarreta impactos na economia local (NOGUEIRA, 2013, p. 38).

A partir de tais perspectivas, entendemos o turismo cemiterial enquanto atividade voltada para as “reflexões humanas e não necessariamente para o mercado, ainda que se acredite no caráter potencializador para a atividade, a partir desta reflexão, o que também tem implicações para o mercado, como consequência” (DEL PUERTO, 2016, p. 30). Concordamos com o exposto por Meneses, o qual ressalta que “a questão da memória, da busca identitária e da apreensão do passado como patrimônio memorialístico apresenta-se como uma rica fronteira entre a História e o Turismo” (MENESES, 2006, p. 15). Entretanto, abordar o turismo cemiterial pela ótica reflexiva aponta para conflitos que ocorrem do interior do ser humano, que se vê confrontado por sua própria efemeridade.

O município de Nova Bassano integrou, em 2017, o Cemitério Polonês em sua rota turística, reafirmando essa integração no Plano Diretor de 2019:

Art. 66 - IV - Rota Polonesa: Na rota é possível resgatar a memória e tradições da cultura polonesa. Com início na Praça Municipal Padre Pedro Colbachini é possível passar no Museu Municipal, Parque de Eventos e Rodeios, Capela São Pedro, Capela Sagrado Coração de Jesus, Casa de Artesanato Polonês e *Cemitério Polonês*. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, 2019, p. 27, grifo nosso).

Mesmo com essa inclusão, os demais cemitérios do município não são mencionados como destino turístico ou como bens patrimoniais municipais. Há uma rota turística denominada Rota dos Navegantes, que nos leva a entender que tal rota relaciona-se com o movimento imigratório, além das Rotas da Boa Fé e das Sensações, que pelo texto do Plano Diretor, também são relacionadas à imigração e elementos de identificação dos colonos, em especial o fator religioso:

Art. 66 - I - Rota Da Boa Fé: Além de possuir em seu trajeto a Cascata da Boa Fé e a Capela da Boa Fé, a rota possui capelas centenárias como as capelas São Bernardo e São José. Com início na Igreja Matriz, o caminho segue pelo Santuário do Senhor Bom Jesus, Recanto de São Francisco, Capela Botafogo, Capela Santo Antônio, Capela de Nossa Senhora de Caravaggio, Mirante Nossa Senhora de Caravaggio, Capela Boa Fé, Cascata da Boa Fé, Capela São Bernardo, Capela São José, Casas Centenárias, Capela Santa Cruz, Capela São Valentin e finaliza na Capela São Pedro. Além da passagem por duas agroindústrias na Comunidade Santo Antônio e São Pedro.

II - Rota Das Sensações: Nesta rota é possível vivenciar as sensações dos imigrantes que aqui chegaram e habitaram, além da vista das montanhas, resgatar a fé ao conhecer e visitar as igrejas e capelas. Com início na Capela Onze Unidos, segue pela Capela São Roque, Capela Santo Isidoro, Capela Nossa Senhora do Caravaggio, Mirante Nossa Senhora de Caravaggio, Capela Santo Antônio, Capela Botafogo, Recanto São Francisco, Santuário do Senhor Bom Jesus e Igreja Matriz;

III - Rota Dos Navegantes: Com início na Praça Municipal Padre Pedro Colbachini, localizada no centro o Município, é possível passar pelo Museu da Medabil, Capela São Cristóvão, Capela São Marcos e a Capela Nossa Senhora dos Navegantes, antigo Moinho Zanetti, Balneário do Camping Carreiro e Usina Hidrelétrica. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, 2019, p. 26-27).

Isso talvez possa ser explicado em decorrência do formato que o município deseja que o turismo assuma, uma vez que é de interesse municipal a associação do turismo e da “agroindústria voltada para a comercialização direta entre produtor rural e turista, possibilitando a agregação de valor na produção rural do município” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO, 2019, p. 26). Além disso, é preciso pensar a valorização do patrimônio cultural pelo turismo enquanto uma “associação entre o urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território” (PAES, 2009, p. 166). Ainda, a inclusão de apenas o Cemitério Polonês na Rota Turística pode ser pensado a partir da ótica da

diferenciação, observando que “é próprio do homem buscar conhecer as diferenças culturais, intentar compreender significados para as vidas de outros grupos sociais, visitar lugares que não são os seus para compreendê-los em sua espacialização histórica e cultural própria” (MENESES, 2006, p. 20).

Apesar de ter sido incluído na Rota Turística de Nova Bassano e ter recebido incentivo da gestão municipal no pontapé inicial da recuperação do espaço, poucas são as ações do poder público para a manutenção do Cemitério Polonês. Em primeiro lugar, a estrada de acesso encontrava-se em condições precárias nas visitas que fizemos, não sendo possível chegar ao local de automóvel. Isso não seria um problema em lugares centrais, mas o cemitério está a mais de 10 quilômetros de distância do centro, os quais são percorridos em grande maioria por estrada de chão batido. O caminho de acesso do centro do município até a Comunidade Sagrado Coração de Jesus, no entanto, não é o maior problema, e sim os últimos quase cinquenta metros que devem ser percorridos da estrada principal até o Cemitério, os quais são uma subida em área de plantio. Além disso, a manutenção do cemitério fica ao encargo de particulares<sup>10</sup>. Em entrevista, Pedro Gaieski reforça a importância desse estudo e da demonstração de interesse nestes lugares<sup>11</sup> para pressionar a Prefeitura a auxiliar na manutenção. Segundo o morador, um dos responsáveis pela manutenção do Cemitério, “muita gente não vem por causa disso ali”, referindo-se às dificuldades de acesso. “*Non* tem acesso, é uma vergonha *né!*” (GAIESKI, 2021).

Apesar de contemporaneamente a tendência ser de afastamento dos cemitérios, as memórias construídas nesses lugares, bem como as relações expressas na materialidade, em especial nos cemitérios do campo, atuam como meio de produção de formas de vida, associadas a expressões culturais, de trocas religiosas e sociais (DILLMANN, 2017, p. 35-38) das comunidades. Isto porque “o que existem são memórias sociais, plurais, não apenas como diferentes conteúdos de lembranças, mas também como diferentes formas de lembrar” (ABREU, 2016, p. 44). Memórias que resultam de “uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver” (GONDAR, 2016, p. 24). As memórias que se produzem no presente, também revelam formas de pensar o passado em

<sup>10</sup> Eu já trabalhei sessenta *dia* aqui nesse cemitério, e *non to* arrependido, *vô* cuidar até que eu posso. Até quando *non sei, má...* [...] *Non...* se tu quer saber a verdade, *non* ganhei nem a gasolina pra cortar a grama, tive que botar eu, até agora esses quatro ano. E isso já cobreí do prefeito também, acho que até mais a prefeitura devia colaborar do que a comunidade. A comunidade, claro, por si só, *né...* devia cuidar, *má...* *má* eles diz que ‘*ah* agora é da prefeitura’. Tudo custa *né!*” (GAIESKI, 2021).

<sup>11</sup> “Vocês me ajuda a *brigá* com o Prefeito agora, *óh*, ‘*nós fomo* lá, *non dá pra subi*, me arruma isso aí, por favor’. É cinquenta *metro* ali só” (GAIESKI, 2021).

função do futuro desejado (GONDAR, 2016). Isto pode nos levar a ponderar que o passado e o futuro só existem em função do presente. Pensando sobre o ser, a temporalidade e a historicidade, Ricœur afirma que “a temporalidade constitui a precondição existencial da referência da memória e da história ao passado” (RICŒUR, 2007, p. 360), vendo a relação do ser com a história como uma relação composta também por três presentes, isto é, “o presente do passado, que é a memória, o presente do futuro, que é a expectativa, o presente do presente, que é a intuição” (RICŒUR, 2007, p. 360). A representação historiadora, então condicionada a múltiplos presentes, é relacionada com o ser-no-tempo uma vez que fazemos história porque somos históricos. Dessa forma, a memória é influenciada pelo sujeito do tempo que a rememora, assim como a expectativa de futuro se altera conforme o presente do sujeito que o projeta antecipadamente. Não são apenas reprodução do passado, as memórias são selecionadas, apropriadas e reapropriadas a fim de apresentar coerência com o todo social em que o indivíduo está inserido, concordando com Gondar (2016) que é essencial questionar sob que circunstâncias e a partir de que vontade elas chegaram a nós.

Na contramão dos processos de afirmação de uma identidade hegemônica, Nova Bassano privilegiou o Cemitério destinado ao sepultamento de um grupo antes às margens da sociedade colonial em suas rotas turísticas. Os demais cemitérios que visitamos na área rural poderiam encaixar-se nas demais rotas, uma vez que apresentam elementos ligados aos primeiros imigrantes que chegaram à região, motivos religiosos e identitários na confecção dos túmulos e jazigos. Não foi fácil encontrar informações sobre as datas em que esses cemitérios entraram em funcionamento, mas o a obra de Radin traz alguns apontamentos. O cemitério da Comunidade São Pedro foi o primeiro do município a receber sepultamentos, estando em funcionamento desde 1891 (RADIN, 1995, p. 47). O Cemitério da Comunidade São Roque provavelmente surgiu com o início do povoamento da linha e construção da capela, data que se aproxima da Comunidade São Pedro. A Comunidade São Paulo Apóstolo pertencia à Comunidade São Roque, tendo sido construído um capitel em 1916, de modo que podemos localizar a construção do cemitério a partir deste momento, mas não muito longe, pois moradores da localidade solicitaram apoio eclesiástico devido ao fato de que “nasciam e morriam como animais” (RADIN, 1995, p. 57), ou seja, tanto os nascimentos quanto os falecimentos eram frequentes. Entre os cemitérios pesquisados, o Cemitério Polônês também tem sua origem localizada no final do século XIX, quando os primeiros habitantes da linha 7ª se instalaram, tendo recebido enterramentos até meados do século XX, momento em que houve a transposição da estrada que ligava Nova Bassano à Vista Alegre do Prata e realocação da

Comunidade Sagrado Coração de Jesus, inaugurando-se, conseqüentemente, um novo cemitério, mais próximo à capela. Além de tais elementos que indicam a anterioridade das capelas e respectivos cemitérios em relação ao núcleo municipal, são lugares construídos para encerrar memórias e histórias, lugares que tem o papel de lembrar ao ser humano sua efêmera passagem pela terra e sua ligação ancestral.

O turismo voltado ao patrimônio cemiterial, por vezes, observa a cultura como um domínio à parte na vida, excluindo esses lugares das relações cotidianas. No entanto, é preciso que se compreenda esses lugares na sua materialidade e imaterialidade, na sua relação com seu contexto social, constituindo uma perversidade o esvaziamento de sentidos legítimos e práticas culturais originais em relação aos lugares em foco (MENESES, 2012).

Os objetos de cultura material que se encontram nos cemitérios, e que são mediadores entre a sociedade e suas práticas culturais nos locais de enterro apresentam significados diversos, potencializados pelo aporte material, o qual "fornece os estímulos próprios, inclusive as imagens e objetos sacros carregados de conteúdos simbólicos, acentuados pelas marcas do hábito, da interação, da memória" (MENESES, 2012, p. 31). A partir da materialidade desses cemitérios, a imaterialidade da construção identitária, a historicidade e as relações construídas com os locais de enterro são reforçadas quando valorizadas.

### **III. ESTUDANDO A CULTURA MATERIAL FUNERÁRIA**

Este capítulo pretende tratar das aproximações entre a disciplina histórica e os estudos de cultura material, geralmente associados à Arqueologia. O que denominaremos como cultura material serão as fontes principais para o estudo, associadas à pesquisa com outras fontes que consideramos auxiliares, isto é, a legislação municipal e depoimentos de munícipes. Além disso, é neste capítulo que será exposto o caminho que percorremos nesta pesquisa, caracterizando nossa metodologia. Também analisaremos as amostras de cultura material selecionadas nos cemitérios do município de Nova Bassano, relacionando a construção identitária, expressa nas sepulturas bassanenses, com o patrimônio e a cultura material funerários.

#### **3.1 História e cultura material: uma aproximação recente**

Há algumas décadas, a historiografia tradicional considerava como fontes para a operação historiográfica apenas os documentos escritos, estes inclusive “tornaram-se sinônimos de História, a tal ponto que, até hoje, usamos a expressão Pré-História para referirmo-nos a um passado sem escrita” (FUNARI, 2008, p. 83-84), excluindo do terreno historiográfico “a los vestigios materiales, que quedaron sólo a expensas de los arqueólogos, y las fuentes orales, sólo en manos de antropólogos y sociólogos” (SARMIENTO-RAMÍREZ, 2005, p. 321). Com o desenvolvimento e a influência de novas correntes historiográficas, historiadores voltaram sua atenção aos demais elementos capazes de servirem de aporte ao ofício histórico, isto é, as diversas fontes para a construção do conhecimento. Algumas dessas fontes vieram de outras áreas científicas, e seu uso implica na aproximação entre a História e o que por um tempo chamou-se de ciências afins, como é o caso das fontes orais, muito utilizadas pela antropologia, e da cultura material, fonte de trabalho de arqueólogos, que apenas no século XIX passou a ter um estatuto de fonte histórica (FUNARI, 2008).

Nesse percurso, para Rede (2012), dois deslizos principais foram observados em algumas tentativas de aproximação entre a história e as fontes materiais: a utilização da cultura material como mera ilustração ao documento escrito, e, por outro lado, o foco excessivo em atributos físicos, como técnicas de produção, sendo esquecidos os aspectos de historicidade e integração social. Nesse sentido, Meneses aponta que

O cerne da questão, para o historiador (e, portanto, para tomar o navio de Teseu como documento) é, acredito, que os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. [...] Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social (1998, p. 92).

E para compreender tais artefatos em seus diversos contextos, a História interage de forma muito próxima com a Arqueologia e as teorias advindas deste campo do saber. Isto porque “é difícil fazer uma avaliação das abordagens dispensadas à cultura material no âmbito da historiografia, uma vez que os contatos foram esporádicos e fragmentários” (REDE, 2012, p. 142). Há então três correntes arqueológicas, mais popularizadas na disciplina, que discutem sobre a interpretação da cultura material, sendo um dos modelos mais difundidos o Histórico-Cultural, partindo do pressuposto de “que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração” (FUNARI, 2006b, p. 16), modelo segundo o qual uma determinada cultura é representada por um conjunto semelhante de artefatos, prezando pela extensa descrição de sítios e artefatos, vinculado a preceitos nacionalistas. Apesar das críticas, o modelo Histórico-Cultural auxiliou no amadurecimento de diversos métodos arqueológicos (GHENO; MACHADO, 2013).

Na década de 1960, nos Estados Unidos, apresentou-se o movimento da *New Archaeology*, ou Arqueologia Processual, cujos principais teóricos preconizavam uma estreita relação com a Antropologia, refletindo uma visão capitalista e evolucionista do passado humano, afastando a Arqueologia do campo histórico (FUNARI, 2006b). Esta corrente apresentava um caráter positivista, segundo Gheno e Machado (2013), incluindo até mesmo recursos matemáticos às suas pesquisas em busca de validação científica. Outra implicação do processualismo nas pesquisas arqueológicas, segundo Rede, foi a “diminuição da capacidade de perceber e explicar a dinâmica de mutação social em benefício de uma visão mais sistêmica e estrutural” (2012, p. 138), conferindo pouca importância às representações sociais ao se preocupar com as possíveis generalizações dos comportamentos humanos. Apesar das críticas dispensadas a esta corrente, especialmente do que tange ao caráter anti-histórico, a Arqueologia Processual foi importante na “elaboração de minuciosas metodologias e técnicas científicas” (GHENO; MACHADO, 2013, p. 170), influenciando na formação do pensamento arqueológico da atualidade.

No contexto do final do século XX, especialmente a partir da década de 1980, considerando as críticas à ideia de verdade científica e a influência do pós-modernismo, surge a corrente Pós-Processual, ou Contextual, tomando vanguarda na Inglaterra e outros países

anglo-saxões, que introduziu o caráter político aos estudos de cultura material, assim como a importância dos povos no conhecimento pelo próprio passado (FUNARI, 2006b, p. 16-18). O pós-processualismo “validou a possibilidade de utilização de uma pluralidade de métodos interpretativos em uma mesma pesquisa, o viés simbólico da cultura material e as análises qualitativas ao invés das quantitativas” (GHENO; MACHADO, 2013, p. 170), preocupando-se com o contexto histórico e social da produção do conhecimento. Teóricos deste modelo apresentavam a convicção de que os “registros materiais são suficientemente ambíguos e que sua percepção depende de variantes subjetivas e culturais, em um processo cognitivo no qual são construídos os elementos de compreensão do objeto” (REDE, 2012, p. 140). As três correntes apresentadas ainda são utilizadas no âmbito arqueológico, e as teorias advindas da Arqueologia influenciam as pesquisas históricas, especialmente o pós-processualismo e sua aproximação, durante as décadas de 1980 e 1990 principalmente, com teóricos da História Cultural.

No Brasil, ainda em construção e amadurecimento, há a subdisciplina conhecida como Arqueologia Histórica, cujas pesquisas também apresentam influência dos três principais modelos arqueológicos descritos acima (GHENO; MACHADO, 2013). Apesar das críticas à nomenclatura da divisão entre as Arqueologias<sup>12</sup>, a Arqueologia Histórica define seus objetos de estudo através da formação do Mundo Moderno, desde a expansão europeia pelo globo à consolidação capitalista (GHENO; MACHADO, 2013). Além disso, estão inclusas no rol de possíveis pesquisas as continuidades milenares, que

podem ser tão ou mais importantes que a crescente europeização do globo. Dessa forma, entendemos que a Arqueologia Histórica pode dar conta também dos grupos sem escrita, através da cultura material, estudando a interação entre dominantes e dominados, letrados e iletrados, em diferentes contextos culturais e cronológicos. É justamente através da cultura material que a Arqueologia Histórica vai dar “voz” às pessoas comuns que não são visíveis no registro documental, mas que fazem parte dos processos que envolvem a formação do Mundo Moderno (GHENO; MACHADO, 2013, p. 164).

Os pesquisadores afirmam, então, que a força da Arqueologia Histórica está justamente no estudo das coisas do cotidiano (GHENO; MACHADO, 2013), integralizando teorias e métodos próprios com o conhecimento de outras áreas por meio da cultura material. Dessa forma, endossamos as palavras de Lima, para quem “tanto a antropologia tem uma dimensão histórica, quanto a história tem uma dimensão antropológica, e a arqueologia deve

---

<sup>12</sup> No Brasil, a disciplina é dividida em Arqueologia Pré-Histórica e Histórica. Tal divisão, tanto da Arqueologia como dos períodos históricos, é motivo de discussão de longa data, uma vez que a noção de Pré-História aplicada aos estudos anteriores à escrita, nega a historicidade aos grupos humanos ágrafos.

transitar na interseção entre elas” (2002, p. 11-12). Apesar de a Arqueologia Histórica ser, de certa forma, a arqueologia do capitalismo, é importante questionar os usos do passado para justificar determinados sistemas econômicos, e conseqüentemente, sua influência na produção do conhecimento (LIMA, 2002). A disciplina arqueológica, aproximada ao campo historiográfico por meio da Arqueologia Histórica, e do reconhecimento da “forte relação que existe entre os amplos processos sociais, econômicos e políticos e seus objetos aparentemente pouco importantes, seus pequenos gestos, hábitos e práticas cotidianas” (LIMA, 2002, p. 18), evidencia a importância dos estudos históricos voltados à cultura material e aos processos que a envolvem.

Apesar de as definições convergirem, de certa forma, para o ponto das relações entre a materialidade e a ação do ser humano, é possível encontrar múltiplas noções de o que é cultura material. Uma dessas noções é a apresentada por Funari, para quem a cultura material deve ser compreendida como “tudo que é feito ou utilizado pelo homem” (2008, p. 85). Marcelo Rede apresenta outro ponto importante, que considera a cultura material, “por excelência, matriz e mediadora de relações” (1996, p. 274). Deste modo, compreendemos a cultura material não apenas como objetos passivos no cenário em que se desenvolvem as relações humanas, mas enquanto coisas dotadas de animação e que exercem forças e ações, apropriadas pela humanidade, a qual interage com essa materialidade e atribui-lhe significado (REDE, 2012; MENESES, 1983; AHLERT, 2021), numa via de mão dupla, na qual “o conjunto de representações e práticas que constituem a ação social não é concebível sem sua dimensão física” (REDE, 2012, p. 147). Nesse sentido, a cultura material pode representar uma determinada sociedade ou contexto, não sendo reflexo exato de tal sociedade, pois a interação com o meio é capaz de promover uma resignificação. É preciso ter em mente que a cultura material nada pode “significar sem a mediação daquele que constrói e atribui-lhes valor simbólico e referencial. Aqui, mais do que um exercício de abstração, é necessário um esforço de alteridade” (AHLERT, 2021, p. 37). Ainda, é preciso notar que a relação mantida com os objetos altera-se no decorrer do tempo e a depender do lugar, sendo primordial compreender o contexto em que tal objeto se insere. Um exemplo são as forças de mercado no mundo capitalista, pois além de a maioria dos objetos utilizados atualmente não serem feitos pelos próprios indivíduos (ORSER JR. apud GHENO; MACHADO, 2013, p. 165), as relações simbólicas, de posse e de descarte diferem da cultura material voltada ao culto. De tal forma, “tanto la historia de la cultura material como la historia de las técnicas, presentan como problemas mayores el de las fuentes y el de las cuestiones metodológicas” (SARMIENTO-

RAMÍREZ, 2005, p. 332), problemas os quais buscamos solucionar na seção que segue, apresentando a metodologia de pesquisa.

### **3.2 Cemitérios de Nova Bassano em foco: metodologia de pesquisa**

Integrado ao Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA) da Universidade de Passo Fundo (UPF), este estudo é parte do Projeto de Pesquisa Mapeamento dos artefatos arqueológicos da região sul do Brasil, que objetiva promover a colaboração entre alunos da UPF e o Laboratório. Entre os possíveis sítios e artefatos citados no projeto, encontram-se os cemitérios e, conseqüentemente, suas lápides, conjuntos tumulares ou cruzeiros. Nesse sentido, com a hipótese de que a presença dos artefatos arqueológicos que carecem de mais informações torna necessário o desenvolvimento deste mapeamento, as entrevistas e estudos conduzidos neste estudo constituem elemento significativo do projeto supracitado.

Nas visitas aos cemitérios, foram fotografados os elementos de maior destaque, isto é, as sepulturas mais antigas, que apresentavam estatuária ou outros ornamentos; cruzeiros de ferro abandonadas nos cantos dos cemitérios; descartes de materiais funerários, muitas vezes empilhados em cantos ou ao lado da entrada dos locais de enterro. Percebemos uma conformidade de estilos tumulares, tanto nos mais antigos quanto nas atuais capelinhas. Além disso, com estas visitas, ficou ainda mais nítida a discrepância entre o modo de enterro do Cemitério Polonês e o restante dos cemitérios do município, mesmo os mais antigos.

Assim como as pesquisas em torno da cultura material, a oralidade também passou por um período em que não era considerada uma fonte válida para o fazer histórico. Apesar de que desde a antiguidade recorreu-se a relatos e depoimentos como fontes históricas, “no século XIX, entretanto, com o predomínio da história ‘positivista’ e a quase sacralização do documento escrito, a prática de colher depoimentos esteve relegada a segundo plano” (ALBERTI, 2013, p. 23). A desconsideração dessas fontes vinha da falta de objetividade da memória pessoal, que não se encaixava na cientificidade da época. Porém, para o fazer histórico atualmente, investigar as subjetividades e as formas como os sujeitos interpretam o passado por meio da rememoração pode constituir rico acervo de fontes sobre determinado período ou contexto.

As fontes orais, por mais importante que sejam neste contexto, foram relegadas ao papel de fontes auxiliares, pelo fato do nosso foco de pesquisa recair sobre a investigação acerca da cultura material. Nesse sentido, as entrevistas foram tomadas como “contraponto e complemento de outras fontes” (ALBERTI, 2013, p. 42), sendo elas temáticas, “que versam

prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2013, p. 44), ao invés de investigar de forma aprofundada a biografia dos entrevistados.

Antes de conseguir agendar as entrevistas, já havíamos conseguido visitar os cemitérios. Dessa forma, ao mesmo tempo em que nos preparávamos para as entrevistas, foi iniciada a catalogação das sepulturas já visitadas. Inicialmente, propomos os seguintes critérios para a seleção das sepulturas a serem catalogadas:

- a) presença de estatuária;
- b) presença de símbolos e signos ornamentais;
- c) situação de conservação da sepultura;
- d) interferência de terceiros na sepultura;
- e) apropriação da sepultura ou do lugar;
- f) data de falecimento ou data de construção da sepultura;
- g) marcadores de identidade, como epitáfios em língua estrangeira.

Nas visitas, percebemos que nos cemitérios de Nova Bassano destacam-se os itens “C”, “D”, “E” e “G”. Dessa forma, a catalogação e, conseqüentemente, a pesquisa, foram conduzidas seguindo tais critérios. Fizemos então a catalogação das sepulturas. Para que a referência às fontes não se tornasse repetitiva e extensa no decorrer do texto, propomos a elaboração de uma sigla para cada objeto a ser analisado, tomando como base o cemitério em que se encontra, qual o elemento, e um número de designação. Assim, por exemplo, a fonte de pesquisa correspondente à cruz e sepultura de Anna Boachowiz será referenciada como CP-cf01. Desmembrando essa referência, temos “CP” como equivalente ao Cemitério Polonês, “cf” referindo-se ao objeto de análise, nesse caso uma cruz de ferro, e “01” por ser o primeiro artefato catalogado. Como não encontramos documentação precisa sobre a fabricação do mobiliário cemiterial, quem fabricou, em que ano foi feito, decidimos considerar nas análises o ano de sepultamento, quando este é informado.

Figura 5 – CP-cf01



Cruz de Ferro de Anna Boachowiz, no Cemitério Polonês. Imagem da autora, 2020.

Essa catalogação encontra-se integralmente no *Apêndice 1. Catalogação da Cultura Material analisado*, com as especificações, a referência, e uma legenda para a compreensão das siglas propostas, a qual aparece a seguir:

Tabela 1 – Legenda de leitura da sigla de referência.

<b>Parte Inicial</b>	
CP	Cemitério Polonês
CB	Cemitério da Comunidade Boa Fé
CC	Cemitério da Comunidade Nossa Senhora de Caravaggio
CS	Cemitério da Comunidade Sagrado Coração de Jesus
CPA	Cemitério da Comunidade São Paulo Apóstolo
CPE	Cemitério da Comunidade São Pedro
CR	Cemitério da Comunidade São Roque
<b>Parte do Meio</b>	
cf	Cruz de Ferro
cm	Cruz de Madeira
t	Túmulo
j	Jazigo
o	Ornamento
l	Lápide
ct	Conjunto Tumular
<b>Parte Final</b>	
01...	Numeração conforme ordem de catalogação

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, encontram-se algumas catalogações realizadas e o quadro de catalogação das fontes simplificado, o qual conta também com seção referente à morfologia proposta, e que apresenta-se completo no Apêndice A.

*Tabela 2 – Catalogação simplificada das fontes.*

<b>Ref.</b>	<b>Cemitério</b>	<b>Objeto de Análise</b>	<b>Morfologia</b>	<b>Sepultado</b>	<b>Ano</b>
<b>CP-cf01</b>	Polônês	Cruz de Ferro	C	Anna Boachowiz	1950
<b>CP-cf02</b>	Polônês	Cruz de Ferro	C	Inacio Boachowiz	1950
<b>CP-cf03</b>	Polônês	Cruz de Ferro	C	Estevao Buakowiz	1950
<b>CP-cf04</b>	Polônês	Cruz de Ferro	C	Wicenty Gajewski	1929
<b>CP-cf05</b>	Polônês	Cruz de Ferro	B	Nicolau Maskoski	1949
<b>CP-cf06</b>	Polônês	Cruz de Ferro	C	Antoni Zablocki	S.d.
<b>CP-cm07</b>	Polônês	Cruz de Madeira	n.s.a	Wawrzyniec Pawlak	1938
<b>CB-j08</b>	Comunidade Boa Fé	Jazigo	C / B.1	Família Zampieron	1952 +
<b>CB-t09</b>	Comunidade Boa Fé	Túmulo	B.1	S.n.	S.d.
<b>CB-t10</b>	Comunidade Boa Fé	Túmulo	n.s.a	S.n.	S.d.
<b>CC-ct11</b>	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Conjunto Tumular	A / A.1	Angelo Tedesco	S.d.
<b>CC-j12</b>	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Jazigo	A / A.1	Família Nicolli	1952+
<b>CC-t13</b>	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Túmulo	D / C.1	S.n.	S.d.
<b>CC-cf14</b>	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Cruzes de Ferro	n.s.a	S.n.	S.d.
<b>CPA-cj15</b>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Conjunto Tumular	D / D.1	Constante Dall Agnol +	S.d.
<b>CPA-t16</b>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Túmulo	D / C.1	S.n.	S.d.
<b>CPA-ct17</b>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Conjunto Tumular	D / B.1	S.n.	S.d.
<b>CPA-ct18</b>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Conjunto Tumular	D / B.1	S.n.	S.d.

<i>CPA-t19</i>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Túmulo	D.1	S.n.	S.d.
<i>CPA-cf20</i>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Cruz de Ferro	B	Giuseppe Benetuni	1927
<i>CPA-cf21</i>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Cruz de Ferro	B	Arcangelo Brugnerotto	S.d.
<i>CPE-t22</i>	Comunidade São Pedro	Túmulo	A / A.1	Estanislava Gregosk +	1970 +
<i>CPE-j23</i>	Comunidade São Pedro	Jazigo	D / D.1	Família Biffi	S.d.
<i>CPE-j24</i>	Comunidade São Pedro	Jazigo	D / D.1	Família Bianchini	1961 +
<i>CPE-j25</i>	Comunidade São Pedro	Jazigo	C.1	Família Rottini	1937 +
<i>CPE-j26</i>	Comunidade São Pedro	Jazigo	D.1	Família Vicari e Zampieron	S.d.
<i>CPE-cf27</i>	Comunidade São Pedro	Cruz de Ferro	B	Giuseppe Marcante	1918
<i>CR-t28</i>	Comunidade São Roque	Túmulo	D / D.1	Família Balsan e Ceganfredo	1942 +
<i>CR-t29</i>	Comunidade São Roque	Túmulo	D / D.1	Ermínio Bassani	1966
<i>CR-j30</i>	Comunidade São Roque	Jazigo	D / B.1	Família Tecchio/Techio/ Tequio	
<i>CS-cf31</i>	Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Cruz de Ferro	C	Paulo Sobieschi	1953
<i>CS-t32</i>	Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Túmulo	A / A.1	Maria Kaxmirski	1977?
<i>CS-t33</i>	Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Túmulo	D / A.1	S.n.	S.d.

Fonte: **n.s.a:** não se aplica, quando os elementos presentes não permitem classificação, ou quando trata-se de conjunto de objetos, como é o caso das diversas cruzes de ferro em área de descarte. **S.n.:** sem nome legível. **S.d.:** sem data legível. **Sinal de +:** quando há diversas datas de sepultamento legíveis. **Interrogação (?):** quando há dúvida sobre o dado apresentado devido ao desgaste do material, data aproximada. Morfologia de acordo com o proposto no Capítulo 3, figuras 6 e 7. Elaborado pela autora, 2022.

Figura 6 – CP-cf04.



Fonte: Imagens da autora, 2020.

Figura 7 – CC-j12.



Fonte: Imagens da autora, 2021.

Figura 8 – CR-j30.



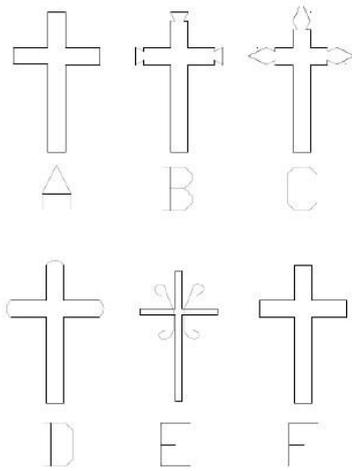
Fonte: Imagens da autora, 2021.

As cruzes de ferro foram encontradas não só no Cemitério Polonês, mas também nos demais lugares pesquisados. Mesmo que posicionadas de maneira diferente, isto é, não marcando diretamente no solo o local de sepultamento, e sim abandonadas em cantos dos cemitérios ou encimando sepulturas, essas cruzes assemelham-se às do Cemitério Polonês. Apesar da escassa documentação e dificuldade de acesso das pessoas na época a uma variedade de objetos e tendências, é possível inferir que o acesso às cruzes de ferro tenha sido possibilitado por viajantes, homens que comercializavam de forma itinerante uma diversidade de objetos, ou mesmo por ferreiros locais<sup>13</sup>.

A observação de tais objetos considerou a classificação material proposta por Dulout (2011, p. 124), apresentada na Figura 5, ainda que o autor tenha proposto essa morfologia considerando cruzes de madeira, de ferro e de pedra.

<sup>13</sup> “Tu sabe que tinha os ferreiros né, as ferrarias, então algumas eles faziam nas ferrarias. [...] Aqui em baixo tinha o Maschio, que ele fazia foice, facão, faca, enxada, todas essas ferramentas com... com ferro. [...] O que eu sei é que vinha um tal de Langer. [...] esse Langer, que era casado com essa irmã do vô, ele vinha, era aqueles *mascate*, aqueles *vendedor ambulante* que a gente diz, e ele fazia as encomendas. Então quando a gente vai ver nos cemitérios às vezes a letra, o trabalho é igual, mas a grafia não é a mesma, porque às vezes eles traziam as plaquinhas com o nome e coisa assim, mas a data tá diferente. Eu já vi isso em vários lugares, porque foi feita depois, por outro. Então muitos, quem trazia era esse Langer” (MODELSKI, 2021).

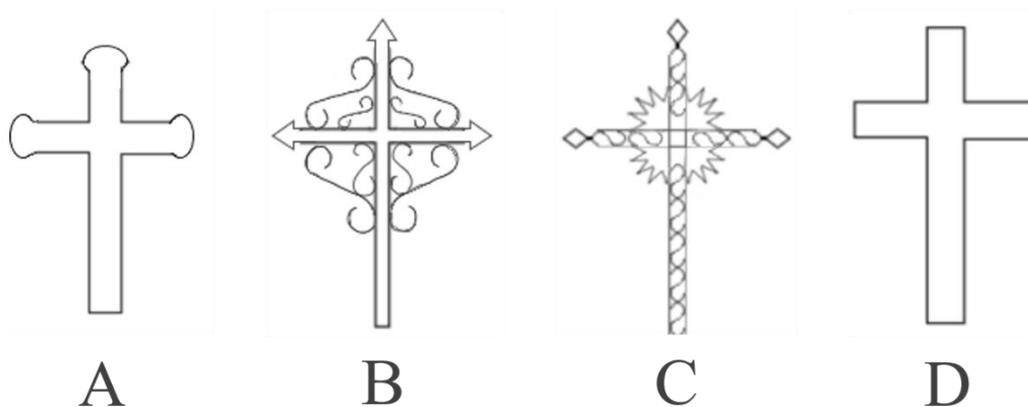
Figura 9 – Morfologia de Cruzes de Dulout.



Fonte: *Morfologia de cruces proposta por Luis Dulout no trabalho intitulado Clasificación Morfológica de los Monumentos del Cementerio de Azampay y su Valor Patrimonial, 2011, p. 120-126.*

Em nosso contexto, consideramos a morfologia proposta aplicada às cruces encontradas. Dessa forma, com base na catalogação de Dulout, separamos as cruces encontradas nos cemitérios de Nova Bassano em quatro formas básicas (Figura 10). No modelo “A”, estão agrupadas as cruces de pedra que possuem arredondamentos nas extremidades. No modelo “B”, agrupam-se as cruces simples de ferro forjado, decoradas com arabescos e com pontas nas extremidades. As cruces do tipo “C” combinam técnicas de ferro fundido e forjamento de ornamentos. E, por fim, as cruces mais comuns, de pedra e com extremidades retas, geralmente compondo algum conjunto tumular, integram o modelo “D”.

Figura 10 – Morfologia de Cruzes Proposta.

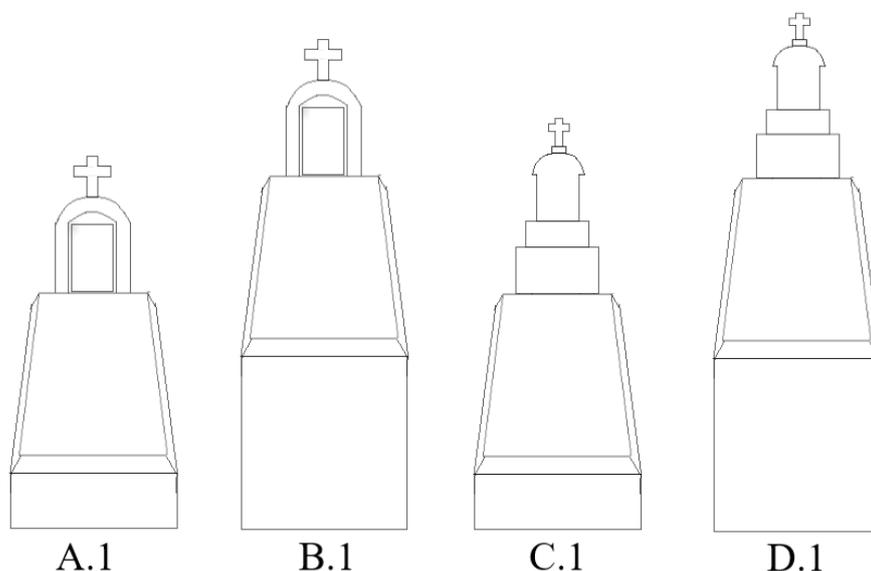


Fonte: *Catalogação das cruces encontradas nos cemitérios bassanenses com base na morfologia proposta por Dulout (2011). Elaborado pela autora.*

A catalogação diferencia túmulos e jazigos, separando ainda lápides e ornamentos do conjunto tumular. Nesse cenário, ao nos referirmos genericamente às construções cemiteriais, utilizamos a palavra sepultura. São compreendidas como túmulos as construções referentes a apenas um sepultado. Jazigos caracterizam locais de enterramento de duas ou mais pessoas, geralmente demarcados pelo nome do patriarca ou pelo sobrenome da família. É importante ressaltar que a diferenciação entre individual e coletivo se deu conforme a informação fornecida pela lápide, nos casos em que essa ainda era legível.

Observando as diferentes tipologias de sepulturas que se apresentam no conjunto de cemitérios visitados, foi possível agrupar as sepulturas catalogadas em três modelos básicos. O modelo A.1 caracteriza-se por sua altura mediana, a cabeceira composta por colunas circundando a lápide. O modelo B.1 tem como característica mais marcante sua altura. Apesar de variar entre as diferentes sepulturas que se encaixam no modelo, todos apresentam uma altura total maior que 190 centímetros. Este modelo também apresenta colunas na cabeceira, entre as quais encontra-se uma lápide. O modelo C.1 também é de altura mediana, acima do solo mas não ultrapassando 190 centímetros. A cabeceira desse modelo se caracteriza pela ausência de colunas circundando a lápide, de maneira menos trabalhada, apesar de apresentar ornamentos em relevo. A cabeceira pode ser arredondada ou quadrada, sendo a primeira opção a mais comum. Por fim, o modelo D.1 combina a altura do modelo B.1, com as características de lápide e cabeceira do modelo C.1, não apresentando colunas ao redor da lápide. A maior parte da população do município é católica, e aliado ao costume de marcar o local de sepultamento com uma cruz, esse fato explica porque a maioria das sepulturas apresenta uma cruz acima da cabeceira.

*Figura 11 – Morfologia de Sepulturas Proposta.*



*Fonte: Modelos gerais de sepulturas catalogadas nos cemitérios bassanenses. Elaborado pela autora.*

Decidimos também catalogar separadamente lápides e ornamentos pelo motivo de que em alguns casos um ou outro elemento são mais significativos. Por exemplo, uma lápide com inscrições em língua estrangeira, ou um ornamento/estatuária específico, único. Quanto ao conjunto tumular, utilizamos essa categoria quando não apenas a construção ou ornamentos são significantes, mas dialogam em conjunto com os objetivos da pesquisa.

A análise da cultura material catalogada leva em consideração as interações entre sujeitos e objetos, compreendendo que essas coisas, objetos, “têm inclinações, tendências, são dinâmicas, não são passivas ou inertes” (HILBERT, 2009, p. 22), e essas características alteram-se no contato diário e em seus usos. Isto porque esses bens materiais “são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, [...] em suma, seus valores” (MENESES, 2012, p. 32). Partindo desse pressuposto, e “ao contrário das peças de um museu, os objetos cemiteriais não são psicologicamente dissociáveis da estrutura em que se integram e do horizonte de crença e de sentimentos com que são lidos” (CATROGA, 2010, p. 172). São construções geralmente vistas exclusivamente como a marcação do local de sepultamento de alguém, mas que transformam-se na possibilidade de expressar de forma simbólica identidades e pertencimentos.

### 3.3 Cemitérios de Nova Bassano em foco: a cultura material funerária bassanense

Apesar do aparente distanciamento entre os cemitérios e a sociabilidade, nas comunidades de Nova Bassano<sup>14</sup> observa-se o mesmo que em grande parte das comunidades interioranas do estado: um conjunto composto pela igreja, cemitério e salão de festas. A área rural municipal apresenta particularidades no que tange ao vínculo com os lugares relacionados à morte, particularidades observáveis a partir do

contraste simbólico entre a igreja e o cemitério, o local da celebração da vida (o batismo) e da morte (o enterro), da alegria e da tristeza, do encontro e da saudade. Essas oposições podem ser relativas e complementares, uma vez que estão presentes na cosmologia das comunidades do campo como espaço interligados que exercem papéis fundamentais de 'acolhida' espiritual desde o nascimento à morte (DILLMANN, 2017, p. 57).

É, inclusive, muito comum que os salões de festa anexos à igreja e próximos aos cemitérios sejam utilizados para velórios em ocasiões em que a família decide velar e sepultar o morto em sua comunidade. De forma diferente do que ocorre na área urbana, no contexto interiorano,

o vínculo entre os cemitérios e os indivíduos é marcado, notadamente, pela distância, mas também pela proximidade. Essa aparente contradição é compreendida pelo distanciamento simbólico do espaço dos mortos e pela aproximação física do mesmo com o espaço religioso e festivo vivenciado pelas comunidades. A relação das comunidades com seus cemitérios, muito mais do que um desejo consciente de demarcar identidade, para construir significados patrimoniais aos seus espaços dos mortos, é pautada, em outros termos pelas experiências individuais e coletivas que situam suas relações com a morte e a forma como interagem com seus mortos (DILLMANN, 2017, p. 64).

Ao adentrar os muros dos cemitérios visitados, a primeira coisa que percebemos foi uma conformidade de estilo nas edificações funerárias. Nas sepulturas mais antigas, as similaridades podem ser observadas entre os objetos catalogados CPE-j23 e CPA-t19, ou ainda entre CPA-ct17 e CPA-ct18, ressaltando que este último recebe intervenções de restauro por parte dos familiares (Figura 12). Outros exemplos dessa conformidade podem ser encontrados nos objetos CPE-j26, CR-t28 e CR-t29.

---

<sup>14</sup> Informações históricas sobre os cemitérios de Nova Bassano aqui pesquisados foram difíceis de conseguir. Em grande medida, isso ocorreu porque antigamente pouco se registrava sobre os lugares de sepultamento, mas também porque nossas possíveis fontes orais, que poderiam ter algo a informar sobre esses lugares, já habitam os cemitérios. Dessa forma, um estudo a partir da cultura material sobre os cemitérios bassanenses figura como um pontapé inicial para desvendar a história destes lugares.

*Figura 12 – Similaridade entre sepulturas catalogadas.*



*Fonte: a) CPA-ct17; b) CPA-ct18. Imagens da autora, 2021.*

Observamos uma predominância de jazigos conhecidos como capelinhas ou casinhas, por assimilarem-se esteticamente às moradias dos vivos, de tijolo, com reboco, algumas até com telhas. A construção dessa tipologia é um movimento recente, permitindo abrigar um maior número de sepultamentos no mesmo terreno. Tal estilo de sepultamento teve impulso a partir da segunda metade do século XX, quando a densidade demográfica dos cemitérios aumentou exponencialmente. Esse aumento no número de sepultamentos e falta de espaço é algo que preocupa em Nova Bassano, como podemos perceber a partir de entrevista com a Assessora Técnica de Planejamento e Mobilidade Urbana, a qual informa que: “a gente tem uma lista de espera de cento e cinquenta famílias aguardando um terreno no cemitério” (CAÚS, 2021). Essa lista refere-se aos sepultamentos no Cemitério Municipal, não considerando os cemitérios do interior.

Estes cemitérios do interior são geridos e mantidos pelas respectivas comunidades, com a prefeitura cumprindo o papel de disponibilizar maquinário e pessoal para serviços como

roçar e recolher descartes<sup>15</sup>. Nestes locais, além das capelinhas é possível ainda encontrar edificações fúnebres que remetem ao início do século XX. Seja túmulos individuais ou jazigos familiares, seja cruzes de ferro ou outros ornamentos, alguns ainda persistem como testemunhos históricos da estética de um período e do gosto de uma parte dos indivíduos.

No cemitério da comunidade Boa Fé, encontramos uma capelinha sendo construída, e mais algumas sepulturas, de aparência muito antiga. Uma delas (CB-t09) chama atenção pela altura, pela construção em si, mas também por não ser mais possível indicar quem ali jaz, ou em que ano foi construída (Figura 13). São elementos que o material não é capaz de nos informar. Mas há outras informações que podemos extrair por meio de uma análise considerando o contexto em que foi construída e se apresenta. Localiza-se em uma comunidade católica do interior de Nova Bassano, onde assentaram-se inúmeros imigrantes italianos, e pelo estilo, especialmente, pela presença do Sagrado Coração, poderíamos pensar se tratar de uma sepultura construída a partir da década de 1930, considerando que “na década de 1930-40, a reação ao crescente materialismo era estimular o culto do Sagrado Coração de Maria e Jesus” (BELLOMO, 2008a, p. 17).

*Figura 13 – CB-t09.*



*Fonte: Imagens da autora, 2021.*

---

<sup>15</sup> “Então... a prefeitura o que que ela faz, é... ela ajuda na parte das máquinas. Por exemplo, “ah, precisa roçar”, aí eles fazem um planejamento, *mas assim*, não é sempre tá?! Geralmente é perto dos finados, tá, que acontece” (CAÚS, 2021).

O jazigo ao lado (CB-j08) é similar em estrutura, mas apresenta uma lápide simples, sem colunas, apesar de ornamentada. Nela, encontra-se em alto-relevo um ramo de palma e uma rosa, atados em um nó por um laço (Figura 14).

*Figura 14 – CB-j08.*



*Fonte: Imagens da autora, 2021.*

Esses ornamentos carregam uma simbologia que remete ao cristianismo. Os ramos de palma podem “ter dupla representação, significando “o sofrimento ou o martírio, por causa da morte, e significa a vitória e a glória de se alcançar o reino dos céus” (DALMÁZ, 2008, p. 102). As rosas podem significar, no ideário cristão, o renascimento místico de Cristo. Entretanto, assumem segundos significados, como o amor divino e a virgindade feminina, caracterizando-se como um símbolo da Virgem Maria. Ao lado, há uma pequena figura portando uma cruz. A data mais provável de construção desse jazigo é de 1952, ano de falecimento de Benjamin Jampiron. Alguns de seus descendentes foram sepultados no mesmo jazigo, sendo o último registro de 2002. Tal sepultura ainda é visitada, apresentando flores novas e limpas, algumas de plástico, apesar de não encontrar-se no melhor estado de conservação.

Compondo este jazigo, ainda há uma cruz de morfologia tipo “C”, similar às encontradas no Cemitério Polonês. Não apenas pela cruz, mas também por lembranças de

Charlene Caús<sup>16</sup>, há a possibilidade de os primeiros falecidos residentes da região terem sido sepultados diretamente no solo. Outro ponto que nos faz considerar esta hipótese é o grande descarte de cruzes que foram encontradas aos fundos dos cemitérios, indicando um processo de recente modernização, como é possível observar na imagem abaixo (Figura 15).

Figura 15 – Cruzes em área de descarte



Fonte: Cruzes nos fundos do Cemitério da Comunidade Nossa Senhora de Caravaggio. Imagem da autora, 2021.

O descarte do material funerário é preocupante por apagar vestígios históricos, mas especialmente quando ele é feito de maneira que nada reste sobre estes artefatos. Funari aponta para duas praxes que, idealmente, deveriam ser consideradas em descartes ou seleções:

“em primeiro lugar, deve-se explicitar os critérios usados para o descarte, para que as gerações futuras saibam o que foi excluído. Em seguida, deve-se seguir o parecer de uma comissão científica que estabelece o que, num determinado momento, se considera importante preservar. Nada disso diminui os prejuízos do processo de eliminação dessas fontes descartadas, elas se perdem mesmo para sempre, mas os pósteros podem sempre julgar quais foram os vieses adotados em cada caso” (FUNARI, 2008, p. 87).

Apesar dos apontamentos de Funari encontrarem-se em contexto diferente desta pesquisa, relacionados às reservas técnicas que não têm como tudo guardar e o descarte se fazer necessário, as praxes apresentadas poderiam ser adequadas ao material funerário, de modo que

<sup>16</sup> “[...] eu tenho uma imagem assim, desse *cemitério italiano*, que também era no chão [grifo nosso], só que ele era todo mal cuidado. E eu não sei se hoje ele ainda existe, ou se alguém limpou tudo e construiu uma casinha” (CAÚS, 2021).

os vestígios que neles se encontram não sejam totalmente eliminados. Uma opção seria fazer um inventário desse material, e até mesmo incluir algumas destas fontes materiais nas exposições referentes à história bassanense. É válido reforçar, ainda, que este material descartado "pertence a um sistema de significados que tem relação direta com as ações humana", e a existência dos cemitérios e de todos seus elementos constituintes, aliados à igreja a qual vinculam-se, "parecem desempenhar um papel fundamental na vida dos sujeitos do campo" (DILLMANN, 2017, p. 63). Dessa forma, o descarte desses elementos como descarte do modo de representação da morte em tempos passados, acaba descartando também uma prática cultural e a compreensão histórica de um circuito do artefato – produção, circulação e consumo –, compreensão esta que é produtora de significados.

Este descarte da cultura material antiga dos cemitérios bassanenses ainda pode ser responsável pela "auralização" do Cemitério Polonês e sua inserção na Rota Turística, no sentido de que se cria uma aura mística sobre os locais que ainda apresentam estas características, especialmente sobre cemitérios considerados "abandonados" pela distância no tempo entre os sepultamentos e o sujeito que os olha.

Observando os objetos de análise catalogados, percebemos que dentre 33, apenas 3 sepulturas não apresentam cruz na cabeceira, apesar de apresentar algum outro elemento cristão, como o Sagrado Coração de Jesus, Anjos e Cristo ressurreto. Além destes três, em um caso não é possível afirmar com certeza o que se encontrava na cabeceira, pois o artefato está quebrado na base, mas observando o conjunto tumular, é possível inferir que se tratasse de uma cruz ou imagem de Cristo.

Apesar de o texto de Dillmann – que nos foi um importante apoio para pensar os cemitérios rurais – caminhar pela seara de rompimento com a ideia de preservação dos cemitérios a fim unicamente de garantir a defesa identitária de um grupo, não há como desconsiderar este fator quando os sujeitos – sepultados ou familiares – buscam reforçar uma identidade imigrante, como é o caso dos epitáfios em língua estrangeira e o Cemitério Polonês em Nova Bassano. A revitalização do Cemitério Polonês foi possível graças aos esforços de parte da comunidade polonesa de Nova Bassano e de municípios do entorno (GAIESKI, 2021; MODELSKI, 2021), demonstrando que há uma identificação com o local por alguns habitantes, e uma vontade de preservar as memórias relacionadas aos que ali estão sepultados. A identidade construída dos colonos, sejam estes italianos ou poloneses, sintetizou diversos elementos. Um deles, comentado acima e muito perceptível na cultura material e nos costumes da região, foi o fator religioso, que aglutinou os indivíduos em comunidade. Na maioria das sepulturas

catalogadas, há algum elemento que torne visível a religiosidade professada. Da mesma forma, os imigrantes procuraram deixar marcas de sua individualidade nos epitáfios escritos em línguas estrangeiras, em suas línguas maternas, como é possível perceber nas imagens abaixo.

Figura 16 – Epitáfios em língua estrangeira.



Fonte: a) CP-cf06, onde se lê: Tu spoczywa Antoni Zablocki, zmarły dnia 23 lutego roku 19??. Przeżywszy lat 62. Cześć jego pamięci. *Cuja tradução, levando em consideração as mudanças que a língua sofreu, pode ser algo próximo de: Aqui jaz Antoni Zablocki, falecido em 23 de fevereiro de 19 ?? . Passou aos 62 anos. Em honra de sua memória;* b) Cruz descartada no Cemitério São Pedro, CPE-cf27, onde lê-se: Qui riposa le ossa di Giusseppe Marcante, di anni 75, morto 23 setembre de 1918. Requiascante impacce. *Novamente, considerando alterações da língua, a tradução aproxima-se de: Aqui repousam os ossos de Giusseppe Marcante, de 75 anos, morto em 23 de setembro de 1918. Descanse em paz. Imagens da autora, 2020.*

Considerando a situação do imigrante polonês, especialmente a forma como a maioria migrou, esses epitáfios em polonês despertam curiosidade. Como a Polônia encontrava-se ocupada, grande parte dos imigrantes veio de forma clandestina ao Brasil, fugindo, portando documentos que não refletiam sua real nacionalidade, a nacionalidade identitária, mas sim a nacionalidade do invasor. Por medo de denúncias e de serem deportados, muitos imigrantes poloneses encobriam sua real origem, chegando a não falar sua língua em público, o que levou diversas famílias a aprender a se comunicar pelos dialetos italianos com os vizinhos

(MODELSKI, 2021). Nos cemitérios, os indivíduos encontraram o espaço e a liberdade necessários para expressar sua identidade e sua origem<sup>17</sup>.

Além dos epitáfios e das representações religiosas que figuram em cruzeiros e imagens de Cristo e de Maria, ainda encontramos outros símbolos nas sepulturas bassanenses. Nos objetos CPE-j23 e CPA-t19, caracterizados pela morfologia proposta D.1, encontramos a imagem de um cordeiro e a face de um anjo. A figura do anjo de imediato é percebida como manifestação de religiosidade. Já a figura do cordeiro não é um elemento decorativo muito difundido nos cemitérios de Nova Bassano. Essa figura geralmente é associada à inocência, sendo mais encontrada em sepulturas infantis, e fazendo referência ao sacrifício a Deus (PENNEY, 2016). No objeto CPE-t22, são visíveis, além do Sagrado Coração de Maria e outras folhagens, papoulas. Por ser uma flor de vida breve, “representa a efemeridade da vida. Com ela se produz um poderoso sedativo, o ópio, que simboliza no âmbito da arte cemiterial a ideia de sono eterno” (O CAMPANÁRIO, 2021, p. 14).

Em CC-ct11, observa-se uma âncora. A âncora associa-se à ideia de firmeza e segurança, assim como confiança e esperança. Dalmáz (2008), ressalta que a simbologia cristã confere à âncora significado de constância e felicidade, enquanto Rezende afirma que “o uso da âncora é basicamente feito pelos católicos; em função do período de perseguição aos cristãos eles a utilizavam como código, pois ela parece com a cruz de Cristo” (REZENDE, 2007, p. 66).

Nos objetos catalogados CC-t13, CPA-ct17, CPA-ct18, CPE-j26, CR-t28 e CR-t29, estão presentes estrelas. As estrelas podem representar a luz do espírito, que não fora sobrepujada pela morte (PENNEY, 2016). Ainda, uma única estrela de cinco pontas pode representar “o balizamento da orientação divina: como a estrela de Belém, que guiou os sábios ao local de nascimento de Jesus” (O CAMPANÁRIO, 2021, p. 26). Outra possibilidade de interpretação refere-se às “cinco feridas Cristo recebeu durante sua crucificação. Eventualmente aparecem como símbolo maçônico” (O CAMPANÁRIO, 2021, p. 26), apesar de este não parecer ser o caso nas sepulturas catalogadas, pela falta de outros símbolos indicativos de relação do sepultado com a maçonaria.

Parte da decodificação dessas peças e da simbologia que elas apresentam consideram também a “análisis e interpretación de rasgos que no corresponden a los originales de la pieza sino a los procesos de transformación de la misma, ocurridos desde su fabricación hasta el

---

<sup>17</sup> “[...] como a Polônia estava dominada, ficou cento e vinte e três (123) anos dominada, essas pessoas, eles, os poloneses eles não podiam falar o seu idioma, eles não podiam praticar a sua religião [...] eles tinham que abdicar de tudo que era deles. [...] E aí quando eles chegavam aqui, eles queimavam os documentos, ou eles enterravam [...] se chegassem aqui e fosse falar com eles em polonês eles não responderiam. Eles responderiam em russo (MODELSKI, 2021) [grifo nosso].

momento actual” (CURBELO; BERGATTA, 2012, p. 2). Nas sepulturas catalogadas, os processos de transformação deliberada mais comuns referem-se a renovação da pintura e a constante presença de flores, que vão sendo substituídas por novas de tempos em tempos. Em relação ao desgaste, essa transformação é mais visível em sepulturas que não recebem pintura ou limpeza, como é o caso o objeto CB-t09. Não percebemos desgastes relacionados ao toque em lápides ou ornamentos, mas observamos reposicionamento de pequenos artefatos estatuários, e inclusive descarte destes. A manutenção por meio da renovação de pintura e até mesmo do reposicionamento, demonstram preocupação dos vivos em relação ao lugar dos mortos.

Apesar de ser interessante aos pesquisadores a conservação de características originais das sepulturas, é preciso lembrar que este esforço dos familiares e da comunidade é o que protege tanto a cultura material do descarte, quanto o espaço físico de determinado cemitério do abandono, pois estes lugares apresentam uma carga simbólica, com vínculos subjetivos e com o sentimento de pertença ou de identidade, que se ligam muito mais ao domínio dos valores afetivos do que históricos (MENESES, 2012). Há ainda que se considerar que talvez parte das sepulturas catalogadas não tenham sido realmente construídas no falecimento do sepultado, e sim posteriormente, conforme a condição familiar permitia. As atividades interventivas devem ser levadas em conta na interpretação do material, pois algumas podem levar à descaracterização do patrimônio cemiterial, de forma que, idealmente, o trabalho de recuperação ou restauração de um patrimônio deveria ser acompanhado por um planejamento, levando em consideração os aspectos importantes para a identificação da família ou da comunidade, mas também para a fidelidade das intenções na construção do monumento.

Grande parte dessas sepulturas catalogadas caracteriza-se por sua construção em alvenaria, material comum nos cemitérios interioranos devido ao elevado dispêndio financeiro para a aquisição desses materiais e as precárias condições materiais dos sujeitos do campo daquele período (DILLMANN, 2017). Entretanto, não é pela simplicidade que devemos medir a importância de um cemitério para sua comunidade. Além de todos os elementos de historicidade e identidade elencados até agora, é preciso considerar que “a apropriação cultural dos cemitérios está vinculada ao respeito aos ancestrais, ao culto à memória dos familiares mortos e às crenças religiosas das próprias comunidades” (DILLMANN, 2017, p. 66). E o que nos referimos nesse trabalho como cultura material funerária podem ser compreendidos como suporte a essa memória, relacionando-se com as noções de patrimônio em seus vários desdobramentos (ABREU, 2016, p. 54), além de serem rastros do passado.

Ricoeur afirma que “aquilo que reunimos sob a ideia de rastro não teria nenhuma marca do passado se não pudéssemos relacionar esses indícios a um ambiente que, desaparecido, leva consigo, todavia, o seu ter-sido” (RICŒUR, 2007, p. 388), de modo que a historicidade se faz presente a partir do momento em que existe um passado e se tem noção de sua existência, sendo possível relacionar as marcas desse passado com a ausência do fato em si no presente.

Assim, “o desejo confuso de afastar os cemitérios no espaço não corresponde ao abandono do cemitério ou a indiferença em relação à lembrança dos mortos” (DILLMANN, 2017, p. 64). Concordamos com essa afirmação no sentido de não abandono dos cemitérios de Nova Bassano pelas comunidades, visto que ainda são lugares visitados, mantidos pelos próprios moradores das comunidades, e estes investem na modernização (reformas e novas construções) das sepulturas. Mas ao mesmo tempo, percebemos certa falta de compreensão da historicidade desses lugares, evidenciada pelo descarte da cultura material, que são aportes para entender as relações da comunidade com esses lugares e referenciam historicamente os cemitérios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos a estudar os cemitérios de Nova Bassano, compreendemos as dificuldades que se imporiam à pesquisa mesmo antes da pandemia. O campo dos estudos cemiteriais no Brasil, apesar de contar com diversas obras importantes e novos pesquisadores a cada ano, ainda tem como principal foco os grandes centros urbanos, o que representou a primeira dificuldade a esta pesquisa. Por inserir-se no contexto da imigração e em um município do interior do Rio Grande do Sul, a busca por referenciais teóricos que tratassem de temas afins foi árdua e nem sempre profícua, de modo que este trabalho apresenta-se como um pontapé inicial para discutir as possibilidades históricas, patrimoniais e turísticas em cemitérios do interior do Rio Grande do Sul.

Outra dificuldade que se apresentou foi o acesso à documentação histórica sobre os cemitérios pesquisados. Em parte, pelo contexto pandêmico e o receio de entrevistar um grande número de pessoas, levando em conta o fator de exposição e transmissão viral. Por outro lado, por se tratar de uma área de colonização interiorana, a preocupação com a documentação acerca dos cemitérios não figuravam entre as principais atividades do cotidiano dos imigrantes do início do século XX, o que fez com que muita coisa se perdesse, ou nem chegasse a ser registrada. Com tais observações, desde o início da pesquisa nos propusemos a trabalhar mais próximos da Arqueologia, visto que a disciplina apresenta possibilidades de “recuperar o que os documentos não fixaram, não registraram, ou mesmo o que foi pobremente documentado” (LIMA, 2002, p. 13), tendo então como principal foco a catalogação e interpretação da cultura material presente nos cemitérios. Ao buscar responder a indagação proposta pelo problema de pesquisa, notamos que é possível observar uma relação entre o patrimônio cemiterial, investigado na forma da cultura material, com as identidades construídas pelos sujeitos de maneira que a escolha entre o que preservar e o que descartar, os modos de interação com estes materiais, revelam formas de viver a morte e a memória. Esta última, por sua vez, é fruto de escolhas, conscientes ou não, e a cada vez que escolhe-se “transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer” (GONDAR, 2016, p. 29).

Por meio desta escolha metodológica, pudemos ressaltar algumas atitudes culturais para com o aparato fúnebre, que contrastam com as noções patrimonialistas às quais os acadêmicos inclinam-se. Nosso objetivo não foi o de ponderar sobre o certo e o errado no que tange ao tratamento da cultura material funerária, mas refletir sobre o que faz sentido para

determinada comunidade e alertar sobre as potencialidades do material fúnebre para além da recordação e honra aos mortos.

Nesse sentido, observamos que a preservação e inclusão do Cemitério Polonês na rota turística municipal foi possível pelo esforço da comunidade polonesa – tanto em âmbito municipal e regional, quanto internacional<sup>18</sup> – em preservar parte de sua história. No entanto, quando o atrativo turístico e as políticas voltadas a ele não propiciam a compreensão de simbologias, significados e reflexões, torna-se um desafio gerar alguma problematização, ou qualquer estímulo de curiosidade e inteligência, não gerando no turista a vontade de ficar ou de voltar (MENESES, 2006). Em que pese o investimento das gestões municipais em infraestrutura – a exemplo da estrada de acesso – e em um turismo ativo – que proponha questionamentos e provocações aos visitantes – seja escasso, percebemos que o interesse comunitário é essencial na divulgação e preservação de bens patrimoniais.

O que nos levou a indagar o porquê dos outros cemitérios não serem vistos da mesma forma. Uma das hipóteses parte do fato de o Cemitério Polonês estar desativado desde a década de 1950, não recebendo sepultamentos desde então, o que pode conferir um caráter histórico e “auralizado” perante a sociedade, enquanto os demais cemitérios, morada final de diversos imigrantes que fazem parte da constituição de Nova Bassano enquanto comunidade e, posteriormente, município, continuam ativos, recebendo sepultamentos, intervenções e reorganização espacial. Outra hipótese possível para tal percepção relaciona-se à constituição identitária e o papel que a diferença exerce nessa situação. Isto porque o que se vê como patrimônio, em alguns casos, é o que chama a atenção, o que difere do habitual e que passa a contribuir com a identificação ao se contrapor a ela. Neste caso, é bem conhecido o preconceito sofrido por poloneses no contexto migracional, pela questão da ocupação do território polonês por outras potências, o que levou a um afastamento deste grupo e dos demais. O modo de sepultamento observado no Cemitério Polonês, divergente dos demais, os quais apresentam uma arquitetura cemiterial com mais “pompa”, aliado ao afastamento, pode ser fator de patrimonialização enquanto algo singular na região.

Partindo dessas reflexões, é importante reiterar que um patrimônio só tem sentido e é valorizado quando reconhecido pela sociedade na qual se insere. Dessa forma, ver os demais cemitérios enquanto lugares de memória, história e de representação de identidades passa por educar para além dos preconceitos com os quais olhamos estes lugares. A Rota das Sensações,

---

<sup>18</sup> A iniciativa de limpar e revitalizar o cemitério, por mais que já existisse a vontade por parte de alguns munícipes, ganhou força após a visita de Gustaw Kotlarz ao local, um cidadão polonês que visitou a região. A entrevistada não soube precisar o ano em que ele esteve no Brasil, provavelmente em 2004 (MODELSKI, 2021).

proposta pelo município, é uma ótima oportunidade de pôr em prática essa inclusão educativa, que além de valorizar os cemitérios pode ser fator de impulso ao sentimento de pertença, algo que pode ser importante ao município, devido ao êxodo rural e em direção às capitais. Nos demais cemitérios das comunidades do interior, mapeamos alguns marcadores de identidade imigrante. Não somente os epitáfios em língua estrangeira, mas a estética de algumas sepulturas pode ser interpretada sob esse viés, pois sabemos que o movimento cemiterial e a ascensão de uma percepção individualizada da morte ocidental têm raízes europeias. É importante, então, que pensemos qual a influência da preservação, ou não, desses lugares para a identificação dos munícipes com seus antepassados e com a história do município. Ainda, é também importante pontuar que a mudança nos costumes funerários, percebida pela modernização, que ocorre por meio da construção de capelinhas e do descarte da cultura material anterior, implicam nas relações que a comunidade mantém com os cemitérios. Apesar de não ser possível afirmar que esses lugares deixam de ter importância na vida comunitária, podemos sim dizer que a historicidade dos cemitérios deixa de ser percebida cada vez mais.

Para trabalhos futuros, que esperamos suscitar o interesse com esta pesquisa, é interessante um levantamento mais amplo de fontes documentais e fotográficas, bem como o empreendimento de uma extensa pesquisa de história oral sobre a morte, o morrer e os cemitérios no cenário interiorano.

A convivência com estes lugares suscita ainda a discussão sobre como percebemos a morte, como este fato humano influencia nosso modo de viver e perceber o mundo ao nosso redor, abrindo espaço para diversas abordagens das mais diferentes áreas do conhecimento. A consciência da própria morte imputa uma certa moralidade nas ações do presente, as quais o sujeito projeta em si mesmo com relação àqueles que já se foram e deixaram um legado a ser lembrado. E nesse sentido, apesar de ser certeza absoluta no futuro do ser humano, a morte ainda nos traz a angústia de um mistério que não será resolvido em vida. A preocupação exagerada com a finitude da vida acaba por ser uma forma de “castração” das possibilidades de vida do ser. Ricœur (2007) propõe que a experiência da vida humana não seja guiada pela esquiva da ideia de morte nem pela obsessão por essa mesma ideia, mas sim algo nos entremeios. Ao mesmo tempo que a morte interrompe o "poder-ser" ela está inscrita na gênese do "ser" enquanto humano. Só se pode "ser", e só há o "poder-ser", enquanto mortal. Um maior contato com cemitérios pode nos levar a perceber que apesar de sermos materialmente finitos enquanto seres humanos, como o título deste trabalho nos leva a recordar, afinal *Memento Mori* vem para nos lembrar que um dia partiremos, a morte não é o fim. Nossa história e memória,

assim como nossas identidades, mantem-se através de ritos, da cultura material, e da relação que continuamos a manter com nossa comunidade mesmo depois de partir.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016. Disponível em: [http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ\\_19.pdf](http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf). Acesso em: 07 fev. 2022.
- AHLERT, Jacqueline. Cultura Material. In: PIASSON, André Martinelli; CHAVES, Lucas Machado (Orgs.). **Arqueologando/Arqueológicas**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021. Pp. 31-39.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ARANTES, Antonio A. O Patrimônio Cultural e seus Usos: a dimensão urbana. **Habitus**, v. 4, n. 1, p. 425-435, 19 jan. 2009. Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362>. Acesso em: 15 maio 2021.
- ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre**: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930). Dissertação (Programa de Pós Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2290>. Acesso em: 23 set. 2020.
- ARIÈS. Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Pp. 13-22.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008b. Pp. 23-38.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. As origens da arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008c. Pp. 39-60.
- BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930)**: ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto / Funerary Art in Brazil (1890-1930): Italian Marble Carver Craft in Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.
- BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil: contribuições para a historiografia da arte brasileira. In: **Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte**, Porto Alegre, 2002b. 20 p. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto26.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

BORGES, Maria Elizia. Arte Funerária: apropriação da Pietá pelos marmoristas e escultores contemporâneos. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 23, n. 2, p. 15-28, 31 dez. 1997. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.1997.2.28272>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/28272>. Acesso em: 14 maio 2021.

BORGES, Maria Elizia; CARNEIRO, Maristela. A estatuária funerária no Brasil: um olhar indagador sobre as imagens de Jesus Cristo nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 9, n. 27, p. 151-170, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/32478>. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Artigo 216, de 1988. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 06 dez. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-norma-pe.html>. Acesso em: 24 maio 2021.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi – Homo/ Domesticação/Cultura material**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 16, p. 11-47.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITARIA.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf). Acesso em: 26 jun. 2021. Pp. 76-91.

CARNEIRO, Maristela. A escultura funerária no Brasil: a descoberta da sensualidade na composição das imagens femininas nos Cemitérios da Consolação/SP e São João Batista/RJ - 1889-1930. In: **Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. Ofício do Historiador: ensino e pesquisa** (online). São Gonçalo: FFP/UERJ, 2012. 12 p. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512577\\_ARQUIVO\\_ARTIGO-AnpuhRJ.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512577_ARQUIVO_ARTIGO-AnpuhRJ.pdf). Acesso em: 14 abr. 2020.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **História e arte funerária dos cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)**. Tese (Doutorado em Artes Visuais, ênfase em História, Teoria e Crítica de Arte). Instituto de Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/122577>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 94 p.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **Artcultura**, v. 12, n. 20, p. 163-182, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 14 maio 2021.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Algés: Difel, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 4, n. 7, p. 313-333, dez. 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2003000200313&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2003000200313&script=sci_arttext). Acesso em: 14 maio 2021.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930). In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Org.). **República Velha (1889-1930)**. v. 3, t. 1. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007. Pp. 395-418.

COSTA, Rovílio (Org.). **Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado**. Porto Alegre: EST Edições; Correio Riograndense, 1997.

CURBELO, Carmen; BERGATTA, Luis. Imágenes multiculturales: origen significado y uso de imaginería jesuítico misionera a partir de un enfoque interpretativo. **Estudios Históricos**. Año IV, n. 9, p. 1-23, dez. 2012. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/edicion9/eh0908.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CYMBALISTA, Renato; LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. São Paulo: Anablume, 2002.

DEL PUERTO, Charlene Brum. **Turismo em Cemitério: o Cemitério como Patrimônio e Atrativo Turístico, considerando a Trama Morte e Vida as Necrópoles**. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade), 154 f. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/3332>. Acesso em: 27 maio 2021.

DILLMANN, Mauro. Cemitérios do campo: mediações sensíveis entre vivos e mortos. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). **Bens culturais: da pesquisa à educação patrimonial**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017. Pp. 35-70. Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-books-topo/41-historia-area-do-conhecimento/166-bens-culturais>. Acesso em: 13 jan. 2022.

DILLMANN, Mauro. **Morte e práticas fúnebres na secularizada República: Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História), 300 f. Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4048>. Acesso em: 19 mar. 2020.

DINIZ, Rozeane Porto; PACHECO, Ricardo de Aguiar. O patrimônio inventado sob a tutela do Estado. In: OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida (Org.). **Patrimônio, povos do campo e memórias**: diálogos com a cultura, a arte e a educação. Mossoró: EdUFERSA, 2020. Pp. 17-31.

DULOUT, Luis Noel. Clasificación morfológica de los monumentos del Cementerio de Azampay y su valor patrimonial. In: XII Encuentro Iberoamericano de Valorización y Gestión de Cementerios Patrimoniales e V Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 2011, Salvador. **Anais do Encontro Iberoamericano de Valorización y Gestión de Cementerios Patrimoniales e Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais**. Goiânia: FAV/UFG, FUNAPE, 2011. Disponível em: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/anais>. Acesso em: 09 set. 2021. Pp. 120-126.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido de, **Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Ed. On-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FROSI, Vitalina Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FAGGION, Carmen Maria. Topônimos na RCI: resgate da identidade cultural. In: **XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística**: múltiplas perspectivas em Linguística. Uberlândia: EDUFU, 2008. Pp. 3017-3029. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_370.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_370.pdf). Acesso em: 16 jul. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2008. Pp. 81-110.

FUNARI, Pedro Paulo A. Contradições e esquecimentos nas imagens do passado. In: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Textos Didáticos: patrimônio e cultura material**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2006a. Pp. 7-14.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia História. In: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Textos Didáticos: patrimônio e cultura material**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2006b. Pp. 15-22.

GALVAN, Ana Carolina Lorenzet. Manifestações do fenômeno kitsch nos cemitérios: um breve ensaio sobre sentimentalismo, arte funerária e morte. **Revista De História Da UEG**, v. 10, n.01, e012119. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/10883>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GALVAN, Ana Carolina Lorenzet. Estudo sobre a conservação do patrimônio histórico no Cemitério Vera Cruz, Passo Fundo/RS. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 19, n. 3, p. 201-215, set./dez. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/11562>. Acesso em: 24 maio 2021.

GALVAN, Ana Carolina Lorenzet. **“Nós que aqui estamos por vós esperamos”**: estudo sobre a conservação do patrimônio histórico no Cemitério Vera Cruz, Passo Fundo/RS.

Monografia (Licenciatura em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo. 2019.

GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Rio-grandense**. v. 5. Canoas: Regional, 1956. Pp. 1-114.

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica: abordagens. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 161-183, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v58i0.33875>. Acesso em: 05 nov. 2021.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. **A fronteira**. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. Disponível em: [http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ\\_19.pdf](http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf). Acesso em: 07 fev. 2022.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, História e Patrimônio, n. 34, p. 91-111, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.

GUIZZARDI, Laurindo. **Nova Bassano**: das origens ao raiar do Século XX. Caxias do Sul: EDUCS, 1992.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Pp. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, [Online], v. 22, n. 36, p. 261-273, dez. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 maio 2021.

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 94, n. 10, 2001. 11 p. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em: 14 maio 2021.

HILBERT, Klaus. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. **Métis: História & Cultura**, v. 8, n. 16, p. 11-25, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/947>. Acesso em: 14 maio 2021.

ICOM. **Carta de Veneza**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e colonização. **Revista Justiça e História**, v. 3, n. 5. 2003. 26 p. Disponível em:

[https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucha/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza\\_Iotti.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf). Acesso em: 14 maio 2021.

IZIDORO, Fábio. **Entre lápides e jazigos: morte e memória no cemitério São Francisco de Paula, Curitiba**. Monografia (Pós-graduação em Patrimônio, Memória e Gestão Documental). Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Tuiuti do Paraná. 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/universidade-tuiuti-do-parana-fabio-izidoro-entre-lapides-e-jazigos-morte-e-memo#modals>. Acesso em: 18 fev. 2021.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio histórico e transformações sociais em Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2011. Pp. 13-37.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, abr. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000100002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 maio 2021.

LIMA, Tania Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 2, p. 7-23, dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.2.23799>. Acesso em: 17 nov. 2021.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 2, n. 1, p. 87-150, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5297>. Acesso em: 14 maio 2021.

MANFROI, Olivio. Emigração e identificação cultural: a colonização italiana no rio grande do sul. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 1, n. 2, p. 227-274, 31 dez. 1975. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36220>. Acesso em: 14 maio 2021.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – Sistema Nacional de Patrimônio: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. P. 25-39. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2\\_vol1\\_ForumPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf). Acesso em: 14 maio 2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>. Acesso em: 14 maio 2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, [S.L.], n. 115, p. 103-117, 7 dez. 1983. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>. Acesso em: 14 maio 2021.

MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios Brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 33, p. 55-80, jun. 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000100005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 maio 2021.

MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 73-93, out. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000300006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 maio 2021.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Memória Social - Memória e Patrimônio). Centro de Ciências Humanas - UNIRIO. Rio de Janeiro. 2013. 126p. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

O CAMPANÁRIO. **Guia de Simbologia Cemiterial: imersão digital em Cemitérios Patrimoniais**. Novo Hamburgo, 2021.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITARIA.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf). Acesso em: 26 jun. 2021. Pp. 162-176.

PEIXOTO, Pedro Vieira da Silva. Por uma arqueologia dos vestígios funerários do passado: contribuições, práticas e caminhos possíveis. **Revista M. Estudos Sobre A Morte, Os Mortos e O Morrer**, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 232-262, maio 2019. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/9040>. Acesso em: 14 maio 2021.

PENNEY, Jan. **Common Headstone Symbols and their meanings**. Victoria, AU: The Greater Metropolitan Cemeteries Trust, 2016. Disponível em: <https://pdf4pro.com/view/common-headstone-symbols-and-their-meanings-5b655b.html>. Acesso em 09 fev. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras e intertextualidade em O Continente, de Erico Verissimo. In: CHIAPPINI, Ligia et al. **Pampa e cultura: de Fierro a Netto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004. Pp. 109-128.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF (Org.). **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. Pp. 177-213.

PESSIN, Alexandre; THUM, Adriane Brill; TODT, Viviane. Diferenças entre projeto e implantação: colônia de Alfredo Chaves, 1884. In: **Anais do Congresso Brasileiro de**

**Cartografia.** Gramado, 2014. 13 p. Disponível em: [https://hugepdf.com/download/diferenas-entre-projeto-e-implantacao-colonia-de\\_pdf](https://hugepdf.com/download/diferenas-entre-projeto-e-implantacao-colonia-de_pdf). Acesso em: 29 mar. 2020.

POSSAMAI, Paulo César. O processo de construção da identidade ítalo-sul-rio-grandense (1875-1918). **História Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 49-57, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5875>. Acesso em: 14 maio 2021.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO. **Plano Diretor, Lei Municipal nº 3.126**, de 18 de Dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.novabassano.rs.gov.br/uploads/legislacao/6129/DFnuIa5b7guNzXMIED3rZ2zHtvpPzz8R.pdf>. Acesso em 24 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO. **Lei Orgânica Municipal.** 2008. Disponível em: [https://www.novabassano.rs.gov.br/uploads/legislacao/3772/SOBwU\\_zei\\_wFDy9QcVgb78wNjcLA0-na.pdf](https://www.novabassano.rs.gov.br/uploads/legislacao/3772/SOBwU_zei_wFDy9QcVgb78wNjcLA0-na.pdf). Acesso em 24 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO. **Código de Posturas, Lei Municipal nº 1.158.** 1997. Disponível em: <https://www.novabassano.rs.gov.br/uploads/pagina/877/093oYPgLOhognwCucNTjJiBuo17X6n9Q.pdf>. Acesso em 24 jun. 2021.

RADIN, Firléia Guadagnin. **Centenário da primeira missa em Nova Bassano: 25.12.1896 a 25.12.1996.** Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

REDE, Marcelo. História e Cultura Material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Pp. 133-150.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 8-9, n. 1, p. 281-291, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5375>. Acesso em: 14 maio 2021.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 4, n. 1, p. 265-282, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5343>. Acesso em: 14 maio 2021.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios.** São Paulo: Editora Nécropolis, 2007.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos na cristandade ocidental. **Revista Brasileira de História das Religiões.** ANPUH, Maringá/PR, v. 5, n. 15, p. 105-129, jan. 2013. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v5i15.30208>. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30208>. Acesso em: 14 maio 2021.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 09, n. 20, p. 230-246, 31 maio 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017230>. Acesso em: 14 maio 2021.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A imigração italiana para o Rio Grande do Sul. **Histórica: Revista On Line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 9, ano 2, abril. 2006. 11 p. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao09/materia01/texto01.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.

SARMIENTO-RAMÍREZ, Ismael. Cultura y cultura material: aproximaciones a los conceptos e inventario epistemológico. **Anales del Museo de América**, v. 15, p. 217-236. 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2572576>. Acesso em: 14 maio 2021.

SARMIENTO-RAMÍREZ, Ismael. El estudio de la cultura material, interés de las ciencias históricas y antropológicas. **Anales del Museo de América**, v. 13, p. 317-338. 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1432843>. Acesso em: 14 maio 2021.

SARMIENTO-RAMÍREZ, Ismael. La historia de la cultura material y su incidencia en la historiografía cubana contemporánea. **Anales del Museo de América**, v. 12, p. 275-308. 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1180539>. Acesso em: 14 maio 2021.

SILVA, Márcio Antônio Both da. Imigração e imigrantes no Rio Grande do Sul da Primeira República: algumas reflexões sobre o ser colono. **Revista História: Debates & Tendências**, v. 9, n. 1, p. 36-54, jan./jul. 2010. Universidade de Passo Fundo. <https://doi.org/10.5335/hdtv.9n.1.3206>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3206>. Acesso em: 14 maio 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Pp. 73-102.

TILLEY, Christopher. Space, Place, Landscape, and Perception: phenomenological perspective. In: TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape: places, paths, and monuments**. Tradução: Vanessa Barrios Quintana. Oxford: Berg Burg Pub Ltda., 1994. 27 p.

TIMPANARO, Mirtes. **A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas. Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em:  
[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-112946/publico/TESE\\_MIRTES\\_TIMPANARO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-112946/publico/TESE_MIRTES_TIMPANARO.pdf). Acesso em: 26 jun. 2021.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: MEC, 1972. v. 1 e 2.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. A Água Branca para além-fronteiras: reflexões sobre a identidade étnica polonesa. In: REWERA, Witold; VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. **Polscy Brazylijczycy/Brasileiro-Poloneses**. Tom I. Lublin: Wydawnictwo UMCS, 2021. Pp. 85-102.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari; GOLIN, Luiz Carlos Tau. Presença Guarani no Planalto Médio. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Márcia (Orgs.). **A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio**. Erechim: AllPrint Varella, 2017. Pp. 11-30.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, Os trabalhos de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WEBER, Regina. WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. **História Unisinos**, v. 16, n. 1, p. 159-170, jan./abril, 2012.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. A imigração polonesa. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Org.). **República Velha (1889-1930)**. v. 3, t. 1. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007. Pp. 419-439.

WONSOWSKI, João Ladislau. **Nos peraus do rio das Antas**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Pp. 7-72.

**FONTES**

Cemitério Polonês, Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Nova Bassano.

Cemitério da Comunidade Sagrado Coração de Jesus, Nova Bassano.

Cemitério da Comunidade São Pedro, Nova Bassano.

Cemitério da Comunidade Boa Fé, Nova Bassano.

Cemitério da Comunidade Nossa Senhora do Caravaggio, Nova Bassano.

Cemitério da Comunidade São Paulo Apóstolo, Nova Bassano.

Cemitério da Comunidade São Roque, Nova Bassano.

CAÚS, Charlene Frasson. **Entrevista concedida à Ana Carolina Lorenzet Galvan.** Via Google Meet, 02 dezembro 2021. Disponível em:

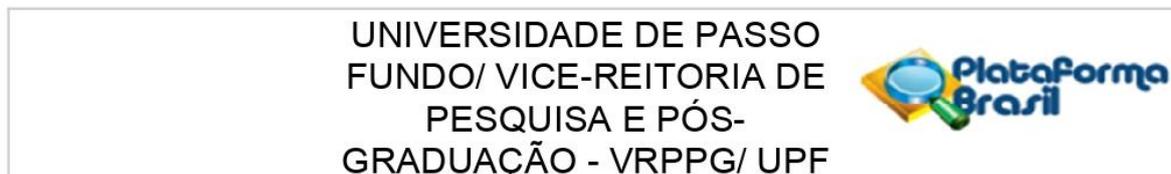
<https://docs.google.com/document/d/1Z8NdCHBfO7b9MVhK2rzblYcTTxr6IQHE/edit?usp=sharing&ouid=107037460063572898075&rtpof=true&sd=true>.

GAIESKI, Pedro. **Entrevista concedida à Ana Carolina Lorenzet Galvan.** Nova Bassano, 08 maio 2021. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1BML7r1rSmNQm0SflXaO1zaWJVqo8u231/view?usp=sharing>.

MODELSKI, Kariane. **Entrevista concedida à Ana Carolina Lorenzet Galvan.** Nova Prata, 24 abril 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/10P-Y1PPmdK\\_Qj4iAk0k5vLyNnDa6lyXm/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/10P-Y1PPmdK_Qj4iAk0k5vLyNnDa6lyXm/view?usp=sharing).

## ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** Mapeamento dos artefatos arqueológicos da região sul do Brasil

**Pesquisador:** ISABELLA CZAMANSKI ROTA

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 37809420.1.0000.5342

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.664.500

#### Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa propõe a utilização de entrevistas como fonte histórica complementar para a análise de artefatos arqueológicos encontrados na região sul do Brasil, bem como um mapeamento de potencial arqueológico da região, onde será necessário entrar em contato com indivíduos diversos, como moradores que entraram em contato com artefatos, museólogos, arquivistas, professores e estudantes.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O principal objetivo da presente pesquisa é mapear os artefatos arqueológicos da região sul do Brasil sob responsabilidade do Lacuma, para que conhecimento histórico acadêmico possa ser desenvolvido a partir da historicidade dos artefatos, onde entrevistas se farão necessárias para compreender os entornos do artefato, bem como seus significados.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco pertinente a este projeto é a lembrança de memórias desagradáveis, sendo que o entrevistado poderá decidir não responder quaisquer questões que não sejam consideradas pertinentes ou confortáveis. Caso ocorram efeitos indesejáveis no decorrer da entrevista, ela poderá ser encerrada a qualquer momento e o participante será encaminhado para

<b>Endereço:</b> BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar	
<b>Bairro:</b> São José	<b>CEP:</b> 99.052-900
<b>UF:</b> RS	<b>Município:</b> PASSO FUNDO
<b>Telefone:</b> (54)3316-8157	<b>E-mail:</b> cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO  
FUNDO/ VICE-REITORIA DE  
PESQUISA E PÓS-  
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.664.500

acompanhamento psicológico. A entrevista poderá ser remarcada caso o entrevistado concorde em continuar participando posteriormente. Não se espera nenhum risco físico na presente proposta de pesquisa.

**Benefícios:**

Os benefícios da presente proposta giram em torno das informações que serão possíveis de adquirir a partir das entrevistas acerca dos artefatos arqueológicos estudados pelo Lacuma. Espera-se agregar informações acerca do artefato em si e, também, se seus entornos junto das pessoas pertinentes, como os indivíduos que encontraram ou observaram o artefato inicialmente, museólogos e arquivistas da região onde o artefato foi encontrado, indivíduos da comunidade em que o artefato está inserido culturalmente, entre outros. Estas informações obtidas pelas entrevistas serão valiosas para as análises dos artefatos e construção de conhecimento acadêmico acerca dos mesmos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A metodologia proposta para a presente pesquisa consiste em etapas clássicas da pesquisa em História Oral: identificação de entrevistados, preparação para a entrevista e realização das entrevistas. No primeiro passo, deverão ser identificados indivíduos que poderão ter algum tipo de informação pertinente acerca dos artefatos arqueológicos, como pessoas envolvidas no processo de obtenção e catalogação, ou mesmo armazenagem, bem como estudiosos acerca de assuntos que tenham relação com o artefato em questão. A partir desta identificação, é necessária uma preparação para a entrevista, consistindo numa etapa de estudos pertinentes, bem como na criação de um roteiro de entrevista específico para nortear questões principais acerca do contexto pesquisado. A partir destas etapas, o pesquisador estará apto para marcar um horário e realizar a entrevista com o ou os indivíduos escolhidos, considerando a necessidade de uma forma de gravação da entrevista, bem como o consentimento do entrevistado.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Emenda recebida e aprovada

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**Endereço:** BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar  
**Bairro:** São José **CEP:** 99.052-900  
**UF:** RS **Município:** PASSO FUNDO  
**Telefone:** (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO  
FUNDO/ VICE-REITORIA DE  
PESQUISA E PÓS-  
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.664.500

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1729235_E1.pdf	14/04/2021 16:52:46		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	14/04/2021 16:50:40	ISABELLA CZAMANSKI ROTA	Aceito
Outros	protoroteiro_entrevista.pdf	14/04/2021 16:49:26	ISABELLA CZAMANSKI ROTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisa.pdf	14/04/2021 16:49:18	ISABELLA CZAMANSKI ROTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	14/04/2021 16:48:42	ISABELLA CZAMANSKI ROTA	Aceito
Outros	declaracao_pesquisa_ainda_ao_iniciada.pdf	07/09/2020 18:34:08	ISABELLA CZAMANSKI ROTA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PASSO FUNDO, 22 de Abril de 2021

---

**Assinado por:**  
**Felipe Cittolin Abal**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar  
**Bairro:** São José **CEP:** 99.052-900  
**UF:** RS **Município:** PASSO FUNDO  
**Telefone:** (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

## APÊNDICE A – CATALOGAÇÃO DAS FONTES DE PESQUISA

Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
<i>CP-cf01</i>	Polonês	Cruz de Ferro	C	Anna Boachowiz	1950
<b>Imagens</b>					
					
Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
<i>CP-cf02</i>	Polonês	Cruz de Ferro	C	Inacio Boachowiz	1950
<b>Imagens</b>					
					

Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CP-cf03	Polonês	Cruz de Ferro	C	Estevao Buakowiz	1950

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CP-cf04	Polonês	Cruz de Ferro	C	Wicenty Gajewski	1929

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CP-cf05	Polonês	Cruz de Ferro	B	Nicolau Maskoski	1949

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CP-cf06	Polonês	Cruz de Ferro	C	Antoni Zablocki	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CP-cm07	Polonês	Cruz de Madeira	n.s.a	Wawrzyniec Pawlak	1938

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CB-j08	Comunidade Boa Fé	Jazigo	C / B.1	Família Zampieron	1952 +

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CB-t09	Comunidade Boa Fé	Túmulo	B.1	S.n.	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CB-t10	Comunidade Boa Fé	Túmulo	n.s.a	S.n.	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CC-ct11	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Conjunto Tumular	A / A.1	Angelo Tedesco	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CC-j12	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Jazigo	A / A.1	Família Nicolli	1952+

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CC-t13	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Túmulo	D / C.1	S.n.	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CC-cf14	Comunidade N. <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> de Caravaggio	Cruzes de Ferro	n.s.a	S.n.	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPA-cj15	Comunidade São Paulo Apóstolo	Conjunto Tumular	D / D.1	Constante Dall Agnol +	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPA-t16	Comunidade São Paulo Apóstolo	Túmulo	D / C.1	S.n.	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPA-ct17	Comunidade São Paulo Apóstolo	Conjunto Tumular	D / B.1	S.n.	S.d.

**Imagens**



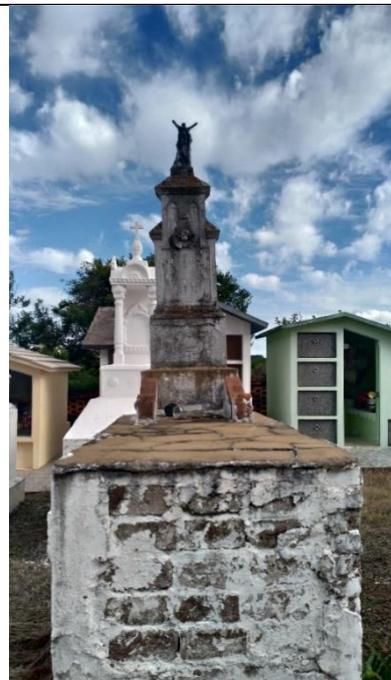
Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPA-ct18	Comunidade São Paulo Apóstolo	Conjunto Tumular	D / B.1	S.n.	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
<i>CPA-t19</i>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Túmulo	D.1	S.n.	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
<i>CPA-cf20</i>	Comunidade São Paulo Apóstolo	Cruz de Ferro	B	Giuseppe Benetuni	1927

**Imagens**



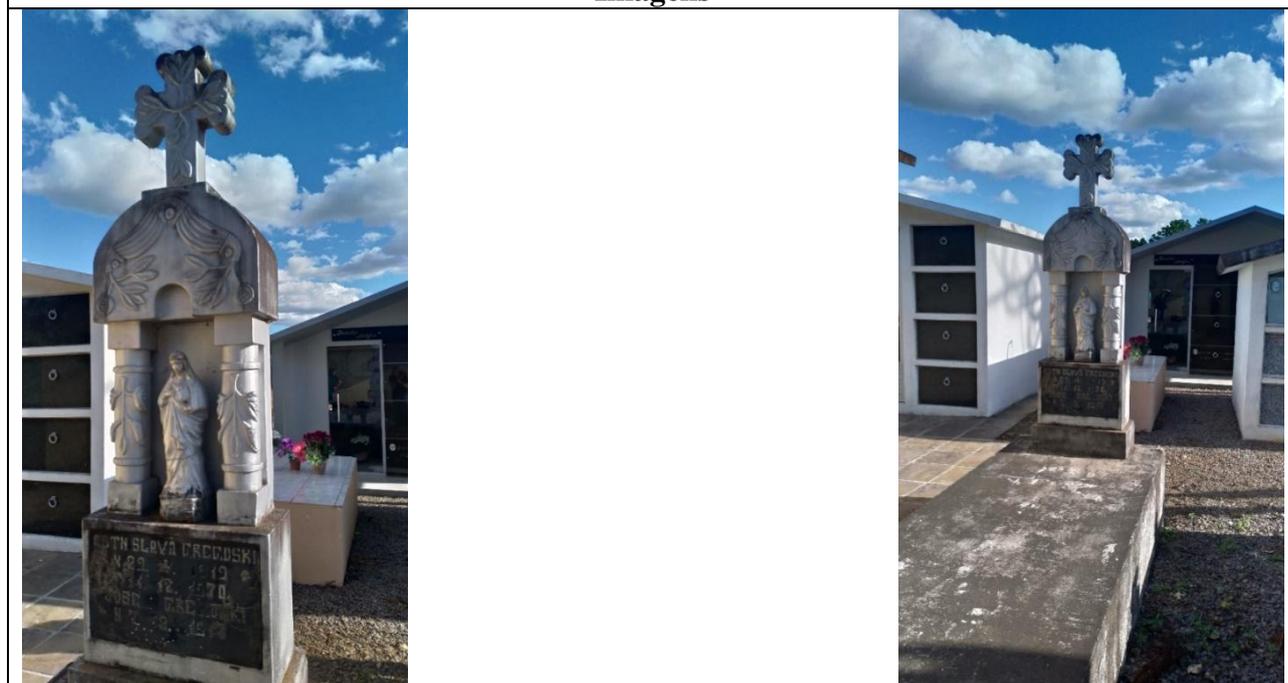
Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPA-cf21	Comunidade São Paulo Apóstolo	Cruz de Ferro	B	Arcangelo Brugnerotto	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPE-t22	Comunidade São Pedro	Túmulo	A / A.1	Estanislava Gregosk +	1970 +

**Imagens**



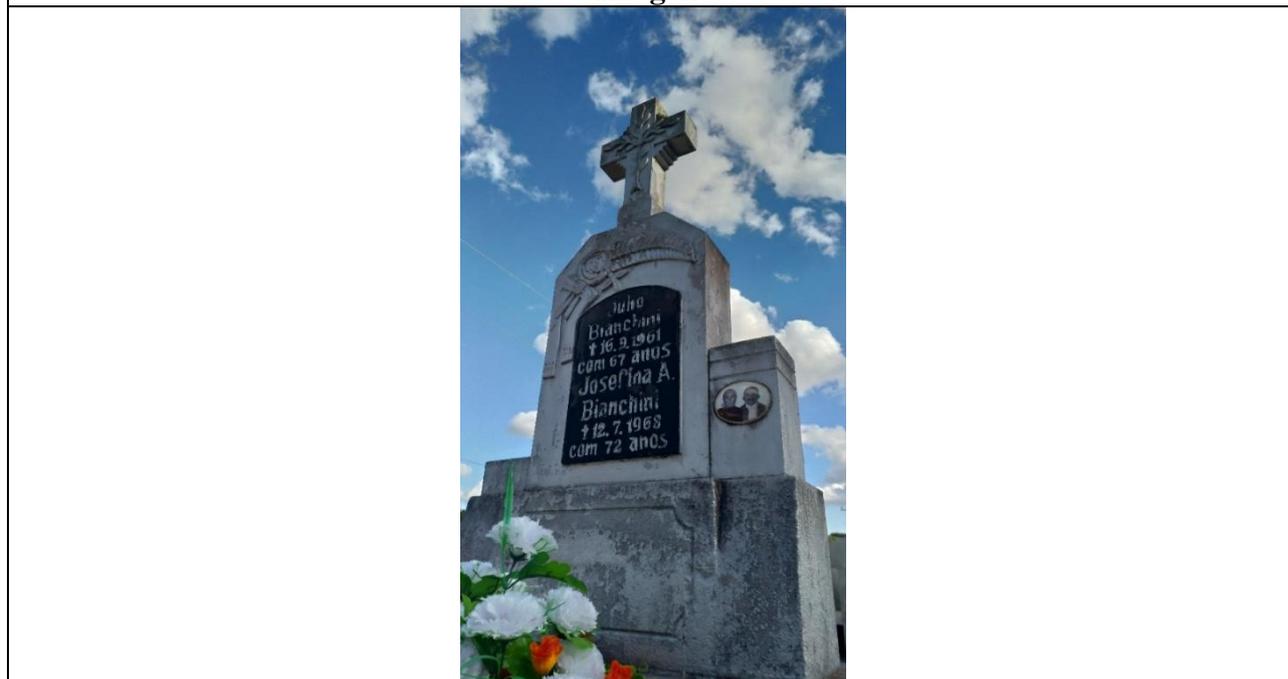
Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPE-j23	Comunidade São Pedro	Jazigo	D / D.1	Família Biffi	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPE-j24	Comunidade São Pedro	Jazigo	D / D.1	Família Bianchini	1961 +

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPE-j25	Comunidade São Pedro	Jazigo	C.1	Família Rottini	1937 +

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPE-j26	Comunidade São Pedro	Jazigo	D.1	Família Vicari e Zampieron	S.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CPE-cf27	Comunidade São Pedro	Cruz de Ferro	B	Giuseppe Marcante	1918

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CR-t28	Comunidade São Roque	Túmulo	D / D.1	Família Balssan e Ceganfredo	1942 +

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CR-t29	Comunidade São Roque	Túmulo	D / D.1	Ermínio Bassani	1966

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CR-j30	Comunidade São Roque	Jazigo	D / B.1	Família Tecchio/Techio/Tequio	V.d.

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CS-cf31	Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Cruz de Ferro	C	Paulo Sobieschi	1953

**Imagens**



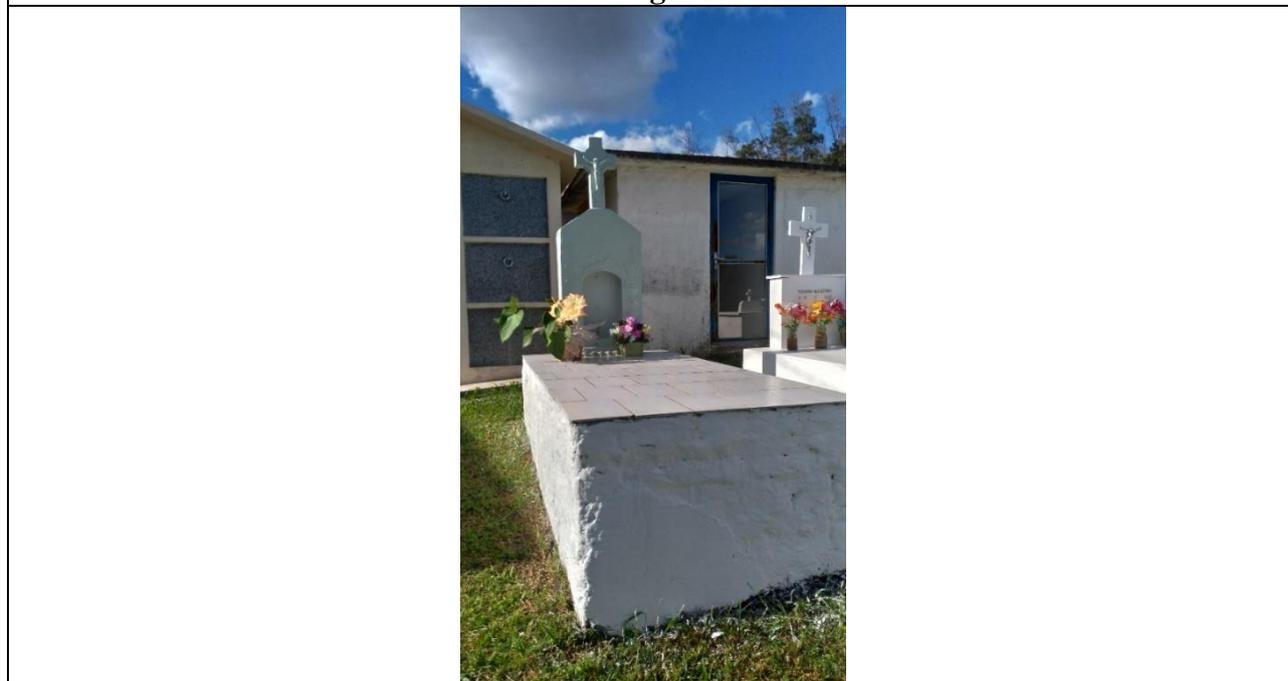
Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CS-t32	Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Túmulo	A / A.1	Maria Kaxmirski	1977?

**Imagens**



Ref.	Cemitério	Objeto de Análise	Morfologia	Sepultado	Ano
CS-t33	Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Túmulo	D / A.1	S.n.	S.d.

### Imagens



Legenda de leitura da sigla de referência.

**Parte inicial:** “CP” = Cemitério Polonês;

“CB” = Cemitério da Comunidade Boa Fé;

“CC” = Cemitério da Comunidade Nossa Senhora de Caravaggio;

“CS” = Cemitério da Comunidade Sagrado Coração de Jesus;

“CPA” = Cemitério da Comunidade São Paulo Apóstolo;

“CPE” = Cemitério da Comunidade São Pedro;

“CR” = Cemitério da Comunidade São Roque.

**Parte do meio:** “cf” = cruz de ferro;

“cm” = cruz de madeira;

“t” = túmulo;

“j” = jazigo;

“o” = ornamento;

“l” = lápide;

“ct” = conjunto tumular.

**Parte final:** numeração conforme a ordem de catalogação.

Fonte: elaborado pela autora.

## APÊNDICE B – TRECHO DE ENTREVISTA COM CHARLENE CAÚS

Charlene: O que a gente tem, aqui no município, a gente não tem legislação dos cemitérios do interior, como eu te falei, né, por e-mail. Nós temos uma que rege o cemitério aqui, central, que é normal, assim, o município tem que ter um regulamento de cemitério. No interior, a gente tem alguns das comunidades [...]mas é só isso, a gente não tem nada que rege esses cemitérios sabe?! Pra cuidar desse patrimônio. Tanto que ele ‘*tá*’ com interesse do patrimônio histórico do município, ele tá ‘*assim ó*’, elencado, quando a gente fizer o inventário das edificações arquitetônicas de valor, né, para serem tombadas, a gente provavelmente vá fazer o tombamento do cemitério polonês. No momento, quem cuida dele é a comunidade, então eles que se interessaram também, que vieram procurar o poder público pra ajustar algumas coisas, reformar, fazer uma capela, mas são eles que gerenciam, vamos dizer né, que eles cuidam, que eles têm manutenção semanal, então é a comunidade.

Entrevistadora: *É*... especialmente o Seu Pedro, *né*?

Charlene: Isso, o Seu Pedro, isso aí, é ele, são eles que cuidam. Então, o município até fez o projeto da capelinha, se não me engano há uns 3 anos, 2 ou 3 anos atrás... com a pandemia a gente se perde no ano assim... então... provavelmente não faz muito tempo. Então eles fizeram essa capelinha e a única coisa que o poder público tem por enquanto é isso. A gente tem um prazo pra fazer o inventário, mas ainda, infelizmente, tudo foi postergado né... mas a médio prazo é pra sair.

[...]

Entrevistadora: Quais que foram as diferenças percebidas entre os cemitérios que não são... o polonês e ele, pra justificar esse turismo? Teve algum ponto levantado?

Charlene: *Hmm*... os outros cemitérios eles têm uma característica mais “urbana”, né... antigamente eles enterravam no chão, ou fazia só uma lápide... uma caixa, né, e agora não. Agora ele tem casinha, é diferente, assim, a forma da lápide, agora é mais moderno, é de metal, de, né, *sei lá*, cobre, alumínio, não sei o que que eles utilizam... Mas antigamente eram aquelas cruces né... mais talhadas, anjos, agora não existe mais, porque até... como no interior, *assim*, não se... o pessoal vai, ia muito pouco, né, as famílias, elas por característica, elas tendem a sair do interior né.

[...]

Entrevistadora: Sim... *pois é...* É, uma coisa que a gente vê bastante nos cemitérios por aqui mesmo. E esses... esses cemitérios do interior, como é que é a manutenção desses espaços? Também é a comunidade ou é a prefeitura?

Charlene: Então... a prefeitura o que que ela faz, *é...* ela ajuda na parte das máquinas. Por exemplo, “ah, precisa roçar”, aí eles fazem um planejamento, *mas assim*, não é sempre tá?! Geralmente é perto dos finados, tá, que acontece.

Entrevistadora: Ah... sim...

Charlene: Eles se programam e faz, mas geralmente, *assim ó*, vou te dizer, *é...* uns 80% é a comunidade mesmo que... que cuida.

[...]

Entrevistadora: como é que ocorre esse descarte, né, pra onde que vai esse material quando é descartado? Tanto pelas famílias quanto pela gestão, que eu li... *é...* eu lembro no artigo 197 do Código de Posturas, o de 97, que eu tive acesso, fala alguma coisa que se... *é...* a gestão se reserva o direito de descartar e abrir espaço caso não tenha interesse dos familiares né [...]

Charlene: Ah! Eu não sei te dizer... provavelmente o descarte é no lixo.

[...]

Entrevistadora: *É...* na verdade eu queria pedir também pra ti, *ãhn...* pra prefeitura na verdade, se eu posso utilizar as imagens dos cemitérios na dissertação mesmo, pra fins acadêmicos.

Charlene: Sim, claro que sim.

## APÊNDICE C – TRECHO DE ENTREVISTA COM KARIANE MODELSKI

Sobre o cemitério polonês:

Kariane: “Então nós fomos outra vez na outra seman... na outra semana lá, *daí* sim, com o Davide Koakosky nós fomos direto lá no cemitério, mas a parte no meio da roça de erva mate, de plantação de erva mate, onde que ficava... tinha um ‘L’ de taipa, todo se desmoronando e era... tinha as árvores grandes, aquelas que estão... depois um monte de cipó, salsaparrilha, sabe salsaparrilha, aquela que tem espinho né, e macega e não dava pra caminhar no meio daquilo, tanto que nós fomos com facão e foice pra abri pra poder ver umas plaquinhas, *aí* surgiu a ideia do Gustaw [Kotlarz], vendo que tinham sido enterrados os imigrantes da Polônia, não pessoas que nasceram aqui, né, que, *ãhn*, os mais antigos que tinham as plaquinhas eram... vieram da Polônia, e ele sendo da Polônia, ele disse assim, ‘Vamos restaurar isso’. [...] E *aí* surgiu a ideia, *aí* era... não me lembro o nome da secretária de turismo, foi chamada pra uma reunião com nós lá, pra ver, e trouxe engenheiro e arquiteto da Prefeitura e foi iniciada uma planta pra fazer o que eu tinha sonhado. Um quadrado de 1,5m x 1,5m, um capitel né, não uma igrejinha, um capitel. [...] *Aí* eles vieram aqui em casa duas vezes, e uma vez eu fui pra Nova Bassano, e a gente estava finalizando o projeto. Mudou a administração e ficou parado. E *daí* então com a mudança da administração, o Davide... *é*... o Pedro Gaieski ia dar as madeiras pra fazer essa... a construção... embaixo ia ser pedra, então já tinha quem teria dado as pedras, pra por tipo taipa, ‘*que nem*’ tem aqui né, e em cima de madeira, *aí* tinha quem ia dar isso, quem ia dar aquilo, *aí* um ia dar uma coisa, ‘*tava*’ tudo praticamente... era só fazer, e a prefeitura ia pôr a mão-de-obra. Mas que mudou a administração, parou. [...] Iniciou em 2004, tá? 2004! Se a comunidade tinha interesse, isso fico muito sentida, porque no dia da inauguração eu fui lá, e fiquei muito sentida que não tinha sido contada essa história, tinha o Padre Décio lá rezando, eu pedi o microfone e falei, fiquei muito sentida porque assim, *ó*: eu não quero que falem que fui eu, que foi você, que foi você ou que foi você [apontando], mas a história tem que ser contada como aconteceu. E não tinha sido mencionada essa história de como surgiu. Se tinha uma ideia de restaurar o cemitério, porque que veio uma pessoa da Polônia [Gustaw] e após a pessoa vir da Polônia num ano, ir lá ver, marcar, vir no outro, e mobilizar a comunidade pra surgir o restauro?! Porque que não fizeram antes? Então os méritos, no meu entender, *é* daquela pessoa que veio e motivou e se juntou, e foi pra começar. Depois manter sim, né, mas eu fiquei muito sentida, porque isso não tinha sido mencionado. E isso raramente *é* mencionado”.

[...]

Sobre a vinda dos imigrantes:

Kariane: Eu fiz encontro da família, meu deus do céu! Me apavorei de tanto que tem de.. de...diferente do lado da mãe, que a mãe era italiana pura. Do lado da mãe, Gheller (?) e Casanova (?), Panoccelli (?) vieram de... saíram todos da Itália quase e vieram pra cá. Vieram, assim, famílias grandes, vieram os pais, tios, primos, sobrinhos, né, irmãos, veio famílias, assim, grandes. E do nosso lado polonês não, um só. Né... saíram de lá viajando à noite, porque o *biso* era músico... era músico, nós temos na família a questão da música né, e... religiosidade. E aí como a Polônia estava dominada, ficou cento e vinte e três (123) anos dominada, essas pessoas, eles, os poloneses, eles não podiam falar o seu idioma, eles não podiam praticar a sua religião, nós éramos de domínio russo, daí não é católico, é ortodoxo né, eles não podiam então nem rezar, nem nada, nada, nada, nada, eles tinham que abdicar de tudo que era deles, e acho que por isso que eu tenho isso de manter isso, devo ter herdado assim, no sangue, de... de manter uma coisa que lá eles não podiam né. [...] Tanto que eles saíram de Varsóvia e foram embarcar no porto em Bremen, na Alemanha. Andaram semanas”.

Entrevistadora: “E eles vieram pra cá com passaporte russo?”

Kariane: “Russo! Tanto que na chegada, *ãhn...* não consegui descobrir o sobrenome da *bisa* porque na chegada eles... o alfabeto russo é cirílico né e... o... o sobrenome Valjak (?) o ‘L’ passou a ser ‘LE’, daí ficou Volejak (?) e Volejak não existe. *Daí* foi descoberto essa mudança do sobrenome do russo pro polonês que ficou totalmente diferente”.

[...]

Entrevistadora: “Na verdade eu gostaria de saber sobre as cruzeiras... tu sabes se tinha alguém aqui que fazia ou se eram só por encomenda de pessoas que vinham...”

Kariane: “Tu sabe que tinha os ferreiros né, as ferrarias, então algumas eles faziam nas ferrarias, tinha que faziam os móveis e me disseram que também faziam coisas que tinham um moinho lá na Santa Catarina, ali na linha quinta, os Jutcoski (?), que depois eles foram embora, então eles faziam móveis mais elaborados. Aqui em baixo tinha o Maschio, que ele fazia foice, facão, faca, enxada, todas essas ferramentas com... com ferro. Agora, eu não sei te dizer, porque daí isso eu não consegui mais pessoas de idade pra perguntar. O que eu sei é que vinha um tal de Langer, por que que eu sei isso?! Porque o *vô*, eles só tiveram... o *biso*, ele só teve uma filha moça. E essa Mariana casou com esse Langer. E isso eu descobri depois porque acabou se perdendo na história, imagina lá, setenta (70), oitenta (80), noventa (90) anos atrás, ninguém nunca mais falou, porque ela casou e dois (02), três (03) meses depois ela teve pneumonia e morreu. E esse Langer casou de novo, e... que eu disse que eu gosto de fuçar, mexer... *ãhn...*

tem os descendentes dele lá em Erechim, que eles têm uma joalheria, uma ótica, não sei o que, que uma vez que eu fui dar aula lá no JUPEM, daí conversando e tal descobri essa história e depois eu fui perguntar pro tio aqui e o tio disse ‘má me parece que sim’. Então esse Langer, que era casado com essa irmã do vô, ele vinha, era aqueles mascate, aqueles vendedor ambulante que a gente diz, e ele fazia as encomendas. Então quando a gente vai ver nos cemitérios às vezes a letra, o trabalho é igual, mas a grafia não é a mesma, porque às vezes eles traziam as plaquinhas com o nome e coisa assim, mas a data *tá* diferente. Eu já vi isso em vários lugares, porque foi feita depois por outro. Então muitos, quem trazia era esse Langer. O que eu consegui apurar assim, mas não tem muito registro, porque ele trazia... até o tio contava que acho que tinha uma foicinha aqui que ele tinha dado de presente pra *vó* né, que era cunhada, que mesmo depois que a esposa morreu, ele veio ainda algumas vezes. Só parou de vir pra cá quando casou de novo e teve filhos e ficou *praqueles* lados, que ele era daqueles lados. Porque até pedi se ele era parente desses Langer que tinha aqui bem na volta da capela, aqui tem uma casa velha assim, que agora eles tão na cidade né, os Langer que eles moravam aqui, nessa casa aqui de cima da igreja, antes de chegar aqui, que tem a igreja ali na curva, antes de terminar o asfalto, uma casa de madeira grande ali né, eles moram na cidade, a *vózinha* ainda vive, era os Langer... se eram parente desses, parece que eram parentes distantes, que eram alemães né. Então quem trazia esse... era esse, se não me engano era José Langer, alguma coisa assim, que hoje os neto dele têm ótica. Que ele, com essa questão de mexer com vendas e de ser tipo mascate, ele tinha um armazém de Secos e Molhados, daí foi passando, passando e passando e daí hoje eles têm ótica e joalheria lá em Erechim. [...] Né, porque a gente não tem documento nenhum, não tem registro nenhum. Uma coisa que acontecia era normal, nesse caso, falando especificamente da família Modelski, como eles fugiam de lá, pra não serem mortos, não sei se tu sabe que o líder... eles não vinham e pegavam a família, eles pegavam o líder, tipo, aqui em casa eles não iam pegar eles [se referindo a quem mora com ela], eles iam pegar eu, porque posso chegar, conversar, mobilizar pessoas pra tentar tornar a Polônia livre. Então nesse sentido eles levavam essas pessoas pra campos de concentração e depois eles eram exterminados, né. E aí eles fugiam, fugiam. Foi o caso do biso, né, que era músico e tal e tinha padre na família também, então como ele tinha... já tinham matado... a história do pai, né, de toda essa história, ele decidiu vir embora. E aí quando eles chegavam aqui, eles queimavam os documentos, ou eles enterravam... porque daí eles... se chegassem aqui e fosse falar com eles em polonês eles não responderiam. Eles responderiam em russo, entendeu? ‘Ah não mas tu é polonês!’ ‘Me prova!’ ... Então é difícil de encontrar, e nessas pesquisas que eu fiz pra rádio ali, que eu gostava

muito sabe, pensa a história que eu tenho, eu encontrei várias famílias. Pessoas que a maioria já faleceu, acho que noventa e cinco (95) por cento das pessoas que eu falei já faleceram. E eles contavam, eles não falavam, tinha da família Prochowicz (?) aqui, nosso vizinho aqui mais de cima, o Wojsek (?) Adalberto (?) que quando veio da Polônia e tal, o filho dele me contava, que já morreu também, que ele à noite quase não dormia, ele tinha... ele ia em cima do morro ali onde tem aquelas árvores e diz que ele ficava sentado lá, falando sozinho e tal, lembrando do lugar de onde que saiu da Polônia e que nunca mais tiveram contato, porque fugiram de lá né. Imagina, eles tinham fábrica de pólvora, fabricavam pólvora né, então... caseira assim né, porque isso tu tá falando de cento e cinquenta (150) anos atrás né, cento e quarenta (140), cento e cinquenta (150) anos atrás né, então eles também não tem nada. E ele não dizia, se tu falasse com ele em polonês ele não respondia. Tanto que ninguém da família aprendeu nada em polonês. Porque quando eles aprenderam a falar o português, eles só falavam em português. Eles não falavam n-a-d-a em polonês, com medo de que viessem atrás, como aconteceu com a Olga Benário e quantos exemplos que a gente tem né...que vieram atrás. Então os poloneses tinham muito medo disso. [...] E eu lembro quando que eu ia na aula, eu ouvi, imagina os outros né, de eles debochar que a gente... por causa do sobrenome né, tem quem não se importa, tem quem é racista até hoje! Né, de chamar os polaco de ‘polaco sem bandeira’ por causa que a Polônia...”.

## APÊNDICE D – TRECHO DE ENTREVISTA COM PEDRO GAIESKI

*O Cemitério está localizado em cima de um morro, em meio à área de plantio de propriedade de David Koakoski, e a estrada de acesso tem pedras soltas, valos, e dificilmente um visitante consegue chegar de carro, de forma que a gravação da entrevista se iniciou com o Sr. Pedro avaliando que nosso estudo sobre este Cemitério pode auxiliar em fazer cumprir a promessa da Prefeitura de Nova Bassano de providenciar fácil acesso ao Cemitério.*

Pedro: “Vocês me ajuda a briga com o Prefeito [Ivaldo Dalla Costa] agora, *óh*, ‘nós *fomo* lá, *non dá* pra *subi*, me arruma isso aí, por favor’. É cinquenta *metro* ali só. *Aí* eu sugeri pra ele *fazê* calçamento, três *metro* largo, só pra *passá* o carro, e tu *non* vai *gastá* muito... de concreto, fosse *fazê* dois *trilho*. Se *non* muita gente não vem por causa disso ali. Agora vocês *von* fala ‘*óh non* deu pra *subi*, outro *non* vem mais, ‘ah eu *vô* lá, *vô virá* o *auto*, *vô estraga*...’ *Non* tem acesso, é uma vergonha né. Tem que *brigá* até conseguir.

[...]

[mostrando um vídeo de uma missa rezada no Cemitério] *Óh*, ele tá falando do filme, *enton* eu mostrei pra ele aquela coisa atrás, que eu fiz, agora vai aparecer um pedacinho disso aí. *Enton óia* mato que tinha aquela vez lá, era sujo né, no ano noventa (1990).

Entrevistadora: “Ah, e desde aquela época o senhor já queria restaurar?”

Pedro: “ [...] Isso foi no ano 1990, trinta e um (31) *ano* atrás já que eu pedia pra me *ajudá*.”

Entrevistadora: “E é o mesmo prefeito agora?”

Pedro: “Ainda. Se reelegeu ‘de novo’” [No vídeo, o prefeito fala que vai tentar recuperar a estrada, a fim de tornar o cemitério um ponto turístico, referindo-se a uma parceria com a prefeitura].

[...]

Entrevistadora: “E nesse momento tinha algum polonês... por exemplo, eu vi que o senhor falou na entrevista [à Conecta Mais WebTV] que o Gustaw Kotlarz estava aqui. Nesse momento ele estava também?”

Pedro: “*Non, non tava* presente. Mas depois, no fim, a Kariane... tu sabe quem é a Kariane Modelski? Já falou com ela?”

Entrevistadora: “Sim, já... já conversei com ela”.

Pedro: “Ela veio aqui e ela expôs... ela tinha no... no celular, ela falou pra ele que *tomo* inaugurando, porque ele ajudou aqui, me ajudou a organizar, *ãhn*... depois daquela história lá

que foi filmado, depois disso ele passou por aqui e eu não tinha conseguido... a comunidade me ajudar a limpar ainda. *Aí* ele passou aqui, botou bronca e dizia ‘*non, ma pelamor de “dio” cês tem que dá um jeito*’ né, e falou ali na comunidade e me ajudou e consegui juntar um grupo. Em um sábado *viemo* aqui, *trabaiamo* todo dia e *tiramo* o mais grosso, assim, espinho, *cipozada* e coisa e as *planta* ficou tudo. *Má* depois ficou parado de novo, né, faltou acabamento, por exemplo, *non* tinha essa cerca, taipa tinha só metade, *tava* toda caída ali, e era de *estecato*, ali era de arame, *enton* apodreceu, caiu.”

Entrevistadora: “Em que ano que foi isso, mais ou menos?”

Pedro: “Que nós *começamo* limpar? Ai, agora pra te *dizê* exato... *má* ali era noventa, bota mais uns dez *ano*, ali... no dois mil (2000), mais, mais até, porque *non* demorou vinte (20) depois e é trinta em tudo. *Ãhn*... dois mil e dez (2010) por aí, foi começado limpar, *enton*, com o Gustaw Kotlarz”.

[...]

Entrevistadora: “A comunidade antes não... não se identificava muito, não conhecia muito esse cemitério? Não dava muita importância?”

Pedro: “*Hmmm*... porque tem outro lá embaixo, foi lá, ficou lá e tudo, e aqui... *ãhn*... se tu quer saber, eu ouvi tanto *non* que é até aqui [gesticulando sobre estar cheio de ouvir “não”]. Alguém que *tava* junto comigo na diretoria quando eu já negociei com o prefeito e tudo aqui, que eles vieram, mostrei aquele vídeo e ele disse assim ‘*vomo* te ajudar, vai virar’ ... por que que começou? Porque eu vi no folheto do município ‘Rota Turística de Nova Bassano’ esse cemitério... quem botou *non* sei, não fui eu, alguém botou... e aí eu mostrei isso aí pro prefeito e disse ‘*má* tu conhece aquele lugar?’ ‘*Non*, não sei’. [...] Eu mostrei pro prefeito, ele disse que *non* conhece, *enton vomo* lá vê que alguma coisa *tá* errada, porque rota turística isso aqui nós *vomo* passar vergonha nós, e o município junto e... se alguém de fora vem ali ver. *Enton* ele veio aqui, como ele falou lá que veio com o vice-prefeito, a Maria Luiza [da EMATER], e *sentamo* na sombra, mostrei aquele pedacinho lá que eu já filmei aquela época, ele concordou que vai me ajudar. *Aí* eles me deram a terra, os *palanque*, trouxeram as *pedra*, e nós *fizemo* a taipa pra ficar antigo, assim, como era uma vez. E *tiramo* o mato que tinha ali, saiu um monte de madeira ali. *Aí* depois ficou *tudo toco* lá, *aí* me levaram mais duas *camionada* de terra, eu puxei tudo dentro com a *cariola*, porque nem o trator *non* passava mais aqui no *porton*. E *cobrimo* isso aí, *plantamo*... *plantemo* flor e pra cuidar isso aqui. Quem sugeriu que ‘*vomo inaugurá*’ foi esse padre aqui, o Gerson Bartelli de Vista Alegre, que era vigário eu levei ele aqui *mostrá*, ele disse ‘*má* bate no prefeito, cobra do prefeito, se ele botou Rota Turística ele

tem que te ajudar agora.’ *Enton* agora só falta acesso ali, que *non* tem como chegar ainda, *má... esperamos* que até o fim do ano tem que ficar pronto.”

Entrevistadora: “Tomara que fique mesmo! ... E as cruces, elas *tavam* todas aqui, nos lugares, não foi mexido nisso?”

Pedro: “O que *tava* ali nós *non mexemo*, ficou no seu lugar. Aqui tinha mais, *tava* cheio, os *nono contava* que tinha... só um corredor aqui pra ir lá naquela cruz lá atrás. *Non* se vê agora. Ainda tá lá em pé um pedaço da cruz grande. E *tava* cheio, só tinha um corredor. Só que era cruz de madeira, as primeira, *non* tinha essas plaqueta ali, era cruz de madeira, apodreceu e sumiu com o tempo. *Enton non* tem... hoje deve ter uns vinte e cinco, trinta, *nome* ali ainda, que *dá pra vê*. E *non* tem uma *relaçon*, assim, de todos que tão enterrado ali, porque... tinha que ter procurado antes, com mais tempo, aproveitado os *nono* que tinha *aí*. Tu vai procura na paróquia em Vista Alegre, se Vista Alegre era pra ser aqui, *enton* isso era antes de ter Vista Alegre, ou paróquia. E *enton non* tem, aqui, não se encontra. Outra coisa, isso aqui era um cemitério regional. Como *non* existia Vista Alegre, só Bassano e Nova Prata, *enton* quem morava ali na área de Vista Alegre morria, e enterravam aqui, e naquela época *non* tinha essa exigência de documento, de coisa...”

[...]

Entrevistadora: “E aqui só foram enterrados poloneses então?”

Pedro: “Olha, *non* posso te garantir isso, eu não achei ali sobrenome de italiano, *má... má* pode ter. Deve ter, quem morava ali na... na... naquela época, deve ter alguém, *má* não tem registrado, *non* tem nome.”

Entrevistadora: “Teve alguém que tirou cruz daqui e levou pro cemitério ali debaixo?”

Pedro: “Eu tirei a minha *nona*. Na época que tinha mato, eu *non* conseguia limpar e eu *non* conseguia sossegar ver esses *nono* aqui, até *limpá* isso aqui. *Enton* nós *fizemo* a capelinha lá embaixo com a família e tudo, *aí viemo* ali, *cavocamo*, *tiramo* ela, *levamo* lá. Era oitenta e sete (87) ano que ela *tava* enterrada [...] E por isso que... aqui tinha capela, escola, e o cemitério, tudo era pra ser aqui, e o prefeito falou lá que era pra ser Vista Alegre, eles acharam um lugar bonito, alto, aqui, chato, *non* tem pedra, ‘*vomo* começar aqui’, só que depois se deram conta que aqui *non* tem água pra uma cidade, em cima no morro. E naquela época ia levar água com que? *Non* tinha. *Enton* por isso que Vista Alegre foi pra lá e passou a estrada lá embaixo e levaram a comunidade lá. *Má* até novecentos e cinquenta (1950) enterravam aqui, depois começou lá embaixo.”

[...]

Entrevistadora: “Mas e alguém comentou com o senhor se era assim na terra [os sepultamentos] por que não tinham condição de construir um túmulo ou se era alguma outra...”

Pedro: “*Non*, já era moda assim, já era assim... lá no Santo Estanislau também tem... é... perto da Kariane lá [em Nova Prata] mas é assim. Onde é que era os mais antigo sei que era assim.”

[...]

Entrevistadora: “Eu lembro que na... quando eu conversei com a Kariane, ela falou que foi começado a fazer um projeto pra um capitel aqui, que era diferente desse...”

Pedro: “Sim, ela falou ali que *non* ficou como devia, *má* é o que *conseguimo* fazer. Era pra ser menor, e eles... o projeto deles era fazer um pilar assim, e o *capitelzinho* em cima. *Má* mais estilo polonês. E o prefeito quando veio aqui, olhou aquele projeto e disse ‘*má* muito pequeno, *vomo* faze mais grande um pouco, por que *pequeninho* assim?’ Foi ideia dele, que quis fazer assim. *Má* se *non* é bem como era pra ser, *má* tem um lugar ali *prum* centro, e pra guardar o quadro de Nossa Senhora.

[...]

Entrevistadora: “E como é que é a relação da comunidade agora, com o cemitério aqui? As pessoas se identificam com esse espaço, gostam daqui?”

Pedro: “*Ãhn*... a maioria sim, *má* tem, como em todas comunidade, sempre tem aquele que puxa pra trás. Primeiro comecei falar e não terminei... quem *tava* junto comigo na diretoria me disse assim, eu fui lá colocar pra eles que eu negocieei com o prefeito, agora vai sair, *vomo fazê*, só venham lá me ajudar, eu preciso de força aqui, *fazê* essas taipa, *tirá* o mato, a lenha, e coisa, *vamo ajeitá*. Ele me disse ‘*má* eu *non* ia mexer isso *ái má nhanca* [expressão em dialeto italiano]’ Por quê? ‘Por que só vai *dá* serviço depois’, pra cuidar. E eu disse só assim pra ele, se tu consegue dormir sossegado, dorme. Eu *non* consigo, eu vou fazer. Quem... me ajuda quem quiser *enton*. Só. E o resto *non* precisa, *non* é obrigado. *Má* eu *vô tê* que *fazê* e *vamo fazê*. ‘Eu *non* ia mexer porque só vai *dá* serviço pra cuidar’. Outro cara... alguém me falou assim, que ele veio no... era... é costume primeiro de novembro sempre reza missa ali, que se reza pros *finado* no cemitério e coisa, por tudo, *enton* aqui nós *fizemo* primeiro de novembro, *non*, dia 02, porque o padre *non* consegue *dá* o giro por tudo, e já é costume, uma vez era dia de todos os santos, dia primeiro, *enton* os poloneses festejavam, aí eles começaram aquela data... aí sempre dia primeiro de novembro tem missa e tudo, o pessoal vem de fora, ali, quem tem enterrado, vem bastante gente. E uns vieram lá embaixo, pensaram que tinha missa, e *tava* aqui aquele dia, era no dia né. *Ái* depois um dia um cara se queixou porque que não tinha lá. ‘*Má querido*’, eu disse,

‘*nós tava* inaugurando lá em cima, era ali e tal... *non* podia fazer duas coisa’. E ele disse ‘*má* o que que me interessa lá em cima? Eu tenho aqui o meu pai enterrado, aqui, *enton* por que que eu ia lá em cima... fazer o que?’ Eu só pedi assim, ‘se tu não teria avô e bisavô, tu teria pai?’ Ele *non* me respondeu mais nada.” [...] Eu já trabalhei sessenta *dia* aqui nesse cemitério, e *non* *to* arrependido, *vô* cuidar até que eu posso. Até quando *non* sei, *má*...

[...]

Entrevistadora: “Eu queria entender, assim, como é a relação das pessoas aqui de Nova Bassano com os cemitérios, porque eu vejo pelo senhor que cuida bastante daqui e *tal*, só que *aí* tem o pessoal que ‘*dá pra trás*’ também né, ‘*que nem*’ o senhor falou...”

Pedro: “*Non*... se tu quer saber a verdade, *non* ganhei nem a gasolina pra cortar a grama, tive que botar eu, até agora esses quatro ano. E isso já cobre do prefeito também, acho que até mais a prefeitura devia colaborar do que a comunidade. A comunidade, claro, por si só, né... devia cuidar, *má*... *má* eles diz que ‘*ah* agora é da prefeitura’. Tudo custa né.

[...]

Pedro: “E os *nono* dizia que tinha mais de cem (100) pessoas enterradas aqui já, que *tava* cheio, enchendo o cemitério, só tinha o corredor *aí* pra ir na cruz”.

[...]

Pedro: “Eu ganhei bastante ajuda fora da comunidade, que eu *non* tinha falado ainda. Pra quem eu pedi de fora, ninguém me negou, felizmente. Quando eu vi que aqui *tava* meio apertado, um vinha, outro *non*, vinha meio dia e chega, e aqui tinha serviço bastante. E pra fazer tudo essas taipa, colocar os palanque, depois, a tela *espichamo* tudo num domingo aqui, reuni a turma, veio o pai dele lá [apontando para o neto que estava junto] de chefe lá cuidar, e... então eu pedia de fora gente, ‘*óh* eu *tô* arrumando lá, tu tem lá um parente? Tu *non* quer vir lá me ajudar?’ ‘*Vô* sim, eu quero ir um dia’, e assim foi amontoando. Quem não podia *vim*, dava cem *pila* (R\$ 100) na época, pra eu pagar um dia de peão. *Enton* me ajudou assim, aqueles cem *pila* daqui, cem *pila* de lá, talvez mais do que aqui na comunidade. *Enton* agora se eu *non* ganhei mais nada da comunidade, *má* também *non* fui pedir. *Non* *to* dizendo que eles negaram. *Má* eu *non* fui pedir, porque eles *enxerga* que precisa, pra que pedir de novo? Pensei que teria mais, *má non*. ‘*Ah non* vomo *mexê* porque vai *dá* só serviço pra cuidar’... *aí* fica difícil. Eu cada vez que venho aqui trabalhar, eu volto pra casa mais disposto ainda de voltar de novo.”